

**EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N° 2.387/2024**

O **MUNICÍPIO DE TUPÃ**, com sede na Praça da Bandeira, nº 800, Centro, CEP. 17.600-900, Tupã/SP, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Caio Kanji Pardo Aoki, torna público que se acha aberto, junto ao Setor de Licitações, o presente **PREGÃO, na forma PRESENCIAL, sob o n°. 002/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO n° 065/2024**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme Termo de Referência - Anexo I, Requisição nº 00200/2024, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.194/2021, do Decreto nº 10.132/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 285/03, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. **Acesso aos Decretos Municipais:** <http://sistemas.tupa.sp.gov.br:5657/publico/publicacao/index.php>

**LICITANTE:** MUNICIPIO DE TUPÃ/SP

**ÓRGÃO REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PUBLICAÇÕES:**

- Diário Oficial do Estado de São Paulo (resumo do Edital);
- Jornal Gazeta SP (resumo do Edital);
- Diário Oficial do Município (resumo do Edital);
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas) (edital completo);
- Site: [www.tupa.sp.gov.br](http://www.tupa.sp.gov.br) (edital completo: <http://sistemas.tupa.sp.gov.br:8079/comprasedital/>)
- Mural da Prefeitura da Estância Turística de Tupã, localizado na Praça da Bandeira, nº 800, Centro - Tupã/SP.

**DATA, HORÁRIO e LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO:**

**DATA:** dia 26/04/2024

**HORÁRIO DE INÍCIO:** às 08h30min

**LOCAL:** Sala de licitação do Paço Municipal de Tupã - localizado na Praça da Bandeira, nº 800, Centro - Tupã/SP

**ENVIO DOS ENVELOPES PROPOSTA/HABILITAÇÃO:** até as 08h30min do dia 26/04/2024

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Licitações do Paço Municipal de Tupã/SP, localizada no pavimento superior, sito na Praça da Bandeira nº 800, Centro, na Estância Turística de Tupã, Estado de São Paulo, **dia 26 de abril de 2024, às 08h30min**, que será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, devidamente designados através de Portaria.

Considerando o disposto no art.17, §2º, da Lei 14.133/2021, o presente processo licitatório será realizado de maneira presencial, conforme justificativa que consta no termo de referencia, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

**Integram o presente Edital:**

ANEXO I – Termo de Referência;  
ANEXO II – Modelo de Procuração / Credenciamento;  
ANEXO III – Declaração que cumpre os requisitos de habilitação;  
ANEXO IV - Declaração Conjunta;  
ANEXO V – Declaração de ME, EPP ou equiparadas;  
ANEXO VI – Dados do Licitante;  
ANEXO VII – Modelo de Proposta;  
ANEXO VIII - Minuta de Contrato.

**1 - DO OBJETO**

1.1- A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADO SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE**

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

**SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, de acordo com a quantidade estimada e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, o qual é parte integrante deste Edital.

1.2 - Utilizando-se da facultatividade da Administração sobre a divulgação do orçamento estimado para a contratação, conforme prevê o art. 24 da Lei nº 14.133/2021, não será efetuada a divulgação dos valores estimados até o encerramento da fase de lances. (ORÇAMENTO SIGILOSO).

## **2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 - Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas que tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado e atendam a todas as exigências deste edital.

### **2.2 – Não poderão disputar esta licitação:**

2.2.1 - Não poderão participar da presente licitação as empresas suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Municipal de Tupã ou as declaradas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.2.2 - Não poderá participar desta licitação, direta ou indiretamente aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, além das disposições do Art. 14, da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021;

2.2.3 – **VEDADA** a participação, na presente licitação, de **pessoa jurídica reunidas em consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, face à baixa complexidade e vulto econômico do objeto. (**art. 15 da Lei 14.133/21**)

2.2.4 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.5 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.6 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.7 – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.8 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.9 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.10 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.11 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.12 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.13 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.14 - O impedimento de que trata o item 2.2.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.15 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.5 e 2.2.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.2.16 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.17 - O disposto nos itens 2.2.5 e 2.2.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.2.18 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2.19 - A vedação de que trata o item 2.2.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.3 - As propostas deverão obedecer às especificações deste Instrumento Convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

2.4 - **SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**, com observação aos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. (**Art. 4 da Lei 14.133/21**)



2.4.1 - A obtenção de benefícios a que se refere o item 2.4 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **DEVENDO A LICITANTE APRESENTAR, JUNTO COM A PROPOSTA, DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DESSE LIMITE NA LICITAÇÃO.**

2.5 - As licitantes que estiverem impossibilitadas de estarem presentes no dia da sessão do certame poderão enviar seu credenciamento, envelopes de documentação e proposta, via correio ou protocolá-los no Paço Municipal antes da data da realização do certame. Serão credenciados e considerados os valores constantes da proposta apresentada, só não poderão apresentar lances caso não haja nenhum procurador, havendo algum representante no dia do certame deverá apresentar procuração devidamente assinada pela licitante.

2.5.1 - Na opção de os envelopes serem encaminhados pelo correio, a Administração ficará isenta de toda e qualquer responsabilidade, no caso do não recebimento dos mesmos no prazo designado no preâmbulo deste edital.

2.5.1.1 - As Licitantes que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante no preâmbulo deste edital, aos cuidados do Pregoeiro, no Departamento de Compras, juntamente com a Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (ANEXO III); Declaração de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (ANEXO V), apresentada FORA dos Envelopes nº 1 – Proposta e nº 2 – Habilitação.

2.6 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização destes eventos nas datas marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.7 - No dia, hora e local designados para a sessão, os representantes deverão apresentar-se e identificar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro.

2.8 - No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito ao (à):

- 2.8.1 - Credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas em participar deste Pregão;
- 2.8.2 - Recebimento dos envelopes “Proposta”;
- 2.8.3 - Abertura dos envelopes “Proposta”;
- 2.8.4 - Divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
- 2.8.5 - Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;
- 2.8.6 - Abertura do envelope “Documentação” da licitante detentora do menor preço.

2.9 - Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro não serão admitidos novos proponentes.

2.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município e sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Tupã ([www.tupa.sp.gov.br](http://www.tupa.sp.gov.br)).

### 3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para o credenciamento deverá ser preenchida a MINUTA DE CREDENCIAMENTO conforme modelo (**ANEXO II**), acompanhado dos seguintes documentos **FORA dos envelopes nº 1 (Proposta) e 2 (Habilitação):**

3.1.1 – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO de acordo com o **ANEXO III** do Edital.

3.1.2 - **Tratando-se de representante legal,** o ESTATUTO SOCIAL, CONTRATO SOCIAL ou OUTRO INSTRUMENTO DE REGISTRO COMERCIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.1.3 - **Tratando-se de procurador,** o INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICO OU PARTICULAR, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.1.4 - Para qualificação como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), as empresas deverão apresentar certidão expedida pela Junta Comercial (simplificada ou específica) que comprove o seu enquadramento, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, especialmente em seu artigo 3º, assim demonstrando que está apta a exercer o **direito de preferência**, conforme previsto em seus artigos 42 a 49 ou **DECLARAÇÃO do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, assinada pelo representante legal da empresa licitante, elaborada conforme modelo constante do ANEXO V** deste Edital.

3.2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo **documento oficial de identificação que contenha foto.**

3.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.4 - O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentos defeituosos, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou renunciar ao direito de interpor recursos, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há e ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

3.5 - Na hipótese dos documentos que comprovem a regularidade da outorga de credenciamento (estatuto, contrato social, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação ou qualquer outro documento referente à fase de credenciamento), que por equívoco esteja dentro do envelope de “Proposta” ou de “Habilitação”, desde que autorizado pelo Pregoeiro, poderão ser retirados dos respectivos envelopes, pelo próprio representante, que procederá o novo lacramento do envelope.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

3.6 - O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio irá conferir os documentos referentes ao credenciamento no início da sessão pública.

3.7 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, não impedirá o Pregoeiro de continuar com os lances, sendo que a ausência do licitante impedirá que o mesmo possa participar do lance que estiver sendo realizado, salvo autorização prévia do Pregoeiro.

3.8 - Não precisam de termo de credenciamento e/ou de procuração: o sócio, o proprietário ou assemelhado, devendo estes apresentar os documentos previstos no **subitem 3.1.2 deste Edital**.

#### **4 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

4.1 – A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

À  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ/SP**  
**ENVELOPE 01 – PROPOSTA**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N°: 065/2024**  
**ENCERRAMENTO: 26 DE ABRIL DE 2024 – ÀS 08H30MIN**  
**RAZÃO SOCIAL (Dispensado se o envelope for timbrado)**

À  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ/SP**  
**ENVELOPE 02 - HABILITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N°: 065/2024**  
**ENCERRAMENTO: 26 DE ABRIL DE 2024 – ÀS 08H30MIN**  
**RAZÃO SOCIAL (Dispensado se o envelope for timbrado)**

#### **5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

5.1 - No local, data e horário constantes do preâmbulo, terá início a sessão pública de abertura do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

5.2 - Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a o envelope “PROPOSTA DE PREÇOS”.

5.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

- 5.3.1. Contiverem vícios insanáveis;
- 5.3.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 5.3.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 5.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.3.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

#### **5.4 – ENVELOPE N° 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**

5.4.1 - A proposta de preços deverá ser datada, preenchida à máquina ou digitada em papel timbrado da proponente, formulada em idioma nacional, sem ressalvas, emendas ou rasuras, e constar obrigatoriamente o seguinte:

- a) **Nome, endereço, CNPJ;**
- b) **Número do Pregão e do Processo;**
- c) **Descrição do objeto da presente licitação;**
- d) **Preço unitário dos itens e PREÇO GLOBAL,** em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional. Estão compreendidos no preço, além do objeto contratado, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, bem como as resultantes de tributos em geral, lucros, seguros, transporte e demais encargos, inclusive, despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, comerciais e fiscais, bem como demais encargos decorrentes da contratação, não cabendo ao Município qualquer ônus adicional decorrente da contratação;
- e) **Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;** *(Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será válida por 60 (sessenta) dias, independentemente, de qualquer outra manifestação)*
- f) **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, respeitado o limite decimal, com a necessidade motivada da Administração Pública Municipal, com fundamento nos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21;
- g) **Declarar que está ciente e concordar com as condições contidas no edital e seus anexos,** bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório conforme Edital/TR;
- h) **Declarar que os serviços ofertados atendem as especificações do objeto conforme Edital/TR,** bem como leis, resoluções, instruções, entre outras normas específicas, para a legal e efetiva execução do objeto, sob pena de ser-lhe aplicada as penalidades previstas na Lei 14.133/21.
- i) **Declarar que o preço proposto contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta** incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.
- j) **Declarar que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do edital de licitação.**
- k) **Constar os dados do responsável pela assinatura do contrato (se necessário, apresentar a procuração);**
- l) Data e assinatura do representante legal da proponente.

5.4.2 - As licitantes deverão apresentar somente uma proposta para o objeto desta Licitação não sendo ainda admitidas propostas alternativas.



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

5.4.3 - Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação dos **DOCUMENTOS DE PROPOSTA COMERCIAL**, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

5.4.4 - A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal da licitante presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" e com poderes para esse fim.

5.4.5 - A licitante deverá indicar o preço da proposta, devendo na cotação já estarem inclusos tributos de qualquer natureza, taxas, fretes e todas as demais despesas, diretas e indiretas, **decorrentes da execução dos serviços licitados.**

5.4.6 - Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando qualquer valor além dos centavos.

5.4.7 - O licitante poderá apresentar a proposta em *pen drive* ou mídia (CD ou DVD) conforme modelo disponibilizado no site [www.tupa.sp.gov.br](http://www.tupa.sp.gov.br), para facilitar o cadastro dos itens licitados no sistema informatizado, o que não substituirá o envelope de proposta, que deverá obrigatoriamente ser apresentado, em conformidade com o subitem 5.4.1.

## **5.5 - DAS INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA**

5.5.1 - É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos.

5.5.2 - Em nenhuma hipótese poderá ser modificado o conteúdo da proposta apresentada, em relação a preço, pagamento, prazo ou a qualquer outra condição ofertada, sob pena de desclassificação do licitante.

5.5.3 - Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às exigências contidas neste Edital, que sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, aquelas que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes e que ofertarem preços inexequíveis.

5.5.4 - Com a apresentação da proposta por parte do licitante presume-se como aceito, pelo mesmo, todas as cláusulas e condições constantes do presente Edital, bem como as instruções contidas na Lei nº 14.133/21, sendo considerado desclassificado o proponente que não atender as exigências do Edital.

## **6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

6.2 - Após os respectivos credenciamentos e lançamentos das propostas será iniciada a disputa.

6.3 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de seu representante devidamente credenciado.

6.4 - O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.

6.5 - Os licitantes poderão oferecer lances observando as regras estabelecidas neste Edital e seus anexos e ao comando do Pregoeiro que convidará individualmente os autores das propostas para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.

6.6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances que incidirá sobre o preço do item, conforme discriminado a seguir:

REDUÇÃO MÍNIMA
R\$ 10,00

6.7 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.8 - Será adotado para o envio de lances o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

6.8.1 - No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão pública.

6.9 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

6.10 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.11 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.12 – Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances será verificada a condição das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.12.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas **EMPATADAS** com a primeira colocada.

6.12.1 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

6.12.2 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.12.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **SORTEIO** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12.3.1 - Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

**6.12.4 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria ME, EPP ou MEI.**

6.13 - A obtenção de benefícios às ME/EPP e EQUIPARADAS, nos termos da LC nº 123/06, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser comprovada através de declaração de observância desse limite na licitação.

6.14 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.15 - Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021

6.16 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.16.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.17 - A negociação será conduzida pelo pregoeiro e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.18 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que entregue sua proposta – Anexo VII “MODELO DE PROPOSTA” adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de planilha na conformidade da planilha orçamentária apresentada pela Administração, e, se necessário, de documentos complementares da proposta.

6.19 - O prazo mínimo para atendimento da solicitação do item anterior **será de 1 (um) dia útil da data da sessão pública** e poderá ser entregue no Departamento de Licitação localizado na Praça da Bandeira, nº 800, Centro, Tupã – SP ou encaminhado via e-mail [licitacao@tupa.sp.gov.br](mailto:licitacao@tupa.sp.gov.br)

6.20 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido.

6.21 - Após a negociação do preço e recebimento da proposta com documentação que a acompanha, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

7.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no disposto acima no que se refere àqueles que não poderão disputar esta licitação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.3 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro realizará a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital e em seus anexos.

7.4 - Será **DESCCLASSIFICADA A PROPOSTA** vencedora que:

7.4.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.4.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de **INEXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS** valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item 7.5, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7- Se houver indícios de **inexecuibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá conceder prazo de 24 (vinte e quatro) horas para referida comprovação, se necessário (Ex: Planilha de Composição de Custos).

7.8 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.9 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.



7.13 – Será realizada a análise a **PROVA DE CONCEITO**, de modo a comprovar a aderência da proposta às especificações definidas no termo de referência, nos termos do item 8 deste edital.

## **8 – DA PROVA DE CONCEITO**

8.1 – **PROVA DE CONCEITO**: Será aplicada Prova de Conceito (POC), dada a importância dos serviços e sua complexidade, a qual visa permitir a verificação e a comprovação prática das funcionalidades e características principais dos itens propostos e sua devida conjugação com os serviços e estrutura a serem fornecidos pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, e sua real compatibilidade com os requisitos especificados no termo de referência do Edital, sob pena de desclassificação.

8.2 - Consistirá na análise posterior a etapa competitiva do certame, com a avaliação do objeto proposto pela empresa licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, servirá para a comprovação do atendimento aos requisitos expressos no Termo de Referência sob pena de não aceitação da proposta, e será realizado de forma consoante aos procedimentos constantes no ANEXO I, conduzida por comissão especial, em conformidade com a legislação pátria.

8.3 – Será concedido pelo Pregoeiro o prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da sessão pública, para que a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar efetue a demonstração da operacionalidade do Sistema Proposto, a qual será avaliada de acordo com o Termo de Referência.

8.4 – O Pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão de demonstração.

8.5 – Considerada satisfatória a apresentação do sistema (no mínimo 80% os itens demonstrados) do autor da proposta de menor preço, de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I), a licitante será declarada vencedora do certame.

8.6 - Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

8.7 - O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

## **9 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 - Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados **SOMENTE PELO LICITANTE VENCEDOR**, devendo acondicioná-los no Envelope N.º 02, com a documentação descrita nesta fase habilitação.

9.1.1 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, desde comprovada sua autenticidade.

9.1.2 - A prova de autenticidade de cópia de documento exigido será feita pelo Pregoeiro, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

9.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.3.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.3.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.4 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.5 - Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.7 - Os documentos emitidos via INTERNET, serão considerados como originais e poderão ter sua autenticidade aferida pelo Pregoeiro, através dos endereços eletrônicos dos órgãos emissores.

9.7.1 - Para efeito de regularidade, constatando-se divergência entre o documento apresentado e o disponível no endereço eletrônico do órgão emissor, prevalecerá o constante deste último, ainda que emitido posteriormente ao primeiro.

9.8 – Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica **VEDADA** a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência pelo PREGOEIRO:**

9.8.1 – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

9.8.2 – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.9 - O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata.

9.10 - Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos:

#### **9.10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) **Certificado de MEI**, no caso de Microempreendedor Individual;
- b) **Registro comercial**, no caso de empresa individual, com as devidas alterações, ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial;
- c) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, com as devidas alterações ou somente a última se consolidada, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) **Ato constitutivo**, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) **Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente**, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

#### **9.10.2 - DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)**;
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) **Prova de Regularidade com a Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, ou outra equivalente, na forma da Lei, relativo a Tributos Federais, inclusive às contribuições sociais (Seguridade Social), e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal);
- d) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, **referente a impostos pertinentes ao objeto da presente licitação**;
  - d1) Para efeito de análise dos documentos tratados na alínea “d”, entende-se como prova de regularidade, para o caso de empresas sediadas ou registradas no Estado de São Paulo, a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos OU de Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo.
- e) **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais (mobiliários), do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) **Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, com apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, com prazo de validade em vigor, na forma da Lei, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) **Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho**, através da Certidão Negativa de débitos Trabalhistas – CNDT, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (conforme Lei nº 12.440/11);
- h) **DECLARAÇÃO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21 (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal)**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz; (ANEXO IV).

9.10.2.1 - Serão aceitas como prova de regularidade fiscal e trabalhistas certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão garantidos e/ou com sua exigibilidade suspensa.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

9.10.2.2 - A comprovação de atendimento do disposto nas alíneas “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem 9.11.2 deverá ser feita na forma da legislação específica.

9.10.2.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte (alterada pela LC 155/16, art.43 §1º), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, com emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.2.3.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.10.2.3.2- Os benefícios de que trata o subitem anterior deste Edital não isentam as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual de apresentarem os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal e trabalhista exigidos no presente Edital.

9.10.2.3.3- A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo facultado ao MUNICÍPIO DE TUPÃ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma do inciso I, §4º, art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c o art. 45, II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

### **9.10.3 – HABILITAÇÃO TÉCNICA**

9.10.3.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório dos serviços semelhantes às licitadas.

9.10.3.1.1 - O atestado deverá conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, devidamente assinado pela autoridade ou representante que a expediu.

### **9.10.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.10.4.1 - Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de Falência e Concordata, recuperação judicial e extrajudiciais de Execução Patrimonial, em se tratando de sociedade civil, expedida pelos Cartórios Distribuidores da sede da Licitante, com data de expedição igual ou inferior a 90 (noventa) dias, da data da entrega da documentação.

a) Poderá ser apresentada certidão positiva de recuperação judicial, hipótese em que necessário se faz que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital conforme (Súmula 50 TCE / conforme depreende-se das decisões nos processos de representação contra editais de licitação: TC-5725.898.15, TC-5607.989.15, TC-7205-989.15, TC-7205.989.15, TC-7607.989.15, TC 7077.989.15, TC-7878.989.15, TC 9796.989.15, TC-362.989.16, TC-430.989.16, TC735.989.16, dentre outras).



b) Para as licitantes sediadas em locais em que a verificação é centralizada, será aceita uma única certidão.

### **9.10.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

**9.10.5.1- Tratando-se de procurador como representante da licitante**, deverá apresentar Instrumento público de procuração, se for o caso, com poderes ao procurador para assinar declarações e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante, com prazo de validade vigente, ou Instrumento particular de procuração (ANEXO II), com poderes ao procurador para assinar declarações e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente, acompanhado do contrato social ou estatuto em vigor; no caso de Sociedade Anônima, apresentar contrato social ou estatuto em vigor devidamente acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e, no caso de empresa individual, apresentar prova de registro comercial.

**9.10.5.2 - Tratando-se de sócio ou proprietário**, apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores ou, prova de registro comercial no caso de empresa individual.

### **9.10.5.3 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país:**

a) Quando constar expressamente no Anexo deste Edital a permissão de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

a.1) O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação;

a.2) Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas, na forma estabelecida no edital.

**9.10.5.4 - Juntamente aos demais documentos de habilitação, a licitante deverá apresentar as DECLARAÇÕES (ANEXO III - DECLARAÇÃO CONJUNTA), constante deste Edital**, subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado.

### **9.11 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

**9.11.1 -** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a documentação da proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**9.11.2 -** Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, desde que comprovada sua autenticidade.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

9.11.2.1- A prova de autenticidade de cópia de documento exigido será feita pelo Pregoeiro, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

9.11.2.2 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

9.11.3 – A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.4 - Caberá ao Pregoeiro, em sede de diligência, caso seja necessário, requerer da Licitante a juntada de documentos complementares, a fim de apurar a veracidade dos documentos apresentados ou comprovar fatos atinentes à época da abertura dos envelopes.

9.11.5 - Fica facultado ao Pregoeiro o saneamento de vícios sanáveis durante a análise dos documentos, desde que tais vícios não alterem sua substância e propósito, mediante despacho fundamentado, constante na Ata da Sessão.

## **10 – DOS RECURSOS**

10.1 - Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.1.3 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo** e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.2 - O recurso de que trata item 10.1 será dirigido ao Pregoeiro, que, **se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior (Prefeito), a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.3- O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.4 – Os demais ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas **CONTRARRAZÕES, no prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.5 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6 - Não serão aceitos os recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**10.7 - As razões de recurso e contrarrazões poderão ser protocolados no Departamento de Licitação, localizado na Praça da Bandeira, nº 800, Centro – Tupã – SP ou enviadas através de e-mail, [licitacao@tupa.sp.gov.br](mailto:licitacao@tupa.sp.gov.br), desde que atendidas aos seguintes requisitos:**

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

a) apresentar petição ou requerimento em formato PDF, assinado digitalmente por um signatário com certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil.

b) apresentar cópia do documento do peticionário, acompanhado de instrumento de procuração, contrato social ou ato constitutivo contendo os poderes do peticionário.

c) envio do e-mail até o último dia do prazo concedido, com solicitação de confirmação de leitura ao setor de licitação, que atestará a regularidade do cumprimento dos prazos legais.

10.7.1 – Os recursos que encaminhados via e-mail ou apresentado presencialmente serão disponibilizados pelo Pregoeiro no sistema, juntamente com a decisão do recurso.

10.8 – No decorrer do prazo de recurso será aberta vistas dos autos aos licitantes que a solicitarem, independentemente de requerimento, no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, no endereço: Praça da Bandeira, nº 800, Centro, CEP. 17600-900, Tupã/SP, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, nos dias úteis, Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura da Estância Turística de Tupã, de onde os autos do processo não poderão ser retirados.

10.8.1 – Caso a licitante queira cópias de documentos juntados ao processo licitatório, poderá obtê-las mediante requerimento escrito e pagamento do valor correspondente ao número de cópias requisitadas.

10.9 - Pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **11 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para **adjudicar o objeto e homologar a licitação**, observado o disposto no art. 71 da Lei no 14.133, de 2021.

## **12 – DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO**

12.1 - Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei no 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.1.1 - O Prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.1.2 - **Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar** o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, **outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação**, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, **nas**

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.1.3 - **Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.1.4 - **A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato** ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.1.4.1 - A regra do item 12.1.4 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a” do item 12.1.3.

### **13 - DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

13.1- A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato. A adjudicatária deverá assinar o contrato no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Tupã.

13.1.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2 - **A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato**, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.1.3 - Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o Pregoeiro retomará o processo licitatório, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13.2 - O extrato do instrumento contratual deverá ser publicado no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, nos termos do Art. 94, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

### **14 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**



14.1 - Para o presente contrato a fiscalização e gestão do contrato ficará sob a responsabilidade e será regida pelas regras e informações constantes no Termo de Referência.

## **15- DOS LOCAIS, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

15.1 – A execução dos serviços será nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência parte integrante deste Edital – ANEXO I.

## **16 – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

16.1 - O pagamento referente à etapa de Implantação será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução de do módulo/sistema implantado a contar da data de recebimento, mediante apresentação do relatório dos serviços executados devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças bem como a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente emitido pela CONTRATADA.

16.2 - Os pagamentos referentes à Locação e Manutenção serão efetuados mensalmente, e será pago em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao vencido, a contar da data de recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças responsável pelo recebimento dos serviços.

16.3 - A Nota fiscal deverá ser preenchida de acordo com as descrições dos serviços contidos no instrumento contratual, estando sujeita à devolução para devida correção.

16.4 - Em ocorrendo devolução da documentação para correção, o prazo para pagamento começará a partir da data de reapresentação.

16.5 - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.

16.6 - Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à Fornecedora.

16.7 - Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à Fornecedora, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.

16.8 - Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.9 - A Administração reserva-se no direito de adquirir apenas parte da quantidade licitada, sem que caiba a licitante vencedora qualquer indenização.

16.10 - A empresa deverá emitir NOTA FISCAL, sob pena de não recebimento.

16.11 - A Administração efetuará o pagamento em nome da fornecedora através de crédito na conta corrente da Fornecedora, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

## **17 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

17.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.5 - Fraudar a licitação;

17.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

17.2 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1 - advertência;

17.2.2 - multa;

17.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

17.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

17.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4- A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

**17.4.1** - Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, **a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.**

**17.4.2** - Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, **a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.**

17.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

17.8 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

17.9 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.10 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.11 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.12 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

## **18– DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

18.1 – Qualquer pessoa pode impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para pedir esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (**ART. 164 DA LEI Nº 14.133/2021**).

18.1.1 - As petições deverão ser enviadas através de e-mail, [licitacao@tupa.sp.gov.br](mailto:licitacao@tupa.sp.gov.br) , desde que atendidas aos seguintes requisitos:

a) apresentar petição ou requerimento em formato PDF, assinado digitalmente por um signatário com certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

b) apresentar cópia do documento do peticionário, acompanhado de instrumento de procuração, contrato social ou ato constitutivo contendo os poderes do peticionário.

c) envio do e-mail até o último dia do prazo concedido, com solicitação de confirmação de leitura ao setor de licitações, que atestará a regularidade do cumprimento dos prazos legais.

18.1.2 - **A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.1.3 - **A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.**

18.1.4 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18.2 - Não serão aceitos os pedidos de esclarecimentos e de impugnação apresentados fora do prazo legal (Item 23.1).

18.3 - As petições poderão ser protocoladas em original junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Tupã, sito à Praça da Bandeira, nº 800, Centro, Tupã/SP, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, dirigida à autoridade subscritora do Edital.

18.4 - Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

## **19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sítio oficial do Município de Tupã [www.tupa.sp.gov.br](http://www.tupa.sp.gov.br).

19.3 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.4 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.5 - É facultada ao Pregoeiro, ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



19.6 - Fica assegurado ao Município de Tupã, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por motivo de conveniência e oportunidade, razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou proceder à sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, de acordo com o estatuído no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais pertinentes da Legislação vigente.

19.7 - A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas e início dos lances, descabendo em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

19.8 - A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

19.9 – Eventuais modificações no edital (RETIFICAÇÃO), será realizada nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas. (art. 55 §1º da Lei nº 14.133/2021)

19.10 - Quaisquer esclarecimentos e informações relacionadas a este Pregão Presencial serão prestados pelo Pregoeiro, nos dias de expediente, no horário da 07h30min às 11h30min horas e das 13h às 17h, na Prefeitura Municipal de Tupã, ou através do telefone (14) 3404-1000.

19.11 – Para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Tupã, Estado de São Paulo.

Estância Turística de Tupã/SP, em 04 de abril de 2024.



**CAIO KANJI PARDO AOQUI**  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUÍNTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

PERÍODO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS
12 MESES	<ul style="list-style-type: none"><li>• LOCAÇÃO DE SOFTWARE</li><li>• MIGRAÇÃO DE DADOS, CONVERSÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO, E TREINAMENTO DE USUÁRIOS</li></ul>

#### 1. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA

1.1. Gestão municipal busca a cada dia aperfeiçoar seus serviços. O grande volume de informações geradas constantemente deve ser realizado com segurança e agilidade, de forma a desburocratizar as atividades. A Modernização do município com Solução Informatizada de Gestão Pública, propiciando a desburocratização e integração das diversas áreas, obtendo o resultado máximo, com o mínimo de recursos, sem desvios e desperdícios. Modernização das Secretarias de Administração no tratamento aos munícipes com a utilização de uma ferramenta ágil, moderna e transparente, trazendo confiabilidade.

1.2. Trazendo maior transparência a seus processos administrativos e possibilitando aos gestores do governo a obtenção de informações estratégicas necessárias ao planejamento de suas ações garantindo a otimização de recursos.

#### 2. JUSTIFICATIVA PARA ORÇAMENTO SIGILOSO

2.1 - Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se: Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117).

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

2.2 - A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espere-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

2.3 - Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade dos serviços, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória. Desta forma e por todo justificado anteriormente, esta Secretaria Municipal informa aos Licitantes que o **ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).**

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Classificação Econômica

Unidade Requisitante: 02.18 – Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Fonte: 0.01.00 – Recurso Próprio

Funcional Programática: 04.123.0400.2181.0000

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.16 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Ficha de Despesa: 455

### **5. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE PRESENCIAL**

5.1 - Considerando a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de informática para o município de Tupã/SP, para implantação e suporte técnico de sistema de gestão fiscal, nota fiscal eletrônica, e fiscalização especializada, torna-se imperativo analisar a modalidade de licitação mais adequada para o presente objeto.

5.2 - Diante da complexidade e especificidade dos serviços requeridos, bem como da necessidade de interação direta com os licitantes para esclarecimentos imediatos, negociação de preços e verificação das condições de habilitação, justifica-se a opção pela modalidade de pregão presencial. Esta modalidade permite uma maior celeridade na condução do processo, uma vez que a análise das propostas e habilitação pode ser realizada de forma imediata durante a sessão pública, garantindo a eficiência e transparência do certame.

5.3 - Além disso, a realização do pregão presencial fomenta a participação de empresas locais e regionais, fortalecendo o desenvolvimento econômico da região e garantindo a competitividade entre os licitantes.

5.4 - A interação direta entre os representantes das empresas e o pregoeiro possibilita uma maior compreensão dos requisitos do edital e uma negociação mais assertiva, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.5 - Por outro lado, em relação ao pregão eletrônico, observa-se que esta modalidade pode apresentar algumas desvantagens, tais como a dificuldade de participação de pequenos fornecedores devido à complexidade do sistema eletrônico, restrições de acesso à internet em determinadas regiões e a necessidade de estrutura tecnológica robusta para sua realização. Ademais, a ausência de interação direta entre os licitantes e o pregoeiro pode dificultar esclarecimentos imediatos e negociações durante o certame, podendo impactar na seleção da proposta mais vantajosa.

5.6 - Diante do exposto, considerando a complexidade e especificidade do objeto, bem como a necessidade de garantir a ampla participação de licitantes e a transparência do processo, recomenda-se a realização do pregão presencial como modalidade de licitação mais adequada para a contratação dos serviços de informática para o município de Tupã/SP, conforme preceitua o art. 17 § 2º da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA não poderá subcontratar quaisquer partes desta contratação.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:**

7.1.2. O Serviço possui natureza continuada;

7.1.3. O contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/21;

7.1.4. As exigências de habilitação impostas se compatibilizam com a natureza do objeto;

7.1.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência;

7.1.6. O serviço deverá ser iniciado após 01 (um) dia da assinatura do Termo de Contrato, em conformidade com detalhamento constante deste Termo de Referência.

## **8. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **8.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.1.2. A contratada deverá converter as informações dos bancos de dados atualmente em uso pela prefeitura, mediante a entrega do dicionário de dados e modelo entidade e relacionamento, pela contratante.

8.1.3. O aplicativo e o banco de dados deverão **serem instalados e executados em datacenter na nuvem**, resguardando à contratante a soberania sobre os dados que são de sua propriedade.

8.1.4. O banco de dados (SGBD) a ser utilizado para a solução deverá ser, **obrigatoriamente**, um SGBD não descontinuado e com suporte a particionamento de tabelas. Com isso, entende-se que o SGBD possui recurso importante para melhor manter e organizar seus dados, é moderno, e ainda conta com suporte, melhorias e correções por parte da empresa mantenedora.

8.1.5. Os serviços de suporte dos sistemas abaixo descritos têm como objetivo, a sua parametrização, orientação e assessoria, quando necessário, para que os mesmos atinjam os objetivos desejados quanto ao funcionamento, de acordo com as necessidades dos usuários.

8.1.6. A empresa deverá demonstrar através de documentos ou demonstração prática que possui sistema de recebimento através da ferramenta PIX.

8.1.7. A empresa deverá demonstrar através de documentos (atestados) que prática que possui experiência no armazenamento de dados e backups em Data center.

8.1.8. Os requisitos mínimos deste Termo de Referência serão avaliados em sessão pública através de apresentação pratica das funcionalidades.

8.1.9. O atendimento aos itens 7.1.1 ao 7.1.7 deste Termo de Referência são de comprovação obrigatória, e **inabilitam** o licitante em caso de descumprimento.

8.1.10. O critério de avaliação desta prova de conceito está baseado na satisfação de: 80% (oitenta por cento) das funcionalidades descritas nos itens 01 até 06 e subitens.

## 8.2. NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e)

8.2.1. Atender o Modelo Conceitual Padrão ABRASF, com no mínimo, a versão 2.3. Para a avaliação da conformidade dos documentos em atendimento ao Modelo Conceitual e Manual de Integração da ABRASF será realizada através de demonstração da validação dos documentos XML contra o esquema XSD publicado e disponível no sítio <http://www.abrasf.org.br>. O programa de validação homologado por esta Comissão será o “Notepad++” disponível gratuitamente para utilização, no sítio <http://notepad-plus-plus.org>.

8.2.2. A licitante vencedora deverá proceder a validação do XML conforme os passos adiante descritos:

8.2.3. - Baixar e instalar o aplicativo Notepad++ do site: <http://www.notepad-plus-plus.org/>;

8.2.4. - Configurar o Notepad++ para ser capaz de analisar esquemas XML de acordo com o manual anexo;

8.2.5. - Baixar o schema XML da NFS-e ABRASF V 2.3 ou superior do site: <http://www.abrasf.org.br>;

8.2.5.1. - Gerar o XML de um RPS com informações fornecidas pela comissão de licitação. A comissão deverá ditar, no mínimo, um texto personalizado que deverá ser exposto no campo da NFS-e denominado DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS;

8.2.5.2. - Validar o respectivo XML contra o schema ABRASF através do Notepad++;

8.2.5.3. - Submeter o XML DO RPS para processamento e geração da NFS-e;

8.2.5.4. - Executar a consulta webservice que retorna o XML da NFS-e gerada a partir do RPS gerado no passo 1.1.4;

8.2.5.5. - Validar o XML da NFS-e contra o schema ABRASF através do Notepad++.

8.2.6. - A retenção do ISSQN na NFS-e deverá estar de acordo com a legislação vigente, obedecendo aos critérios de classificação da atividade, retenção na fonte e recolhimento do tributo;

8.2.7. - Possuir rotina onde o fisco possa realizar a autorização do acesso dos contribuintes ao módulo de emissão de notas eletrônicas. Essa autorização poderá ser limitada a uma data limite ou quantidade de notas fiscais;

8.2.8. - O módulo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) deverá obrigatoriamente atender no mínimo aos seguintes requisitos:

8.2.8.1. Emissão por meio de acesso “on-line”;

8.2.8.2. Só poderá ter acesso ao sistema o contribuinte autorizado a utilizar o serviço;

8.2.8.3. Permitir que as NFS-e sejam emitidas das seguintes formas: digitação, importação por arquivo (txt e xml) e via web-service;

8.2.8.4. Validar a assinatura digital dos arquivos enviados via web-service;

8.2.8.5. O sistema de NFS-e deverá possuir, na sua emissão, todas as informações previstas no Modelo Conceitual Padrão ABRASF 2.3 ou superior;

8.2.8.6. Permitir que o emitente da NFS-e informe em campos específicos os tributos federais: COFINS, CSLL, PIS, IRPJ, INSS e outros quando necessário;

8.2.8.7. Permitir que o emitente informe em campos específicos o percentual de retenções federais incidentes na NFS-e;

8.2.8.8. Permitir que o emitente informe em campos específicos o total de impostos federais e municipais incidentes na NFS-e;

8.2.8.9. Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como atividade, alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do tomador do serviço;

8.2.8.10. Envio de NFS-e por e-mail com a indicação de um link para impressão e download do arquivo XML;

8.2.8.11. Consulta as NFS-e emitidas e canceladas;

8.2.8.12. Permitir o bloqueio da emissão da NFS-e;

8.2.8.13. Permitir a descrição do serviço prestado utilizando no mínimo 2000 (dois mil) caracteres;

8.2.8.14. Emissão de NFS-e personalizada com a logomarca da empresa prestadora;

8.2.8.15. Preencher automaticamente os dados do tomador do serviço, de dentro ou fora do município, após a digitação de seu CPF ou CNPJ;

8.2.8.16. Possuir dispositivo para o cancelamento da NFS-e pelo próprio prestador, obedecendo um prazo máximo pré-estabelecido e configurável pela fiscalização, informando o motivo do cancelamento.

8.2.8.17. Caso o prazo máximo pré-estabelecido for ultrapassado, deverá possuir rotina para que seja feita a solicitação do cancelamento e o mesmo possa ser aprovado ou rejeitado pela fiscalização. A NFS-e cancelada deve constar no sistema com a indicação de que o documento se encontra cancelado, além do tomador do serviço ser informado automaticamente do cancelamento via e-mail, caso o mesmo tenha sido informado na emissão;

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.2.8.18. Possuir dispositivo para a substituição de uma NFS-e, obedecendo um prazo máximo pré-estabelecido e configurável pela fiscalização, referente a emissão da NFS-e que será substituída;

8.2.8.19. Deverá estar integrada ao Livro Fiscal Eletrônico do ISSQN, onde a emissão gera automaticamente sua escrituração, agilizando o cumprimento das obrigações principal e acessória;

8.2.8.20. Possuir funcionalidade para envio posterior da NFS-e por e-mail ao tomador do serviço ou qualquer destinatário informado;

8.2.8.21. Permitir reimpressão da NFS-e individualmente ou em lote;

8.2.8.22. Exportação em XML das Notas Fiscais Eletrônicas emitidas;

8.2.8.23. Importação e processamento de arquivo RPS;

8.2.8.24. No caso de importação, o sistema deverá possuir um dispositivo de verificação do arquivo a ser importado apontando os erros do arquivo de RPS, onde não poderá permitir, no mínimo: importação em duplicidade do mesmo arquivo, duplicidade do número do RPS, CPF/CNPJ inválidos, data de emissão inferior a última NFS-e emitida;

8.2.8.25. Validar a assinatura digital, padrão ICP-Brasil, dos arquivos XML importados;

8.2.8.26. Deverá constar no corpo da NFS-e emitida a indicação do local de recolhimento do ISSQN, conforme legislação vigente;

8.2.8.27. Permitir a visualização prévia da NFS-e antes de sua geração, permitindo ao contribuinte validar as informações nela contida;

8.2.8.28. Possuir mecanismo para verificar a autenticidade da NFS-e emitida sem a necessidade de estar logado ao sistema;

8.2.8.29. Permitir a escrituração automática da NFS-e emitida no livro fiscal do tomador do serviço quando o mesmo for do município;

8.2.8.30. Possuir dispositivo QR CODE na impressão da NFS-e que permita verificar sua autenticidade de forma automática, contendo informações do prestador, tomador, data, número da NFS-e.

8.2.9. Deverá ser demonstrada a emissão da NFS-e através de empresas com regime de tributação variável, fixo (autônomo), MEI, ME-EPP optante do simples nacional e ME-EPP não optante do simples nacional, além da emissão da NFS-e através de empresa de construção civil;

8.2.9.1. No caso da emissão da NFS-e através de empresa de construção civil, deverá constar na nota fiscal a identificação da obra;

8.2.9.2. O cadastro de obra deverá estar disponível ao contribuinte no módulo de emissão da NFS-e e no módulo de escrituração fiscal de serviço prestado;

8.2.9.3. Permitir que os prestadores de serviços efetuem o cadastramento de suas obras e registrem, todos os documentos fiscais de materiais adquiridos para serem empregados em suas obras, bem como a transferência de materiais entre obras:

8.2.9.3.1. Permitir o cadastramento de obras executadas pela empresa;

8.2.9.3.2. Permitir o registro de entrada de materiais incorporados às obras;

8.2.9.3.3. Permitir o registro de entrada de materiais em estoque;

8.2.9.3.4. Permitir o registro de transferência de materiais entre estoque/obras e obras/obras;

8.2.9.3.5. Permitir o acompanhamento do saldo de materiais incorporados à obra X deduções utilizadas na NFS-e;

8.2.9.3.6. Permitir a importação por arquivo dos materiais incorporados à obra;

8.2.9.3.7. Restringir que ao emitir uma NFS-e de alguma atividade relacionada a construção civil, o contribuinte só possa indicar a dedução referente a materiais utilizado no serviço caso informe o código da obra, A.R.T. ou C.E.I., previamente cadastrado no sistema, ao qual a obra se refere;

8.2.9.4. As informações mínimas necessárias para o cadastro de obra são:

8.2.9.4.1. Endereço do local da obra contendo, no mínimo: logradouro, número, bairro, cidade, estado



e CEP;

- 8.2.9.4.2. Nome ou razão social do proprietário da obra;
- 8.2.9.4.3. CPF ou CNPJ do proprietário da obra;
- 8.2.9.4.4. Data de início da obra;
- 8.2.9.4.5. A.R.T. / C.E.I.;
- 8.2.9.5. Deverá ser permitido ao prestador cadastrar mais de uma obra para o mesmo tomador.

8.2.10. Possuir funcionalidade que permita aos contribuintes optantes pelo simples nacional, informar o seu faturamento mensalmente por competência, onde os valores dos serviços prestados sejam preenchidos automaticamente de acordo com as NFS-e emitidas. Após o preenchimento das informações o sistema deverá calcular automaticamente a alíquota por atividade na competência, respeitando os cálculos de alíquota do anexo informado, de acordo com a legislação vigente. No momento da emissão da NFS-e o sistema deverá buscar automaticamente a alíquota calculada para a competência. A funcionalidade deverá enquadrar automaticamente os contribuintes cujo faturamento no período que, de acordo com a legislação vigente, deverão recolher o ISSQN de acordo com a legislação municipal. O sistema deverá automaticamente buscar a alíquota associada a atividade informada e também permitir a emissão do documento de arrecadação das referidas NFS-e;

8.2.10.1. O cálculo do ISSQN deverá respeitar as características tributárias da empresa emissora da NFS-e e o local de recolhimento do imposto, conforme legislação vigente;

8.2.10.2. Possuir funcionalidade que permita ao contribuinte agendar a geração automática de uma NFS-e em uma determinada data e hora, baseado nas informações de emissão previamente cadastradas pelo contribuinte, programação de emissão com data futura;

8.2.10.3. Permitir ao contribuinte, no momento da emissão, selecionar os dados de uma nota já emitida anteriormente e estes dados serem preenchidos automaticamente na nota atual, permitindo a edição dos mesmos quando pertinente;

8.2.10.4. Oferecer sistema de emissão de RPS off-line, para que o contribuinte autorizado a emitir NFS-e possa gerar o RPS sem ter o acesso à internet.

8.2.10.5. Contemplar as funcionalidades por webservice de: geração de NFS-e, recepção e processamento de lotes de RPS, consulta de NFS-e por RPS, consulta de Lote de RPS, consulta de NFS-e – serviços prestados, consulta de NFS-e serviços tomados ou intermediados, cancelamento de NFS-e, substituição de NFS-e, consulta por faixa de NFS-e em conformidade com o Modelo Conceitual ABRASF 2.3 ou superior;

8.2.10.6. Possibilitar a geração da guia de recolhimento on-line, com apuração automática do valor a ser recolhido com base nas informações dos documentos declarados;

8.2.10.7. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

8.2.10.8. Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;

8.2.10.9. Permitir que o contribuinte possa visualizar seu cadastro perante a Prefeitura, permitindo que o mesmo possa realizar apenas alteração de telefone, e-mail, logotipo, senha e demais configurações exclusivas à emissão da NFS-e como envio do documento por e-mail, alíquotas de tributos federais, etc.

8.2.10.10. Para as NFS-e emitidas para a prefeitura municipal o sistema deverá permitir selecionar o departamento solicitante;

8.2.10.11. Para as NFS-e emitidas para a prefeitura municipal o sistema deverá permitir emissão sem atribuir departamento solicitante.

### 8.3. NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA AVULSA (NFS-e Avulsa)



- 8.3.1. Permitir que o prestador de serviço avulso solicite remotamente o cadastro de contribuinte avulso para a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa;
- 8.3.2. Garantir que o usuário somente poderá acessar o sistema para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa após a aprovação do cadastro pela autoridade fiscal;
- 8.3.3. O sistema deverá possuir todos os campos e funcionalidades existentes na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;
- 8.3.4. Permitir que seja gerado um rascunho com as informações registradas e que o mesmo possa ser editado com e com a possibilidade de impressão, antes da emissão efetiva da Nota Fiscal De Serviços Eletrônica Avulsa;
- 8.3.5. Permitir a geração e impressão de documento de arrecadação vinculado à nota fiscal de serviços avulsa no padrão FEBRABAN para que o usuário possa realizar o pagamento do imposto em qualquer rede bancária;
- 8.3.6. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;
- 8.3.7. Garantir que a nota fiscal de serviços avulsa somente seja liberada para o usuário após o recebimento da baixa bancária contendo o pagamento do imposto consignado no documento de arrecadação a ela vinculado;
- 8.3.8. Disponibilizar a nota fiscal de serviços eletrônica avulsa para o contribuinte automaticamente após a leitura do arquivo de baixa bancária referente à quitação do documento de arrecadação vinculado à nota fiscal de serviços avulsa;
- 8.3.9. Permitir que os usuários do sistema possam consultar e imprimir a nota fiscal de serviços eletrônica avulsa;
- 8.3.10. Possibilitar ao tomador do serviço comprovar a autenticidade da nota fiscal de serviços eletrônica avulsa;
- 8.3.11. Permitir a exportação das informações em arquivos xml;
- 8.3.12. Possibilitar que a emissão de nota fiscal de serviços eletrônica também possa ser emitida por servidores públicos do município, cuja emissão deverá ocorrer em suas respectivas unidades administrativa.
- 8.3.13. Permitir parametrizações de quantidade de NSF-e avulsa e valor máximo acumulado por exercício.

#### **8.4. ISSQN ELETRÔNICO**

- 8.4.2. Fornecimento de manutenção e suporte de sistema de Escrituração do Livro Fiscal do ISSQN, de forma eletrônica, cujas informações condicionarão a forma de escrituração de cada contribuinte, através da integração do Livro Fiscal com os dados dos cadastros;
  - 8.4.2.1. O sistema de escrituração de notas fiscais deverá estar totalmente integrado com o sistema de Nota Fiscal Eletrônica;
- 8.4.3. Essa integração entre os cadastros técnico e fiscal da administração se dará através de mecanismos eletrônicos e automáticos “em tempo real”;
- 8.4.4. O objetivo da integração em tempo real é para que qualquer alteração nos cadastros técnico e fiscal e de pagamentos do ISSQN possa, após sua sincronização ao banco de dados formado através do sistema ofertado, imediatamente ser acessado pelas empresas que produziram tais informações, assim como a geração de documento de arrecadação do ISSQN, produzida pelas empresas deverá ser transmitida de forma eletrônica e automática para o cadastro técnico e fiscal da Administração;
- 8.4.5. O Livro Eletrônico pretendido pela Administração deverá ser disponibilizado para todas as empresas prestadoras e compradoras de serviços do Município.

## **A – ESCRITURAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E/OU TOMADOS**

8.4.6. As escriturações deverão suportar a identificação da empresa usuária, suas características tributárias e permitir que os dados existentes em uma nota fiscal de serviços sejam escriturados, possibilitando que as empresas prestadoras e tomadoras cumpram suas obrigações tributárias e acessórias e a Administração possua informações para geração de relatórios. Além disso, efetuar a escrituração dos Livros de Serviços Tomados e Prestados e emitir guia de arrecadação de imposto devido;

8.4.6.1. Deverá possuir os campos mínimos necessários para escrituração de notas fiscais de serviços, sendo: número e série da nota fiscal, data de emissão, valor do serviço, atividade, CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço, informação da retenção ou não do serviço prestado, local do recolhimento e, se for o caso, alíquota do Simples Nacional;

8.4.7. Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

8.4.7.1. Registrar os lançamentos de notas fiscais de serviços pelo regime de competência;

8.4.7.2. Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como: atividade, alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço;

8.4.7.3. Permitir que, ao se informar o CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço, seja exibido suas informações desde que o mesmo esteja no cadastro do sistema, possibilitando a digitação de informações complementares não cadastradas;

8.4.7.4. Verificar automaticamente, quando possível o responsável pelo pagamento do tributo com base nas informações lançadas anteriormente;

8.4.7.5. Permitir o lançamento das notas fiscais de serviço de acordo com a alíquota da empresa prestadora, quando se tratar de serviço prestado por empresa enquadrada no regime “Simples Nacional”;

8.4.7.6. Possuir rotina de importação da escrituração dos documentos a partir de arquivo texto gerados pelos sistemas contábeis e comerciais dos contribuintes obedecendo layout pré-definido em formato XML e TXT;

8.4.7.7. Efetuar o encerramento da competência e, após o encerramento, emitir o livro fiscal de serviços prestados e/ou tomados, o Recibo de Entrega de Declaração e o Termo de Confissão de Dívida;

8.4.7.8. Emitir guia de arrecadação referente aos lançamentos efetuados na competência, respeitando o regime tributário da empresa e a legislação vigente;

8.4.7.9. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

8.4.7.10. Possuir mecanismos de alteração dos lançamentos após o encerramento da competência, permitindo que o contribuinte possa incluir uma nova nota fiscal, alterar ou excluir uma já lançada. Após o(s) novo(s) lançamento(s), caso o imposto devido na competência seja maior que a guia já gerada, o sistema deverá gerar uma guia complementar com o valor da diferença a ser recolhido, caso o valor do imposto devido seja a menor da guia já gerada, a emissão da guia com o valor a menor deverá ser autorizada pela Prefeitura;

8.4.7.11. Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;

8.4.7.12. Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;

8.4.7.13. Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros de acordo com a legislação vigente.

8.4.7.14. Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a

mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;

8.4.7.15. Possuir rotina de Declaração de Não Movimentação Econômica On-Line, de serviços prestados e contratados, por mês e ano de competência;

8.4.7.16. Não permitir a declaração de não movimentação caso haja algum documento declarado na mesma competência;

8.4.7.17. Os departamentos da Prefeitura Municipal podem vincular NFS-e ao seu departamento;

8.4.7.18. Os departamentos da Prefeitura Municipal podem desvincular NFS-e emitidas ao seu departamento;

8.4.7.19. Os departamentos podem consultar NFS-e emitidas para a prefeitura municipal sem nenhuma vinculação com um departamento ou as NFS-e vinculadas ao seu departamento.

## **B – ESCRITURAÇÃO DE SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

8.4.8. Este módulo é de acesso exclusivo para empresas que possuam atividades enquadradas para atuação na área da construção civil, estabelecendo a escrituração das notas fiscais de serviços individualizadas para cada obra cadastrada;

8.4.8.1. Deverá possuir os campos mínimos necessários para escrituração de notas fiscais de serviços, sendo: número da nota fiscal de serviços, data de emissão, série, identificação da obra cadastrada, código do serviço, valor da nota fiscal, valor da base de cálculo, CNPJ/CPF do comprador dos serviços, local do recolhimento e, se for o caso, alíquota do Simples Nacional;

8.4.9. Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

8.4.9.1. Registrar os lançamentos de notas fiscais de serviços pelo regime de competência;

8.4.9.2. Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como: atividade, alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço;

8.4.9.3. Permitir que, ao se informar o CNPJ ou CPF do tomador do serviço, seja exibido suas informações desde que o mesmo esteja no cadastro do sistema, possibilitando a digitação de informações complementares não cadastradas;

8.4.9.4. Verificar automaticamente, quando possível o responsável pelo pagamento do tributo com base nas informações lançadas anteriormente;

8.4.9.5. Permitir o lançamento das notas fiscais de serviço de acordo com a alíquota da empresa prestadora, quando se tratar de serviço prestado por empresa enquadrada no regime “Simples Nacional”;

8.4.9.6. Permitir que os prestadores de serviços efetuem o cadastramento de suas obras e registrem, todos os documentos fiscais de materiais adquiridos para serem empregados em suas obras, bem como a transferência de materiais entre obras;

8.4.9.6.1. Permitir o cadastramento de obras executadas pela empresa;

8.4.9.6.2. Permitir o registro de entrada de materiais incorporados às obras;

8.4.9.6.3. Permitir o registro de entrada de materiais em estoque;

8.4.9.6.4. Permitir o registro de transferência de materiais entre estoque/obras e obras/obras;

8.4.9.6.5. Permitir o acompanhamento do saldo de materiais incorporados à obra X deduções utilizadas na NFS-e;

8.4.9.6.6. Deverá ser permitido ao prestador cadastrar mais de uma obra para o mesmo tomador;

8.4.9.6.7. Permitir a importação por arquivo dos materiais incorporados à obra;

8.4.9.6.8. Restringir que ao emitir uma NFS-e de alguma atividade relacionada a construção civil, o contribuinte só possa indicar a dedução referente a materiais utilizado no serviço caso informe o código da obra, A.R.T. ou C.E.I., previamente cadastrado no sistema, ao qual a obra se refere;

8.4.9.7. Efetuar o encerramento da competência e, após o encerramento, emitir o livro fiscal de



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

serviços prestados e/ou tomados, o Recibo de Entrega de Declaração e o Termo de Confissão de Dívida;

8.4.9.8. Emitir guia de arrecadação referente aos lançamentos efetuados na competência, respeitando o regime tributário da empresa e a legislação vigente;

8.4.9.9. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

8.4.9.10. Possuir mecanismos de alteração dos lançamentos após o encerramento da competência, permitindo que o contribuinte possa incluir uma nova nota fiscal, alterar ou excluir uma já lançada. Após o(s) novo(s) lançamento(s), caso o imposto devido na competência seja maior que a guia já gerada, o sistema deverá gerar uma guia complementar com o valor da diferença a ser recolhido, caso o imposto devido seja a menor da guia já gerada, a emissão da guia com o valor a menor deverá ser autorizada pela Prefeitura;

8.4.9.11. Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;

8.4.9.12. Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;

8.4.9.13. Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros de acordo com a legislação vigente;

8.4.9.14. Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;

8.4.9.15. Possuir rotina de Declaração de Não Movimentação Econômica On-Line, de serviços prestados e contratados, por mês e ano de competência;

8.4.9.16. Não permitir a declaração de não movimentação caso haja algum documento declarado na mesma competência.

## **C – ESCRITURAÇÃO DE INTITUIÇÕES FINANCEIRAS (BANCOS)**

8.4.10. Este módulo deverá permitir que as Instituições Financeiras cumpram suas obrigações tributárias. As declarações deverão ser feitas através da importação de arquivos, cujo layout deverá estar em conformidade com o modelo DES-IF elaborado pela ABRASF ([www.abrasf.org.br](http://www.abrasf.org.br)) com no mínimo a versão 3.1;

8.4.11. Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

8.4.11.1. Permitir que os auditores fiscais cadastrem as Instituições Financeiras;

8.4.11.2. Permitir que o contribuinte realize a solicitação de acesso ao sistema;

8.4.11.3. Possuir as seguintes rotinas de importação:

8.4.11.3.1. Módulo Informações Comuns: composto dos seguintes registros: identificação da declaração, plano geral de contas comentado – PGCC, tabela de tarifas de serviços da instituição, tabela de identificação de serviços de remuneração variável;

8.4.11.3.2. Módulo Demonstrativo Contábil: composto dos seguintes registros: identificação da declaração, identificação da dependência, balancete analítico mensal, demonstrativo de rateio de resultados internos;

8.4.11.3.3. Módulo Apuração Mensal: composto dos seguintes registros: identificação da declaração, identificação da dependência, demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, demonstrativo do ISSQN mensal a recolher;

8.4.11.3.4. Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: composto dos seguintes



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

registros: demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis;

8.4.11.4. O Sistema deverá validar o arquivo de acordo com o Modelo Conceitual ABRASF, informando, quando houver, o código e descrição do erro, motivo do erro, solução para correção e localização do erro;

8.4.11.5. Emitir protocolo de envio do arquivo;

8.4.11.6. Possibilitar o download do arquivo importado pela Instituição Financeira;

8.4.11.7. Apresentar as informações definidas pelo Município tais como: Tipo de Consolidação, Códigos de Tributação da DES-IF com as respectivas alíquotas do Município, Código do IBGE;

8.4.11.8. Emitir o Livro Fiscal Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;

8.4.11.9. Emitir documento de arrecadação municipal, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com as atividades e alíquotas;

8.4.11.10. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

8.4.11.11. Permitir a geração de segunda via de um documento de arrecadação já vencido, mediante a informação de uma nova data de vencimento, onde o sistema deverá calcular automaticamente os acréscimos legais;

8.4.11.12. Permitir a consulta pelos auditores fiscais dos módulos declarados contendo, no mínimo, as seguintes informações:

8.4.11.12.1. O Plano de Contas da Instituição contendo o código PGCC, nome e descrição da conta PGCC, código da conta COSIF, código DES-IF/Tributação e código da conta superior;

8.4.11.12.2. A Tabela de Tarifas por Instituição Financeira contendo código de identificação da tarifa, descrição e código PGCC;

8.4.11.12.3. O demonstrativo da apuração da receita tributada e do ISSQN mensal devido por subtítulos, segregados por dependência contendo no mínimo o período de competência dos dados declarados, o código PGCC, código de tributação DES-IF, conta COSIF, receita tributável, dedução, incentivos, base de cálculo, alíquota, ISSQN devido, ISSQN a recolher, crédito e débito;

8.4.11.12.4. O Balancete Analítico mensal segregado por dependência contendo o período de competência dos dados declarados, código PGCC, saldo inicial, valor dos créditos, valor dos débitos e saldo final;

8.4.11.13. Disponibilizar recurso para análise do PGCC das Instituições Financeiras possibilitando o enquadramento ou reenquadramento no código DES-IF, mantendo registro do usuário e data em que os reenquadramentos foram realizados;

8.4.11.14. O sistema deverá manter registro do usuário responsável pela auditoria, a data em que a auditoria foi iniciada, o nome da Instituição Financeira que está em auditoria e o período que está sendo fiscalizado;

8.4.11.15. O sistema deverá apresentar funcionalidade para glosar valores a débito;

8.4.11.16. O sistema deverá apresentar funcionalidade para “ignorar” as divergências eletrônicas;

8.4.11.17. Para cada divergência o sistema deverá apresentar o total de contas divergentes e o valor da base de cálculo não declarada, além do detalhamento de todos os subtítulos enquadrados na divergência;

8.4.11.18. O sistema deverá permitir o bloqueio de envio de declarações retificadoras para a Instituição Financeira que está em auditoria;

8.4.11.19. O sistema deverá disponibilizar a opção de envio de Notificação para Retificação de arquivos DES-IF durante o processo de análise das divergências;

8.4.11.20. O sistema deverá permitir realizar o reprocessamento das divergências;

8.4.11.21. O sistema deverá apresentar relatório das informações declaradas no módulo demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis possibilitando a consulta por subtítulo e período dos lançamentos, conforme necessidade do fisco;

8.4.11.22. O sistema deverá possibilitar exportar para o módulo de ação fiscal as divergências

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

eletrônicas por Dependência, contendo os dados dos Subtítulos divergentes, Conta COSIF, código de Tributação, base de cálculo não declarada e ISS não declarado, cujas informações devem compor o processo administrativo fiscal;

8.4.11.23. Permitir que após o encerramento da declaração sua correção ocorra apenas com declaração retificadora.

8.4.11.24. O sistema deverá dar a possibilidade de emissão de boletos de pagamento avulso, para antecipação do pagamento antes do fechamento da declaração.

8.4.11.25. O sistema deverá dar a possibilidade de emissão de boletos automáticos ao encerramento de escrituração normal e/ou substitutiva, completamente vinculado a esta escrituração e abatendo valores gerados anteriormente via boletos avulsos de que trata o item anterior.

8.4.11.26. Permitir o cadastro da Tabela de Identificação de Outros Produtos e Serviços;

8.4.11.27. Possibilitar a emissão do relatório de lançamento de estorno nas declarações;

8.4.11.28. Permitir que o livro possa ser encerrado e após o encerramento impeça a inclusão de novos registros. Após o encerramento, na impressão do livro, será demonstrado o termo de encerramento para guarda do livro fiscal conforme estabelecido pela legislação municipal;

8.4.11.29. Possibilitar visualizar o conta corrente fiscal da instituição financeira com todas as guias geradas e sua situação de pagamento;

8.4.11.30. Permitir o envio das contas de resultado credoras e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos dos últimos anos, possibilitando encaminhar arquivo para cada período estabelecido na legislação;

8.4.11.31. Deve disponibilizar função para envio das contas de resultado credoras e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos dos últimos 5 anos, possibilitando encaminhar arquivo para cada período estabelecido na legislação;

8.4.11.32. Possuir funcionalidade que permita aos auditores fiscais definir as contas consideráveis tributáveis por instituição financeira e período. Deverá ser possível a importação destas contas através das informações declaradas pelos contribuintes ou por importação de um período já cadastrado anteriormente pela fiscalização. No momento da importação deverá ser informado o período da declaração já existente e o novo período a ser considerado para estas informações;

8.4.11.33. Permitir realizar o cruzamento das contas informadas como tributáveis pela fiscalização com as informações declaradas pela Instituição Financeira, tais como: contas consideradas tributáveis de ISSQN pela fiscalização e não declaradas pela Instituição Financeira, constas não consideradas tributáveis de ISSQN pela fiscalização e declaradas pela Instituição Financeira;

8.4.11.34. Permitir a geração de notificações em lotes, baseadas nas divergências e cruzamentos apurados pelo sistema mitigando o trabalho e principalmente o retrabalho do corpo de auditores com atividades repetitivas de impressão para o envio para entrega presencial ou e preferencialmente publicação no Domicílio Tributário Eletrônico;

8.4.11.35. Permitir a geração automática do levantamento fiscal apontando as contas que apresentarem divergências, sendo possível ao fiscal auditar os valores apresentados de cada conta por competência.

8.4.11.36. Possuir opção para informar as contas que já estão auditadas (conferidas) no levantamento fiscal de modo a possibilitar ao fiscal filtrar as contas que ainda necessitam serem auditadas;

8.4.11.37. Possuir filtro no levantamento fiscal das contas auditadas, contas com valores positivos declarados, contas com valores zerados;

8.4.11.38. Apresentar os seguintes relatórios para auxiliar o trabalho do Fisco:

8.4.11.38.1. Disponibilizar relatório que identifique as Instituições que declararam ou não sua movimentação para os 4 módulos da DESIF.

8.4.11.38.2. Permitir a comparação de declarações realizadas por diferentes Instituições Financeiras de acordo com a Tributação DESIF.

8.4.11.38.3. Possuir relatório do levantamento fiscal detalhado por conta;

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

- 8.4.11.38.4. Possuir relatório do levantamento fiscal totalizado por competência;
- 8.4.11.38.5. Os Devedores do município;
- 8.4.11.38.6. Os Maiores Arrecadadores;
- 8.4.11.38.7. Todos os boletos gerados das declarações DES-IF;
- 8.4.11.38.8. Os lançamentos de ISS;
- 8.4.11.38.9. Os débitos de ISSQN;
- 8.4.11.38.10. Livro Fiscal de serviços prestados;
- 8.4.11.38.11. Livro Fiscal de serviços tomados;
- 8.4.11.38.12. A relação dos módulos pendentes de entrega por Instituição Financeira, contendo no mínimo o nome e CNPJ base da Instituição Financeira, Tipo do Módulo e competência pendente de entrega;
- 8.4.11.38.13. De serviços de Remuneração Variável contendo no mínimo Subtítulo PGCC, Desdobramento de Conta Mista e Código da Tarifa;
- 8.4.11.38.14. De Apuração Mensal Retroativa por Instituição Financeira contendo no mínimo o número do protocolo, competência e valor do ISS;
- 8.4.11.38.15. De Detalhamento da Apuração Mensal por Instituição Financeira contendo no mínimo o número do protocolo, competência, base de cálculo e valor do ISS;
- 8.4.11.38.16. Subtítulos não declarados no módulo de apuração mensal que tiveram saldo no demonstrativo contábil apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, os valores de crédito e débito declarados no módulo demonstrativo contábil;
- 8.4.11.38.17. Subtítulos tributáveis e não declarados no módulo de apuração mensal que tiveram saldo no demonstrativo contábil apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, a alíquota conforme entendimento do fiscal, alíquota declarada no módulo de apuração mensal e os valores de crédito e débito declarados no módulo de apuração mensal;
- 8.4.11.38.18. Subtítulos com divergência de alíquota, devido aos reenquadramentos no código DES-IF realizados pelo fisco municipal apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, a alíquota conforme entendimento do fiscal, alíquota declarada no módulo de apuração mensal e os valores de crédito e débito declarados no módulo de apuração mensal;
- 8.4.11.38.19. Subtítulos com valores a débito (estornos) apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, os valores de crédito e débito declarados nos módulos de apuração mensal e demonstrativo contábil;
- 8.4.11.38.20. Subtítulos com divergência no saldo declarado (crédito - débito), apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, os valores de crédito e débito declarados nos módulos de apuração mensal e demonstrativo contábil;
- 8.4.11.38.21. Dos dados das tarifas de serviços da instituição financeira/Banco;
- 8.4.11.38.22. Listagem para controle e validação as contas reenquadradas bem como as justificativas do reenquadramento;
- 8.4.11.38.23. Dos dados dos códigos de tributação DESIF de acordo com o manual da ABRASF;
- 8.4.11.38.24. Que demonstre o valor a recolher pela fiscalização, indicando as divergências encontradas pela marcação de contas como tributáveis pelo fisco;
- 8.4.11.38.25. Que demonstre o valor a recuperar referente a divergência de alíquota em declarações efetuadas pelos bancos em exercícios anteriores, divergentes com a legislação municipal;
- 8.4.11.38.26. A solução deverá apontar as divergências de enquadramento dos COSIFs entre instituições financeiras/bancos do município;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.11.38.27. A solução deverá ter opção que cruze o PGCC dos bancos do municípios com outros municípios e demonstre as divergências de enquadramento com o Código de Tributação DES-IF;

8.4.11.38.28. A solução deverá ter opção que cruze o PGCC dos bancos do município com outros municípios e demonstre as divergências de enquadramento com o COSIF;

8.4.11.38.29. O sistema deverá possuir inteligência fiscal, permitindo que o fisco efetue a marcação das contas do PGCC dos bancos do seu município baseado em informações prestadas pelos bancos em outros municípios;

8.4.11.38.30. O sistema deverá possuir inteligência fiscal, permitindo que o fisco efetue a marcação das contas marcadas pelo fisco em outros municípios e efetuar a marcação de forma automática no PGCC das instituições do seu município ficando destacado como contas marcadas pelo fisco;

8.4.11.38.31. Possuir indicação do item da lista de serviços que a conta bancária está vinculado no momento que o servidor/fiscal estiver procedendo com a auditoria;

## **D – ESCRITURAÇÃO DE CONTRIBUINTES DISPENSADOS DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS**

8.4.12. Este módulo deverá identificar a empresa usuária, suas características tributárias, e permitir que os dados e os valores cobrados por seus serviços sejam declarados, conforme constam nos balancetes contábeis, selecionando, automaticamente, cada uma das contas contábeis, no momento da declaração, tendo campos de informação específicos para informar: valor total dos serviços prestados no mês de competência, em cada uma das contas contábeis, possibilitando que os contribuintes cumpram suas obrigações tributárias;

8.4.13. O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total faturado no mês, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido;

8.4.14. Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

8.4.14.1. Possuir rotina para cadastramento das contas contábeis que deverão estar individualmente associadas a um determinado código da lista de serviços;

8.4.14.2. Efetuar o lançamento de valores de serviços prestados através de uma conta contábil;

8.4.14.3. Possuir rotina de importação dos valores apurados no plano de contas a partir de arquivo texto gerados pelos sistemas contábeis obedecendo layout pré-definido em formato XML e TXT;

8.4.14.4. Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;

8.4.14.5. Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com as atividades e alíquotas.

8.4.14.6. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

8.4.14.7. Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;

8.4.14.8. Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros conforme legislação vigente;

8.4.14.9. Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes.



## **E – ESCRITURAÇÃO DE CARTÓRIOS**

8.4.15. Este módulo deverá identificar a empresa usuária, suas características tributárias e permitir que os dados existentes em um tipo de serviços sejam escriturados: tipo de estabelecimento de serviços notariais e de registro, identificação da atividade cartorial prestada, quantidade de documentos, valor da receita própria referente aos emolumentos, possibilitando que os contribuintes cumpram suas obrigações tributárias;

8.4.16. O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido;

8.4.17. Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

8.4.17.1. Permitir que os auditores fiscais cadastrem os tipos de estabelecimentos de serviços notariais e de registro;

8.4.17.2. Permitir que os auditores fiscais realizem o cadastro das atividades cartoriais e as vinculem aos tipos de cartório;

8.4.17.3. Permitir que o contribuinte efetue os lançamentos dos serviços prestados informando, no mínimo, os dados especificados no item 3.14;

8.4.17.4. O Sistema deverá trazer automaticamente as atividades condizentes com o tipo de estabelecimento informado;

8.4.17.5. Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;

8.4.17.6. Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com os serviços prestados;

8.4.17.7. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

8.4.17.8. Permitir a geração de segunda via de um documento de arrecadação já vencido, mediante a informação de uma nova data de vencimento, onde o sistema deverá calcular automaticamente os acréscimos legais;

8.4.17.9. Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;

8.4.17.10. Permitir a retificação das declarações efetuadas, gerando automaticamente o documento de arrecadação com a diferença dos valores a recolher, quando houver.

## **F – ESCRITURAÇÃO DE EMPRESAS COM VALOR DE ISSQN ESTIMADO**

8.4.18. Este módulo deverá permitir que a fiscalização informe os contribuintes estimados e os valores mínimos a serem cobrados mensalmente por cada um em um determinado exercício;

8.4.19. Na geração da guia de recolhimento de prestação de serviço deverá ser verificado automaticamente se o valor de ISSQN das notas fiscais emitidas na competência pelo contribuinte é superior ou não ao valor mínimo estimado. Caso o valor seja superior, deverá ser gerado a guia com o valor apurado nas notas fiscais, caso contrário, deverá ser gerado a guia com o valor mínimo estimado para a competência;

8.4.20. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

## **G – MÓDULO DE CONTADORES**

8.4.21. O sistema deverá conter módulo de escrituração para contadores, permitindo que estes realizem auto cadastramento;

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.21.1. Na tela de cadastro deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: CNPJ ou CPF, razão social, endereço completo, telefone e e-mail;

8.4.21.2. O sistema não deve permitir cadastros já existentes;

8.4.21.3. As solicitações de acesso deverão ser liberadas pela Prefeitura, onde após a liberação deverá ser enviada automaticamente ao e-mail cadastrado pelo contador, sua senha de acesso;

8.4.22. Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

8.4.22.1. Permitir que o contador vincule todos os clientes de sua responsabilidade, a fim de facilitar o cumprimento das obrigações tributárias e os controles da Administração do Município;

8.4.22.2. O sistema não poderá permitir que um contador vincule a ele um cliente já vinculado a outro contador. A desvinculação do contador somente poderá ser realizada através de módulo específico utilizado pela Administração ou através do acesso ao módulo específico do contribuinte utilizando-se do login e senha do próprio contribuinte;

8.4.22.3. Permitir ao contador utilizar as funcionalidades do sistema on-line apenas nos cadastros dos contribuintes para os quais estiver devidamente autorizado;

8.4.22.4. Apresentar ao usuário logo após sua autenticação a relação de empresas em que está autorizado para que ele possa selecionar a que vai utilizar;

8.4.22.5. Possibilitar ao usuário mudar de competência e de empresa sem ter que sair do sistema;

8.4.22.6. Possibilitar ao contador realizar todas as tarefas pertinentes ao cumprimento das obrigações acessórias de seus clientes como importação de arquivos oriundos dos sistemas contábeis (arquivo txt e xml), escriturações, impressão de livros fiscais, geração de guias de recolhimento e exportação de notas fiscais escrituradas (arquivo txt e xml).

8.4.22.7. Permitir ao usuário alterar sua senha pessoal sempre que desejar, sem intervenção do fisco municipal.

## **H – AUTORIZAÇÃO DE EMISSÃO DE NFS-E**

8.4.23. O sistema deverá apresentar funcionalidade para que o contribuinte solicite de forma eletrônica, a Autorização para emissão de notas fiscais de serviços eletrônica;

8.4.24. O sistema deverá, obrigatoriamente, permitir:

8.4.24.1. Efetuar o controle das NFS-e autorizadas, informando o contribuinte a quantidade de NFS-e disponíveis no momento da emissão;

8.4.24.2. As autorizações poderão ser por quantidades de notas fiscais ou por prazo limite autorizado;

8.4.24.3. Permitir a consulta do histórico de solicitações já realizadas;

8.4.24.4. Possuir funcionalidade de bloqueio de utilização de NFS-e.

## **I – CADASTRO DE CONTRIBUINTE EVENTUAL**

8.4.25. O sistema deverá disponibilizar o acesso para o cadastramento de contribuinte eventual, ou seja, contribuintes com sede em outro município, de forma “online”, onde o próprio contribuinte possa efetuar o seu cadastro e obter acesso ao módulo destinado à escrituração de nota fiscal e geração da guia de recolhimento de ISS;

8.4.25.1. Na tela de cadastro deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: CNPJ, razão social, endereço completo, telefone e e-mail;

8.4.25.2. O sistema não deve permitir cadastros já existentes;

8.4.25.3. As solicitações de acesso deverão ser liberadas pela Prefeitura, onde após a liberação deverá ser enviada automaticamente ao e-mail cadastrado pelo contribuinte, sua senha de acesso;

## **J - MÓDULO PARA ADMINISTRAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE SAÚDE**

8.4.26. Este módulo deverá permitir que os Contribuintes cadastrados como Cooperativas de Saúde, cadastrem os seus profissionais cooperados e as demais pessoas jurídicas conveniadas, para que, baseado nas notas fiscais emitidas pelos serviços prestados por estes cadastrados, seja efetuada a dedução da base de cálculo automática para a definição do valor do ISSQN a ser recolhido no período de competência:

8.4.26.1. Permitir o cadastro de cooperados à Cooperativa de Saúde;

8.4.26.2. Permitir o cadastro de empresas conveniadas à Cooperativa de Saúde;

8.4.26.3. Possibilitar à Cooperativa de Saúde selecionar as notas fiscais emitidas pelos seus cooperados e/ou conveniados, tendo ela como tomadora do serviço, que deverão ser abatidas da base de cálculo do ISSQN;

8.4.26.4. Uma nota fiscal só poderá ser utilizada no cálculo de dedução uma única vez;

8.4.26.5. O sistema deverá calcular automaticamente o valor de dedução da base de cálculo do ISSQN baseado nas notas fiscais selecionadas e aptas a dedução;

8.4.26.6. Permitir que as operadoras sediadas em outros municípios efetuem a declaração e geração da guia de recolhimento do imposto devido no município proveniente dos serviços prestados para tomadores de serviços estabelecidos no município de acordo com a lei complementar 157/16;

8.4.26.7. Permitir aos estabelecimentos de saúde do município declarar os atendimentos prestados a pacientes, através de planos de saúde administrados por cooperativas estabelecidas fora do município;

8.4.26.8. Possuir ferramenta que permita auditar as informações prestadas pelas operadoras estabelecidas em outros municípios com as informações prestadas pelos estabelecimentos de saúde sediados no município.

## **K - DEC – DOMICÍLIO ELETRÔNICO DO CONTRIBUINTE – MUNICIPAL**

8.4.27. Este módulo deverá possibilitar a comunicação entre contribuintes, contadores e a prefeitura, de forma a automatizar o envio de mensagens, documentos e notificações eletrônicas:

8.4.27.1. Permitir o credenciamento dos contribuintes ao DET (Domicílio Eletrônico Tributário);

8.4.27.2. Permitir ao contribuinte vincular usuários que poderão ter acesso a mensagens/notificações recebidas;

8.4.27.3. Deverá permitir que a Prefeitura envie mensagens/notificações com a escolha do destinatário que poderá ser individual, em lote ou oriundo de uma lista pré-formatada pelo fiscal;

8.4.27.4. O sistema deverá permitir que a Prefeitura envie mensagens notificando pendências pré-formatadas (ausência de declaração, dívidas em aberto, etc.) aos contribuintes/contadores;

8.4.27.5. Possibilitar o cadastro de modelos de mensagens. Para cada modelo de mensagem, será possível especificar o prazo de ciência tácita, a possibilidade de o destinatário responder à mensagem e o prazo em que a mensagem poderá ser respondida;

8.4.27.6. O sistema deverá alertar automaticamente sobre o recebimento de novas mensagens, sempre que o destinatário efetuar o acesso;

8.4.27.7. Permitir o envio de e-mail automaticamente ao destinatário alertando sobre a existência de uma nova mensagem;

8.4.27.8. Permitir enviar cópia das mensagens aos contadores dos contribuintes;

8.4.27.9. Permitir anexar documentos digitais às mensagens;

8.4.27.10. Permitir ao contribuinte protocolar requisições utilizando o DET;

8.4.27.11. Apresentar a informação da data e hora de abertura/leitura da mensagem por parte do contribuinte, que deverá ser gravada automaticamente no momento de seu acesso ao conteúdo da respectiva mensagem;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.27.12. Permitir a impressão do protocolo de recebimento da mensagem, devendo informar no mínimo: número do protocolo, destinatário (CPF/CNPJ, Razão Social), assunto, teor da mensagem, data e horário de envio, data e hora em que a mensagem foi lida pelo destinatário (ou data e hora da ciência tácita), CPF/CNPJ e nome do usuário que leu a mensagem;

8.4.27.13. Possuir serviços de integração por webservice de modo a permitir que outros sistemas utilizados pela prefeitura possam utilizar o DET para criar novas mensagens/notificações e consultar a leitura dessas mensagens/notificações. Os serviços deverão prever autenticação de modo a garantir a segurança na comunicação.

## **L - MÓDULO DE ADMINISTRAÇÃO DA AÇÃO FISCAL**

8.4.28. O sistema deverá apresentar funções para a total administração da Ação Fiscal:

8.4.28.1. O sistema deverá permitir a inclusão dos órgãos de fiscalização existentes no município, permitindo vincular usuários, documentos, etc. a cada um destes órgãos criados;

8.4.28.2. Permitir a criação dos documentos de fiscalização pelo próprio usuário de forma que seja possível alterar cabeçalhos, imagens, formatar texto e quaisquer ajustes que se fazem necessário;

8.4.28.3. Permitir cadastrar leis, prazos e demais configurações necessárias para a funcionalidade do módulo;

8.4.28.4. Permitir parametrizar a numeração dos documentos de fiscalização;

8.4.28.5. Permitir cadastrar os assuntos das ordens de serviço;

8.4.28.6. Permitir a criação de workflows dos documentos de fiscalização devendo ser possível definir os documentos que o compõe, a sua ordem de execução e obrigatoriedade.

8.4.28.7. Permitir vincular workflow e assunto da ordem de serviço, de modo a permitir que apenas os documentos constantes naquele workflow sejam exibido na ordem de serviço (definido por assunto);

8.4.28.8. O sistema deverá apresentar funções para que o responsável pelo setor possa efetuar o encaminhamento e acompanhamento de ordens de serviços para os fiscais, com determinação de prazo para execução e seu respectivo monitoramento;

8.4.28.9. Permitir o envio de notificação para o fiscal que recebeu a ordem de serviço;

8.4.28.10. Permitir o aceite da ordem de serviço;

8.4.28.11. Permitir adicionar ocorrências as ordens de serviço devendo as mesmas ser apresentadas de forma histórica;

8.4.28.12. Controle e geração dos documentos de fiscalização via sistema, com no mínimo os seguintes termos:

- TIAF – Termo de Início de Ação Fiscal;
- Termo de Intimação/Notificação;
- Termo de Notificação de Prorrogação de Prazo;
- Termo de Apreensão;
- Termo de Devolução;
- Auto de Infração Obrigação Principal;
- Auto de Infração Obrigação Acessória;
- Termo de Encerramento de Fiscalização.

8.4.28.13. Permitir anexar documentos digitais a fiscalização;

8.4.28.14. Permitir informar a data, nome e documento de identificação da pessoa que recebeu a ciência da notificação. Os prazos só deverão correr após a confirmação da ciência pelo responsável pelo recebimento;

8.4.28.15. Permitir enviar os documentos de fiscalização via domicílio eletrônico tributário, sendo a ciência do recebimento realizado automaticamente no momento da leitura do mesmo pelo contribuinte ou



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

de forma tácita após o prazo máximo estipulado por aquele documento;

8.4.28.16. Permitir dentro de uma ação fiscal gerar intimações a terceiros, ou seja, contribuinte que não esteja sendo alvo de uma ação fiscal, mas que eventualmente possa ter prestado ou tomado serviços ao contribuinte alvo de modo a que este possa prestar esclarecimentos;

8.4.28.17. O sistema deverá apresentar dispositivos para controle de recepção e devolução de documentos;

8.4.28.18. Permitir cadastrar as sanções (penalidades) que irão compor os autos de infração (obrigação principal e acessória) possibilitando informar os valores e prazos.

8.4.28.19. O sistema deverá apresentar dispositivos para elaboração de levantamento fiscal (prestador e tomador, simples nacional e instituições financeiras) devendo no mínimo informar o contribuinte, o período de apuração, os valores apurados por competência, detalhando em cada competência os valores informados pelos contribuintes, os valores apurados pelo fiscal e o valor a ser recolhido;

8.4.28.20. Permitir a impressão do levantamento fiscal;

8.4.28.21. Permitir vincular o levantamento fiscal ao auto de infração obrigação principal, bem como o tipo de sanção (penalidade a ser aplicada). Na geração do auto de infração, o sistema deve calcular automaticamente o valor do levantamento fiscal e das penalidades aplicadas.

8.4.28.22. Permitir que ao gerar um auto de infração de obrigação acessória, o fiscal defina a sanção (penalidade) a ser aplicada e o sistema calcule automaticamente os valores a serem cobrados.

8.4.28.23. Permitir a impressão do levantamento fiscal no auto de infração;

8.4.28.24. Permitir o gerenciamento das fases dos autos de infração, devendo ser possível cadastrar as fases recursais, prazos e descontos concedidos, bem como gerar a guia de recolhimento obedecendo as parametrizações de cada fase;

8.4.28.25. Permitir o cadastramento das atividades, adicionais às ações fiscais, exercidas pelos fiscais, tais como plantão de atendimento, diligências, etc.

8.4.28.26. O sistema deverá apresentar dispositivos para a administração histórica das ações fiscais efetuadas e gerenciamento para evitar a decadência de prazo;

8.4.28.27. Possuir ferramenta que permita acompanhar o desempenho dos fiscais detalhando de forma automática, as ações fiscais abertas e/ou encerradas no período, atividades desempenhadas por fiscal, valores apurados, etc

## **M - MÓDULO DE PEDÁGIO**

8.4.29. Este módulo deverá permitir que as Concessionárias de Rodovias que operem no município efetuem a sua declaração de movimento informando a “praça” oriunda da declaração, a movimentação de veículos por praça de toda a rodovia, detalhando tipo e quantidade de veículos e a tarifa do pedágio também por tipo ou categoria do veículo;

8.4.29.1. Este módulo efetuará o cálculo automático do faturamento total e, após aplicar o fator referente a “testada”, quilômetros da rodovia no município a qual se referente a participação territorial na rodovia informada pela Concessionária, calculará automaticamente o valor do ISSQN devido;

8.4.29.2. Após os lançamentos emitir a guia para pagamentos dos valores devidos.

8.4.29.3. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

## **N - MÓDULO DE GERENCIAMENTO DO SIMPLES NACIONAL**

8.4.30. O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa gerenciar os lançamentos e pagamentos realizados pelas empresas Optantes do Simples Nacional, atendendo as seguintes exigências:

8.4.30.1. Permitir a importação dos arquivos DAF607;

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

- 8.4.30.1.1. Após a importação, permitir a geração de relatório com os itens importados;
- 8.4.30.2. Permitir a importação do arquivo de MEI fornecido pela Receita Federal do Brasil;
- 8.4.30.2.1. Após a importação dos arquivos de MEI, o sistema deverá gerar os relatórios:
  - 8.4.30.2.1.1 Identificar os contribuintes que realizaram a inscrição de primeiro estabelecimento;
  - 8.4.30.2.1.2 Identificar os contribuintes que realizaram a inscrição dos demais estabelecimentos;
  - 8.4.30.2.1.3 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de endereço entre municípios dentro do mesmo estado;
  - 8.4.30.2.1.4 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de endereço entre estados;
  - 8.4.30.2.1.5 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de endereço dentro do mesmo município;
  - 8.4.30.2.1.6 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração do nome empresarial (firma ou denominação);
  - 8.4.30.2.1.7 Identificar os contribuintes que realizaram o Enquadramento / Reenquadramento / Desenquadramento de ME/EPP;
  - 8.4.30.2.1.8 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração do contabilista responsável pela organização contábil perante o CRC;
  - 8.4.30.2.1.9 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração da natureza jurídica;
  - 8.4.30.2.1.10 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração do contabilista ou da empresa de contabilidade;
  - 8.4.30.2.1.11 Identificar os contribuintes que realizaram a exclusão do contabilista ou da empresa de contabilidade;
  - 8.4.30.2.1.12 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de atividades econômicas (principal e secundárias);
  - 8.4.30.2.1.13 Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de período do Simples e MEI;
  - 8.4.30.2.1.14 Identificar os contribuintes que realizaram o Pedido de baixa;
  - 8.4.30.2.1.15 Quando identificado um contribuinte cadastrado com o evento de Pedido de Baixa, o sistema deverá bloquear o acesso deste contribuinte ao sistema para que não emita mais documentos fiscais;
- 8.4.30.3. Permitir a importação do arquivo de Dívida Ativa, fornecido pela Receita Federal do Brasil
  - 8.4.30.3.1. O sistema deverá ter funcionalidade de importação do arquivo INSCOBRA, extraindo apenas as informações correspondentes ao município sobre o débito inscrito pelo ente;
  - 8.4.30.3.2. Após a importação do arquivo de Dívida Ativa, o sistema deverá possibilitar ao usuário:
    - 8.4.30.3.2.1 Buscar o(s) CNPJ(s) que possuem dívidas;
    - 8.4.30.3.2.2 Após a busca do CNPJ, o usuário deverá ter a opção de selecionar os débitos para:
    - 8.4.30.3.2.3 Gerar uma Guia de cobrança amigável;
    - 8.4.30.3.2.4 Extrair relatório das dívidas;
    - 8.4.30.3.2.5 O sistema deve permitir listar os contribuintes, o tributo, a situação do débito, a identificação do tributo e o valor inscrito, após a importação do arquivo DIVIDAATIVAPGFN.
- 8.4.30.4. Permitir a importação do arquivo da Declaração Anual de Faturamento do Simples Nacional para Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI), fornecido pela Receita Federal do Brasil
  - 8.4.30.4.1. Após a importação do arquivo DASN-SIMEI, o sistema deverá gerar o relatório:
    - 8.4.30.4.1.1 Cruzamento da base de cálculo do ISSQN (Serviços Prestados no município) x valor de declaração do ISSQN no DASN-SIMEI
    - 8.4.30.4.2. O relatório deverá ter os filtros para:
      - 8.4.30.4.2.1 Base de Cálculo maior que a declaração DASN-SIMEI
      - 8.4.30.4.2.2 Base de Cálculo menor que a declaração DASN-SIMEI
      - 8.4.30.4.2.3 Base de Cálculo igual a declaração DASN-SIMEI;
    - 8.4.30.4.3. O sistema deve permitir listar informações da entrega da declaração após a importação do arquivo DASN-SIMEI.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.30.4.4. O sistema deve permitir listar informações da apuração declarada indicando o período e o valor do período após a importação do arquivo DASN-SIMEI.

8.4.30.4.5. O sistema deve permitir listar informações por CNAE indicando se paga ICMS, ISS ou ambos após a importação do arquivo DASN-SIMEI.

8.4.30.4.6. O sistema deve permitir listar informações da receita bruta, após a importação do arquivo DASN-SIMEI.

8.4.30.5. Deverá dispor de mecanismo para importação do Arquivo das empresas estabelecidas no Município disponibilizado pela Receita Federal. Ao importar o arquivo deverá avaliar se as empresas relacionadas no arquivo possuem pendências financeiras ou cadastrais, e no mesmo momento gerar automaticamente um arquivo no layout da RFB com a relação das empresas com pendências.

8.4.30.6. Permitir a importação dos arquivos do Simples Nacional fornecidos pela Receita Federal do Brasil (de PGDAS-D, PGDAS-D2018, DEFIS, PGDAS, DASN, DASNSIMEI, PAG, COMPSN, TO CNPJ / Pendente, TO Indeferido, TO SOLICITAÇÃO, TO INDEFERIDO, DAS COBRANCA, DAS SENDA, DASPGEI, EVENTOS, PERIODOS, DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA UNIAO, AINF, Ciência DTE-SN);

8.4.30.7. Permitir a importação dos arquivos de Parcelamento (PARCSN/ PARCSNESP) de débitos do Simples Nacional fornecido pela Receita Federal do Brasil;

8.4.30.8. Permitir a exibição em tela e impressão do conteúdo dos arquivos importados;

8.4.30.9. Após a importação do arquivo INCONSISTENCIA o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.10. Finalizada a importação do arquivo DASNSIMEI o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.11. Finalizada a importação do arquivo DASPGEI o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.12. Finalizada a importação do arquivo DASSENDA o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.13. Finalizada a importação do arquivo DASCORANCA o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.14. Finalizada a importação do arquivo DEFIS o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.15. Finalizada a importação do arquivo DIVIDAATIVAPGFN o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.16. Finalizada a importação do arquivo de EVENTOS, o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.

8.4.30.17. Finalizada a importação dos arquivos DASPAG o sistema deverá efetuar a correlação entre a dívida gerada e o pagamento efetuado pelos contribuintes.

8.4.30.18. Finalizada a importação dos arquivos PUB-DASSENDA o sistema deverá efetuar a correlação entre a dívida gerada e o pagamento efetuado pelos contribuintes

8.4.30.19. Finalizada a importação dos arquivos PUB-COMPENSAÇÃO o sistema deverá apresentar na consulta PGDAS as empresas que possuem compensação.

8.4.30.20. Além da importação dos referidos arquivos, o sistema deverá efetuar de forma automática a pesquisa de empresas que possuem parcelamento no PERT, junto à RFB, considerando a relação de empresas constantes nos PGDAS importados.

8.4.30.21. Fornecer pesquisas das informações constantes nos PGDASD 2018/PGDASD importados, com base nos seguintes critérios: CNPJ, Razão Social, Número da Declaração, Período inicial e final, somente com valores em aberto, somente com valores divergentes, com valores em aberto e divergente, somente com ISSQN no município, utilizando apenas a declaração mais recente dos PGDAS, utilizando todas as declarações dos PGDAS.



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.30.22. O sistema deverá efetuar a impressão de relatórios dos PGDAS2018 /PGDASD, parametrizáveis com as seguintes opções: Número da Declaração, Período, Ano, CNPJ, Razão Social, Número do DAS, Valor de DAS, Valor pago do DAS, ISSQN total gerado no DAS, ISSQN total gerado de DAS para o município, Identificação do município."

8.4.30.23. Permitir listar informações de banco, data do pagamento, valor pago e número do PGDAS após a importação do arquivo INCONSISTENTE.

8.4.30.24. O sistema deve permitir listar informações das DAS geradas, após a importação do arquivo DASPGEI, indicando o contribuinte, competência, número da guia paga, valor pago, detalhando principal, juros e multa.

8.4.30.25. O sistema deve permitir listar informações por CNAE indicando se paga ICMS, ISS ou ambos após a importação do arquivo DASPGEI.

8.4.30.26. O sistema deve permitir listar informações das empresas x sócios demonstrando o valor da participação por sócio, após a importação do arquivo DEFIS.

8.4.30.27. O sistema deve possibilitar a visualização e impressão das informações do Auto de Infração (AINF) que foram importados para o sistema;

8.4.30.28. Possibilitar ao usuário a identificação de informações do arquivo DASCORRANÇÂ como:  
- Data de geração do arquivo – Nome do arquivo – Data de processamento do arquivo – Quantidade de guias geradas – Inconsistências quando ocorrer;

8.4.30.29. Finalizada a importação dos arquivos de parcelamentos realizados na Receita Federal o sistema deverá identificar e suspender a geração das divergências identificadas nos cruzamentos em relação aos períodos de apuração que estão inseridos em parcelamentos;

8.4.30.29.1. Caso o parcelamento seja cancelado o sistema deverá automaticamente retornar a divergência como "pendente" permitindo que a mesma seja inserida na Intimação;

8.4.30.30. Possuir geração de relatório de Parcelamentos efetuados na Receita Federal, contendo no mínimo, os seguintes filtros: Situação do parcelamento, Nome/razão social e CNPJ, a partir da aplicação do filtro deverá ser listado em tela os seguintes dados dos parcelamentos consultados: razão social, CNPJ, número do parcelamento, data do pedido e situação, com opção de verificação dos detalhes do parcelamento.

8.4.30.30.1. Ao selecionar os detalhes do item 30, deverão ser apresentados os dados do referido parcelamento: consolidação do parcelamento contendo: valor total consolidado, quantidade de parcelas, valor da parcela básica, data da consolidação, com opção de exportação em planilha do relatório gerado.

8.4.30.30.2. Deverá ser apresentado o demonstrativo de pagamentos do parcelamento selecionado contendo no mínimo as seguintes informações: Mês/parcela, data de vencimento, data da arrecadação, valor pago, valor pago por impostos (CONFINS, CSLL, ICMS, INSS, IPI, IRPJ, ISSQN, PIS, com opção de exportação em planilha do relatório gerado.

8.4.30.30.3. Deverá ser apresentado o demonstrativo de pagamentos do parcelamento selecionado contendo no mínimo as seguintes informações: Mês/parcela, data de vencimento, data da arrecadação, valor pago, valor pago por impostos (CONFINS, CSLL, ICMS, INSS, IPI, IRPJ, ISSQN, PIS, com opção de exportação em planilha do relatório gerado.

8.4.30.31. Através da importação dos arquivos de eventos disponibilizados pela receita federal o sistema deverá permitir a consulta do histórico dos eventos do contribuinte no Simples Nacional;

8.4.30.32. Após a importação do arquivo de EVENTOS, o sistema deve possuir listagem que permita ao fisco identificar divergência de informações do cadastro da prefeitura com o arquivo importado disponibilizado pela RFB, com no mínimo os seguintes filtros:

8.4.30.32.1. Cadastros Econômico em conformidade na Prefeitura e RFB

8.4.30.32.2. Cadastros Econômico (CNPJ) Não optante (Prefeitura.) e CNPJ registrado como MEI (RFB)

8.4.30.32.3. Cadastros Econômico MEI (Prefeitura) x CNPJ Não optante (RFB)



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.30.32.4. Cadastros Econômico Não optante Simples Nacional (Prefeitura) x CNPJ optante Simples (RFB)

8.4.30.32.5. Cadastros Econômico Simples (Prefeitura) x CNPJ não optante (RFB)

8.4.30.32.6. Cadastros Econômico Simples (Prefeitura) x CNPJ MEI (RFB)

8.4.30.32.7. CNPJ MEI (RFB) x Cadastros Econômico Simples (RFB)

8.4.30.33. A listagem dos CNPJs Básicos (RFB) que NÃO possuem inscrição municipal na Prefeitura deve permitir selecionar o tipo da saída no mínimo, em PDF, XML, JSON, TXT e CSV indicando o tipo de separador.

8.4.30.34. A listagem dos cruzamentos de dados dos CNPJs Básicos (RFB) cruzando com os dados existentes na prefeitura deve permitir selecionar o tipo da saída no mínimo, em PDF, XML, JSON, TXT e CSV indicando o tipo de separador.

8.4.30.35. Possuir uma opção que filtre os eventos indicando um CNPJ básico do contribuinte.

8.4.30.36. Permitir listar os CNPJs Básicos (RFB) com evento de exclusão.

8.4.30.37. Possuir mecanismo que permita informar a inclusão ou exclusão de um contribuinte ao Simples Nacional, sendo essas informações validadas no momento da escrituração da nota fiscal de serviço, respeitando inclusive o histórico de inclusão ou exclusão da empresa;

8.4.30.38. Gerenciar as operações de enquadramentos e desenquadramento de microempresas e empresas do Simples Nacional a partir da importação de arquivos de eventos PER/PERMEI da RFB;

8.4.30.39. Possuir mecanismo que permita confrontar o faturamento das empresas, através das notas fiscais de serviço emitidas, com o teto permitido pelo Simples Nacional, sendo possível filtrar as empresas por um percentual de proximidade ao teto ou as que já atingiram o teto máximo;

8.4.30.40. Possuir mecanismo que permita confrontar os valores declarados, através das notas fiscais de serviço emitidas, com o valor declarado no PGDAS;

8.4.30.41. Possuir mecanismo que permita confrontar as alíquotas declaradas, através das notas fiscais de serviço emitidas, com as alíquotas declaradas no PGDAS;

8.4.30.42. Possuir mecanismo que permita confrontar os valores declarados, através das notas fiscais de serviços emitidas com o valor recolhido através da DAF607;

8.4.30.43. Possuir mecanismo que permita verificar alíquotas diferentes entre a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e PGDAS;

8.4.30.44. Possuir mecanismo que permita identificar os contribuintes do município que não possuem cadastro municipal e estão declarando o PGDAS;

8.4.30.45. Possuir mecanismo que permita identificar contribuintes não enquadrados no Simples Nacional no município e que estão declarando o PGDAS;

8.4.30.46. Possuir mecanismo que permita identificar os contribuintes enquadrados no Simples Nacional no município e que não estão declarando o PGDAS.;

8.4.30.47. Permitir pesquisas e consultas por CNPJ às declarações transmitidas por empresas optantes do Simples Nacional individualizado por competência ou consolidado por Matriz

8.4.30.48. Relatório que aponte as empresas com declaração sem movimento ou zerada:

8.4.30.48.1. Com segregação de receita sem retenção do ISS.

8.4.30.48.2. Com segregação de receita com retenção do ISS.

8.4.30.48.3. Com segregação de receita para outros municípios.

8.4.30.48.4. Com segregação de receita de outros municípios.

8.4.30.48.5. Com segregação de receita de contabilidade.

8.4.30.48.6. Com segregação de receita de locação.

8.4.30.48.7. Com segregação de receita de serviços para o exterior.

8.4.30.48.8. Com segregação de receita no mercado interno.

8.4.30.48.9. Com segregação de receita para o mercado externo.

8.4.30.48.10. Em regime de competência ou caixa.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.30.49. Relatório que aponte os status do imposto gerado pelo Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional.

8.4.30.50. Relatório que aponte a diferença do ISSQN realizando o cruzamento de informações das Nota Fiscal de Serviços e Declaração do Simples Nacional para o devido lançamento complementar, principalmente nos casos de retenção do imposto com alíquota inferior.

8.4.30.51. O resultado de cada relatório deverá apresentar em única tela do navegador, no mínimo, os períodos de apuração que a Administração Tributária do Município tem como direito para constituição do crédito tributário.

8.4.30.52. O resultado de cada relatório deverá possibilitar a classificação ou ordenamento (do maior para o menor, do menor para o maior) no mínimo nas colunas de valor monetário.

8.4.30.53. Deverá conter uma base de conhecimento prévia para consultas de soluções e respostas antes da abertura de chamado para que o usuário tenha possibilidade de tirar as principais dúvidas quanto ao Simples Nacional.

8.4.30.54. Deverá permitir a geração de informações dos maiores prestadores de serviços do Município, selecionando por grupo econômico e histórico comparativo dos valores declarados com incidência do ISS e ICMS de exercícios fiscais atuais e anteriores, das empresas sem movimento econômico e com segregação incorreta. (ICMS)

8.4.30.55. Relatório que aponte os registros de cadastro de optantes pelo Simples Nacional ou não optantes, disponibilizada pela Receita Federal do Brasil (RFB).

8.4.30.56. O sistema deve possuir mecanismo para listar a receita bruta total por período e alíquota, com indicação da empresa, período, alíquota o valor da receita, após a importação do arquivo PGDASD2018.

8.4.30.57. O sistema deve possuir mecanismo que permita se existir no município empresas que recolhem pelo ISSQN fixo anual com indicação da empresa, após a importação do arquivo PGDASD2018.

8.4.30.58. O sistema deve possuir mecanismo para listar contribuintes que declaram atividade de Escritório de Contabilidade na DAS-D, mas que não possuem esta atividade no cadastro;

8.4.30.59. O sistema deve possuir mecanismo para listar contribuintes que declaram valor Fixo na DAS-D, mas que não estão cadastrados como estimado;

8.4.30.60. O sistema deverá apresentar informações sobre o potencial do imposto referente as divergências geradas;

8.4.30.61. Permitir a visualização da evolução da arrecadação do ISSQN do ano corrente, em forma de gráfico evolutivo.

8.4.30.62. O sistema deverá identificar com base nas declarações dos PGDAS-D's o momento em que o contribuinte ultrapassar o sublimite do Estado, identificando os que ultrapassaram superior a 20 % do sublimite e os até 20%, considerando que até 20 % deverá ser gerada automaticamente a Guia Municipal (DARM) para o ano subsequente (guia obrigatória pelo município) e acima de 20% será gerada automaticamente a Guia Municipal (DARM) para o mês subsequente.

8.4.30.63. O sistema deverá realizar uma rotina de suspensão dos créditos tributários nas emissões das Notas Fiscais Eletrônicas para os contribuintes que apresentarem processo administrativo junto à Receita Federal referente à impugnação de Exclusão do Simples Nacional, ou seja, poderão emitir as Notas Fiscais Eletrônicas, contudo o status da dívida será alterado de “em aberto” para “em exigibilidade suspensa”, com a prévia análise do setor responsável.

8.4.30.64. Possuir geração de relatório de declarações por contribuinte, contendo no mínimo os seguintes filtros: Razão Social, CNPJ e ano da Declaração.

8.4.30.65. Possuir geração de relatório de declarações por contribuinte, com a soma do valor total declarado mês a mês do ano selecionado."

8.4.30.66. Possuir geração de relatórios com as informações das declarações por contribuinte, contendo filtros para consulta por faixas de valores."

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.30.67. Possuir geração de relatórios de declarações de contribuintes, com indicações dos meses em que foi declarado e não foi quitado, dos meses em que foi declarado e quitado, dos meses que foi declarado e foi parcelado, com a ordenação de valores (do maior para o menor ou do menor para o maior).

8.4.30.68. Permitir a escolha de um contribuinte dentro do relatório de declarações, para detalhamento das suas informações, contendo no mínimo os seguintes dados: PA (Período de apuração), Operação (Apuração, retificação, geração DAS, DAS Cobrança ou Das Avulso), Número da DAS, Situação (Aberto, Liquidado ou Parcelado), Valor do ISS e Valor Total da Declaração por competência.

8.4.30.69. Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de IRPJ do ano selecionado.

8.4.30.70. Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de CSLL do ano selecionado.

8.4.30.71. Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de COFINS do ano selecionado.

8.4.30.72. Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de PIS/PASEP do ano selecionado.

8.4.30.73. Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de INSS/CPP do ano selecionado."

8.4.30.74. Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de ICMS do ano selecionado."

8.4.30.75. Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de IPI do ano selecionado."

8.4.30.76. Permitir a geração de gráfico comparativo entre os valores de todos os impostos declarados no ano selecionado."

8.4.30.77. Permitir a geração de gráfico de impostos por período, permitindo a seleção de um dos impostos para visualização da evolução anual do mesmo."

8.4.30.78. Permitir a geração de gráfico com o valor total do ISS declarado no Município, contendo no mínimo, as seguintes informações: Razão Social do Contribuinte, CNPJ e Período de Apuração.

8.4.30.79. Possibilita a exportação de todas as declarações com tributação "fora do município" com as seguintes informações mínimas: município, estado, razão social, CNPJ, cruzamento com sistema do município para saber se a empresa possui a permissão de tributação fora do município, período de apuração, valor total declarado na PGDAS-d e valor do ISSQN.

8.4.30.80. Possuir geração de relatório geral personalizado pelo usuário de acordo com a seleção de atributos (colunas) do banco de dados.

8.4.30.81. O sistema deverá, ainda, possuir controle de malha fiscal de todas as empresas que efetuaram a retificação de PGDAS, diminuindo o valor de ISSQN declarado ao município.

8.4.30.82. O sistema deve possibilitar emitir por Ano-Calendário o Relatório de Dossiê Fiscal do contribuinte, contendo CNPJ, Razão Social, indicador de Simples Nacional e MEI, Cadastro Nacional de CNPJ, Inscrições Municipais, Ficha Financeira de ISS e RPA, Declarações PGDAS-D, Declaração Municipal, Parcelamentos, Declarações DEFIS, Declarações DASNSIMEI, Dívida Ativa Municipal, Dívida Ativa União, Débitos com Município e Compensações;

8.4.30.83. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que estão impedidos de recolher o ISS no DAS;

8.4.30.84. O sistema deve possibilitar a visualização das informações do Contribuinte que foram importadas para o sistema através dos arquivos disponibilizados pelo Simples Nacional, RFB e Município, ficha financeira por ISS e RPA, juntamente com as ações realizadas pelo município, como: Indeferimento, Exclusão, Aviso e Notificação;

8.4.30.85. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Divergência de Receita ISS com Tributação Especial;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

- 8.4.30.86. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Divergência de Alíquota de ISS Retido;
- 8.4.30.87. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que pediram parcelamento;
- 8.4.30.88. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que declararam PGDAS-D com ISSQN;
- 8.4.30.89. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que declararam PGDAS-D, com filtros por período de apuração, atividade, regime de apuração e optante pelo SN;
- 8.4.30.90. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de contribuintes que declararam DEFIS com despesa 20% acima da receita;
- 8.4.30.91. O sistema deve ser capaz de gerar arquivo para importação no site do Simples Nacional o arquivo com CNPJ que devem ser desenquadrados do SIMEI. Deve ter opção de desenquadramento através dos eventos 601, 602, 603, 604 e 613;
- 8.4.30.92. O sistema deve possibilitar que o usuário faça o download de arquivo csv com as informações de receita bruta do contribuinte declarada no PGDAS-D, contendo a receita do período, receita dos últimos 12 meses original, receita dos últimos 12 meses proporcionalizada, valor do fator r, valor folha salarial dos últimos 12 meses, receita bruta e alíquota do ISS segregada por atividade;
- 8.4.30.93. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que não pagaram;
- 8.4.30.94. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de excesso de receita do MEI;
- 8.4.30.95. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de excesso de receita do sublimite estadual;
- 8.4.30.96. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de contribuintes com retificação de PGDAS-D com redução de receita;
- 8.4.30.97. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Dados Cadastrais do contribuinte, contendo CNPJ, Razão Social, indicador de Simples Nacional e MEI, Períodos, Eventos, Sócios, Cadastro Nacional de CNPJ e Inscrições Municipais;
- 8.4.30.98. O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Ausência de Declaração DEFIS, DASNSIMEI e PGDAS-D;
- 8.4.30.99. O sistema deverá possibilitar que seja desenvolvidos trabalhos nos arquivos originados de downloads da Receita Federal – Termo de Opção pelo simples Nacional - No mês de Janeiro a partir do arquivo baixado da receita, o sistema deverá identificar dentre os CNPJ's fornecidos, aqueles que terão pendências cadastrais ou de débitos com o município, gerando o arquivo dos CNPJ's pendentes no formato TXT ou formato exigido pelo Comitê Gestor do Simples Nacional à época e a planilha de Excel identificando as pendências de cada CNPJ.
- 8.4.30.100. Permitir a geração de Notificação Preliminar no caso de inconsistência nas informações prestadas pelo contribuinte com o envio para o mesmo do módulo de mensagens, ou e-mail ou impresso fiscal;
- 8.4.30.101. Permitir a geração de Termo de Exclusão do Simples Nacional com o envio para o mesmo através do módulo de mensagem, ou e-mail ou impresso fiscal.
- 8.4.30.102. Permitir a emissão de notificações em lote para contribuintes com divergências do Simples Nacional.
- 8.4.30.103. O sistema deve ser capaz de gerar arquivo de DTE-SN referente ao processo de Notificação Prévia em lote para importação no site do Simples Nacional. Podendo ser enviado, divergência em Declarações, Alíquotas e Ausência de Declaração. É necessário que na mensagem de divergência seja enviado o link para que o contribuinte tenha acesso ao Monitoramento Fiscal, detalhando as divergências encontradas;
- 8.4.30.104. Permitir a exclusão em lote de contribuintes optantes, com divergências, através do Domicílio Tributário Eletrônico, respeitando as seguintes funções:
- 8.4.30.104.1. Seleção em lote de contribuintes que possuem divergências.
- 8.4.30.104.2. Emissão em lote de termo de exclusão do Simples Nacional.
- 8.4.30.104.3. Geração de arquivo de integração com a receita federal, para exclusão de



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

contribuintes em lote, de acordo com o manual de exclusão disponibilizado em sua última versão.

8.4.30.104.4. Permitir a importação dos arquivos de aceite gerado pela receita federal, com o resultado do processamento de exclusões em lote.

8.4.30.104.5. Permitir funcionalidade de controle com contrassenha para autorização de ação de exclusão de optante do Simples Nacional, com senha de confirmação.

8.4.30.104.6. Cadastro manual de registro para exclusão em lote.

8.4.30.105. O software deverá efetuar a gravação das notificações ou termos de exclusão gerada, possibilitando sua reimpressão a qualquer momento pelo usuário."

8.4.30.106. O software deverá possibilitar a "baixa/marcação" das notificações emitidas e atendidas pelos notificados.

8.4.30.107. O software deverá ainda, propiciar a exportação das notificações emitidas e termos de exclusão, em formato TXT, para importação no domicílio eletrônico da Receita Federal do Brasil, no layout predefinido por aquele órgão.

8.4.30.108. Possibilitar o gerenciamento e a emissão em lote de notificações, envio de e-mail (para contribuintes e respectivos contadores) ou aviso eletrônico de para contribuintes possuidores de divergências.

8.4.30.109. Permitir o gerenciamento das notificações que foram atendidas pelos contribuintes notificados através do DTE.

8.4.30.110. Permitir o gerenciamento e a emissão em lote de mensagens para o Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE) com comunicação via e-mail, para contribuintes possuidores de divergências e respectivos contadores, conforme manual do DTE em sua última versão.

8.4.30.111. Permitir a importação do arquivo de ciência, gerado pela receita federal, para o arquivo em lote já processado com registros de contribuintes possuidores de divergências, conforme manual do DTE em sua última versão.

8.4.30.112. Permitir a configuração dos tipos de mensagens processadas pelo DTE, para cada uma das divergências citadas, sendo estas mensagens as seguintes:

8.4.30.112.1. Modelo Aviso de Cobrança

8.4.30.112.2. Modelo de Termo de Intimação/Notificação Fiscal

8.4.30.112.3. Modelo Termo de Exclusão do Simples Nacional (para outros motivos)

8.4.30.112.4. Modelo Termo de Exclusão do Simples Nacional por irregularidade cadastral

8.4.30.112.5. Modelo Termo de Exclusão do Simples Nacional por Débitos

8.4.30.112.6. Modelo Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional

8.4.30.112.7. Modelo Prazo de Entrega de Declarações

8.4.30.112.8. Modelo Notificação prévia visando à auto regularização.

8.4.30.113. A solução deverá possuir procedimentos que permitam ao Município executar prioritariamente um processo de reeducação fiscal aos contribuintes permitindo aos mesmos a autorregularização de sua situação de acordo com os termos do § 3º do art.34 da Lei Complementar nº. 123/2006. O sistema deverá ser capaz de:

8.4.30.113.1. Possibilitar ao Contribuinte Optante do Simples Nacional que imediatamente ao acessar o sistema de gestão do ISSQN com login e senha, visualizar as informações da quantidade de divergências constantes nas especificações do módulo do Simples Nacional descrito neste Termo de Referência, possibilitando aos mesmos o acesso aos detalhes das referidas divergências;

8.4.30.113.2. O ambiente de acesso às divergências do Simples Nacional deverá conter as divergências enquadradas apresentando as seguintes informações:

8.4.30.113.2.1 Os critérios utilizados para a geração das divergências;

8.4.30.113.2.2 Os valores utilizados na análise;

8.4.30.113.2.3 A descrição de como regularizar a divergência.

8.4.30.113.3. O ambiente de acesso às divergências do Simples Nacional deverá conter também

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

as informações abaixo sem a necessidade de o usuário ter que navegar em diversas telas para identificar as demais informações sobre as divergências geradas:

8.4.30.113.3.1 Os principais dados do DAS-D declarado pelo contribuinte contendo no mínimo as informações de CNPJ, regime de apuração, receita e atividade declarada;

8.4.30.113.3.2 Os principais dados dos Parcelamentos do contribuinte contendo as informações sobre os parcelamentos realizados e a situação dos mesmos, data e valor da consolidação, quantidade e valor das parcelas e os períodos de apuração com os respectivos valores constantes nos parcelamentos;

8.4.30.113.3.3 Os principais dados das compensações realizadas pelo contribuinte contendo no mínimo informações do período e data de apuração, o número do DAS e o valor do ISS utilizado;

8.4.30.113.3.4 Acesso ao PDF com todas as informações das Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços envolvidas na divergência gerada;

8.4.30.114. O sistema deve permitir o cadastro de painéis, contendo o título, descrição, URL de acesso e data de validade;

8.4.30.115. O sistema deve possibilitar o cadastro da tabela de Eventos a serem utilizadas no cadastro do MEI;

8.4.30.116. O sistema deve permitir o cadastro dos tipos de arquivos a serem importados ou exportados, contendo descrição, periodicidade, pacote e seu processador;

8.4.30.117. O sistema deve permitir a visualização dos painéis cadastrados no sistema;

8.4.30.118. O sistema deve ser capaz de gerar arquivo para importação no site do Simples Nacional o arquivo DTESN e CNPJ que devem ser excluídos do simples nacional. Deve ter opção de exclusão através dos eventos 353, 354, 355, 356, 379, 388 e 398;

8.4.30.119. O sistema deve possibilitar o cadastro da tabela de Unidades Administrativas (UA);

8.4.30.120. O sistema deve possibilitar o cadastro da tabela de Eventos;

8.4.30.121. O sistema deve possibilitar o cadastro do CNAE-Fiscal;

8.4.30.122. O sistema deve possibilitar o cadastro das Receitas;

8.4.30.123. O sistema deve possibilitar o cadastro dos Tributos;

8.4.30.124. O sistema deve possibilitar o cadastro dos Sistemas de Origem;

8.4.30.125. O sistema deve possibilitar o cadastro da Tabela de Órgãos e Municípios (TOM);

8.4.30.126. O sistema deve possibilitar o cadastro das Atividades;

8.4.30.127. Possuir listagem das tabelas básicas do arquivo de eventos, tais como: Evento, Natureza do Evento, tabela TOM e UA.

## **O - MÓDULO DE RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS**

8.4.31. O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa gerenciar os repasses do ISSQN referente as retenções realizadas pelos Órgãos Públicos, obtidas através do Banco do Brasil (arquivo SIAFI), atendendo as seguintes exigências:

8.4.31.1. Permitir a importação dos dados recebidos do Tesouro Nacional através de arquivos de retorno enviados pelo Banco do Brasil, relativos às retenções de ISS realizadas pelos Órgãos Públicos Federais;

8.4.31.2. Realizar a escrituração automática dos documentos referentes às retenções pelos órgãos públicos federais, fazendo a consolidação dos dados;

8.4.31.3. Realizar o cruzamento de dados das NFS-e e declarações geradas pelos contribuintes com os dados disponibilizados pelo Banco do Brasil.

## **P - MÓDULO DE TRANSPORTE PÚBLICO**

8.4.32. Este módulo deverá permitir que as Empresas de Transporte Público que operem no

município efetuem a sua declaração de movimento informando, no mínimo, o número do ônibus, o número inicial e final da catraca, a quantidade de passes, valor da tarifa e atividade;

8.4.32.1. O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido;

8.4.32.2. Permitir a parametrização do período de apuração dos lançamentos (mensal ou quinzenal);

8.4.32.3. Após os lançamentos emitir a guia para pagamentos dos valores devidos obedecendo a parametrização do período de apuração configurado.

8.4.32.4. Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;

## **Q – ATRIBUIÇÃO DE CRÉDITO PARA O TOMADOR DE SERVIÇOS**

8.4.33. O sistema deverá possuir dispositivo que permita gerenciar os créditos de ISSQN atribuídos para os tomadores de serviço referentes às emissões das Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS-e, atendendo, no mínimo, as seguintes exigências:

8.4.33.1. Contabilizar os créditos de ISSQN aos tomadores de serviço em função do valor de ISSQN apurado e pago das respectivas notas eletrônicas recebidas;

8.4.33.2. Permitir a consulta de créditos recebidos pelos tomadores através de extrato individualizado em que constem os valores de crédito gerados, recebidos e cancelados por Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e;

8.4.33.3. Permitir configurar regras de geração de crédito diferenciadas pelo tipo jurídico do tomador. Por exemplo, permitir especificar um percentual para pessoas físicas e, outro, para pessoas jurídicas;

8.4.33.4. Permitir ao tomador definir a forma de resgate dos créditos gerados (abate do IPTU através da indicação de um imóvel cadastrado no município, indicação de uma conta bancária em uma instituição financeira para depósito, doação do crédito para uma entidade assistencial previamente aprovada pelo município);

## **R – MÓDULO DE REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

8.4.34. Este módulo deverá permitir que a Prefeitura, registre por Contribuinte, os índices da redução da base de cálculo do ISSQN contendo o percentual de dedução por documento, valor do teto a ser abatido no período, data inicial e final desta redução, texto a ser impresso na emissão da NFS-e;

8.4.34.1. Na impressão da NFS-e deverá constar o texto definido no item 3.32, quando da utilização do benefício;

8.4.34.2. Caso o limite de abatimento seja atingido, o sistema deverá automaticamente não permitir que o contribuinte continue utilizando o benefício;

8.4.34.3. Deverá ser possível consultar, por contribuinte ou geral, o valor abatido da base de cálculo no período do benefício.

## **S – MÓDULO INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

8.4.35. Este módulo deverá permitir as Instituições de Ensino, gerenciem seus cursos e alunos, possibilitando que as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica – NFS-e sejam emitidas automaticamente baseado nos alunos matriculados e valores da mensalidade:

8.4.35.1. Permitir o cadastro de cursos ministrados com, no mínimo, as seguintes informações: código do curso, descrição do curso, tipo do curso (mensal/espórádico), código da atividade atrelada ao curso (lista de serviço) e valor do curso;

8.4.35.2. Possibilitar a importação dos cursos ministrados através de arquivo;

8.4.35.3. Permitir o cadastro de alunos com, no mínimo, as seguintes informações: nome do aluno,



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

CPF, RG, data de nascimento, endereço, telefone e e-mail;

8.4.35.4. Possibilitar a importação dos alunos através de arquivo;

8.4.35.5. Permitir o vínculo entre o curso e os alunos, devendo ser possível vincular um mesmo aluno em mais de um curso;

8.4.35.6. Permitir a geração automática das NFS-e baseado no cadastro de alunos matriculados por curso;

## **T – MÓDULO CUB (CUSTO UNITÁRIO BÁSICO) – CONSTRUÇÃO CIVIL**

8.4.36. Este módulo deverá permitir gerenciar todo o processo de recolhimento do ISSQN devido na execução de uma obra de construção civil. Controlando desde o cadastro da obra com a definição do total de CUBs devido e os abatimentos automáticos através das retenções efetuadas nas aquisições de serviços. Possibilitando a emissão do atestado de quitação após o pagamento dos valores apurados:

8.4.36.1. Permitir o cadastro de obras com, no mínimo, as seguintes informações:

8.4.36.1.1. Endereço do local da obra contendo, no mínimo: logradouro, número, bairro, cidade, estado e CEP;

8.4.36.1.2. Nome ou razão social do proprietário da obra;

8.4.36.1.3. CPF/CNPJ do proprietário da obra;

8.4.36.1.4. Data de início da obra;

8.4.36.1.5. A.R.T. / C.E.I.;

8.4.36.1.6. Área total construída;

8.4.36.1.7. Total de CUBs vinculados a obra;

8.4.36.2. Permitir anexar documentos a obra;

8.4.36.3. Cadastro dos valores do CUB por competência;

8.4.36.4. Permitir vincular prestadores do município a obra;

8.4.36.5. Permitir vincular / cadastrar prestadores de fora do município a obra;

8.4.36.6. Vinculação automática com a obra das NFS-e emitidas com retenção pelos prestadores de serviços do município. Só poderão ser vinculados as NFS-e cujo prestador de serviço já estejam cadastrados como prestador de serviço da obra;

8.4.36.7. Permitir vincular, no momento do lançamento de prestação ou aquisição de serviço, as notas fiscais com as obras. Só poderão ser vinculados os prestadores previamente cadastrados como prestador de serviço da obra;

8.4.36.8. Abatimento automático do saldo de CUBs a cada retenção efetuada para a obra, por serviços tomados de prestadores de dentro e de fora do município;

8.4.36.9. Acompanhamento online do saldo de CUBs por obra;

8.4.36.10. Acompanhamento dos percentuais de execução da obra conforme abatimento de CUBs;

8.4.36.11. Extrato online de todas as notas fiscais vinculadas as obras e a quantidade de CUBs abatido por nota;

8.4.36.12. Emissão de guia para quitação dos valores dos CUBs, conforme saldo após retenções;

8.4.36.13. Emissão de atestado de quitação após recolhimento;

8.4.36.14. Relatórios gerenciais das obras, valores arrecadados, previsões;

8.4.36.15. Percentuais de utilização de CUBs em cada obra;

8.4.36.16. Relatórios gerenciais, gráficos das obras concluídas;

8.4.36.17. Mapa digital de obras concluídas;

8.4.36.18. Mapa digital de obras não concluídas;

## **U – MÓDULO CUPOM FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICO (CFS-E)**



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.4.37. Permitir ao contribuinte solicitar a autorização para emissão de cupom fiscal de serviços eletrônico - CFS-e;

8.4.37.1. Possuir rotina onde o Fisco possa realizar a autorização do acesso dos contribuintes ao módulo de emissão de CFS-e, podendo ser limitada a uma data limite ou quantidade de cupons;

8.4.37.2. Permitir o bloqueio da emissão do CFS-e;

8.4.37.3. Contemplar as funcionalidades por webservice de geração, cancelamento e consulta de CFS-e;

8.4.37.4. Permitir a impressão e consulta do CFS-e;

8.4.37.5. Permitir o credenciamento de desenvolvedores de software habilitados a integra seus sistemas próprios com o webservice disponibilizado pelo município;

8.4.37.6. Possuir rotina para homologação técnica dos sistemas emissores de CFS-e;

8.4.37.7. Possuir mecanismo para verificar a autenticidade do CFS-e emitido sem a necessidade de estar logado ao sistema.

8.4.37.8. Possuir meio para emissão online (conectado à internet) e offline para os momentos que o contribuinte não tiver acesso à internet;

## **V - EMISSÃO DE NFS-E POR DISPOSITIVOS MÓVEIS (MOBILE)**

8.4.38. O sistema deve oferecer aos usuários a possibilidade da emissão de notas fiscais de serviços eletrônicas - NFS-e e cupons fiscais através de dispositivos móveis, com as seguintes características:

8.4.38.1. Acesso realizado através de login e senha;

8.4.38.2. Disponível para acesso por qualquer modelo de smartphones ou tablets que possua conexão com a internet;

8.4.38.3. Download do aplicativo para Android (no Google PlayStore) e iOS (na Apple Store);

8.4.38.4. Deverá possibilitar ao usuário realizar as seguintes funções: Emitir; Pesquisar; Cancelar; Encaminhar via e-mail as NFS-e geradas e canceladas, bem como gerar o documento de arrecadação.

## **W – DECLARAÇÃO DAS OPERADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO (DECRED)**

8.4.39. Permitir a importação das Declarações de Operações com Cartões de Crédito por meio de convênio com a Secretaria de Fazenda do Estado;

8.4.39.1. Possuir histórico das declarações importadas;

8.4.39.2. Permitir a consulta e exportação das declarações importadas por contribuinte;

8.4.39.3. Permitir a consulta das declarações por operadora;

8.4.39.4. Permitir rotina de cruzamento de informações do DECRED, com livro fiscal do contribuinte, assim como, do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D);

## **X – REDESIM**

8.4.40. Possui funcionalidade de acesso e integração com o sistema REDESIM;

8.4.40.1. Possui inclusão automática dos contribuintes consultados no sistema REDESIM;

## **Z – RECADASTRAMENTO**

8.4.41. Recadastramento

8.4.42. Possuir rotina de recadastramento on-line de contribuintes do município, com a parametrização dos campos que serão obrigatórios.

8.4.43. Permitir a parametrização da mensagem de orientação sobre o recadastramento, sendo que essa mensagem deve ser apresentada na tela de recadastramento e também impressa no protocolo.

8.4.44. Permitir a visualização dos dados e documentos enviados pelos contribuintes, para validação da fiscalização.

8.4.45. Permitir o download dos documentos anexados pelo contribuinte no preenchimento do recadastramento.

8.4.46. Permitir a impressão do protocolo de recadastramento.

## **8.5. CONSULTA PÚBLICA**

8.5.1. O acesso a este módulo será livre, portanto, qualquer pessoa interessada poderá utilizá-lo;

8.5.2. Todo documento emitido para terceiros deverá possuir código de verificação, os quais serão utilizados para constatar a autenticidade do documento;

8.5.2.1. Este módulo deverá, no mínimo, permitir:

8.5.2.2. Emissão de cartão da inscrição municipal “online”;

8.5.2.3. Verificar a autenticidade da AIDF autorizada eletronicamente;

8.5.2.4. Verificar a autenticidade da NFS-e emitida;

8.5.2.5. Verificar a autenticidade dos relatórios emitidos pelo sistema.

## **8.6. INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e Nacional)**

8.6.1. Possuir integração via API com o Sistema Nacional NFS-e atualmente disponibilizada no endereço <https://adn.nfse.gov.br>, objetivando o sincronismo automático entre as informações do modelo nacional e do município, com no mínimo, as seguintes características:

8.6.2. Permitir a importação via API e de forma automática das NFS-e emitidas no Sistema Nacional;

8.6.3. As NFS-e importadas deverão conter todos os campos existentes no layout do Sistema Nacional;

8.6.4. Deverá ser possível a consulta em tela e a impressão das NFS-e seguindo o layout do modelo nacional;

8.6.5. Deverá ser possível consultar todos os eventos vinculados a NFS-e emitida;

8.6.6. Permitir a emissão de uma NFS-e no módulo do município e sua imediata integração ao Sistema Nacional NFS-e através de API;

8.6.7. A NFS-e emitida no município deverá prever todos os campos e regras de negócio existente no Sistema Nacional NFS-e;

8.6.8. Permitir a geração de relatórios com, no mínimo, as seguintes características:

8.6.9. NFS-e emitidas por contribuinte;

8.6.10. NFS-e emitidas por período;

8.6.11. NFS-e emitidas permitindo filtrar tomadores de serviço do município, de fora do município ou exterior;

8.6.12. Contribuintes emitentes de NFS-e que não possuem cadastro no município;

8.6.13. NFS-e emitidas por atividade.

## **8.7. DISPOSITIVO DE SOLICITAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO ELETRÔNICA**

8.7.1. O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa solicitar serviços à empresa contratada, efetuar o acompanhamento e a conclusão dos mesmos, de forma eletrônica e automática, atendendo as seguintes exigências:

8.7.1.1. Possuir funcionalidade para cadastramento de ordem de serviço eletrônica;

- 8.7.1.2. Manter os históricos das solicitações;
- 8.7.1.3. Possibilitar a inclusão de anexos, com o intuito de facilitar a compreensão ou justificar a solicitação;
- 8.7.1.4. Possibilitar o acompanhamento da solicitação;
- 8.7.1.5. Possuir atendimento via chat para contribuintes e servidores municipais.

## **8.8. ADMINISTRAÇÃO, AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO**

8.8.1. Através de módulo específico, o sistema deverá permitir que a Administração tenha acesso a todas as informações dos contribuintes de dentro e fora do município;

8.8.2. Possuir funcionalidades de controle de acesso;

8.8.3. Possuir rotina de baixa bancária;

8.8.4. Possuir rotina de baixa manual de guias pagas para situações em que a guia foi quitada na tesouraria, por depósito bancário, depósitos judiciais entre outros, sendo possível informar a data de pagamento e a justificativa para a baixa manual;

8.8.5. Possuir rotina para cancelamento de guias. A funcionalidade deverá possuir parâmetros configurados pela fiscalização com, no mínimo, os seguintes recursos:

8.8.5.1. Possuir parâmetro de prazo e/ou valor da guia para permissão do cancelamento automático pelo contribuinte;

8.8.5.2. Possuir parâmetro de prazo e/ou valor da guia para permissão do cancelamento pelo contribuinte, porém o cancelamento deverá ser validado (aprovado/rejeitado) pela fiscalização;

8.8.5.3. Permitir cancelamento de guias diretamente pela fiscalização;

8.8.6. Permitir à fiscalização criar listas de contribuintes que poderão ser adicionadas manualmente ou importadas via arquivo, visando facilitar notificações e apurações por perfil de contribuinte. As listas criadas deverão estar disponíveis para seleção no envio de mensagens e relatórios, quando cabível;

8.8.7. Possuir funcionalidade para fechamento automático das declarações dos contribuintes por competência, gerando automaticamente as guias para pagamento, quando cabível;

8.8.8. O sistema deverá conter relatórios com autenticidade e dispositivos que permitam a análise das escriturações, inserções de informações, consultas e solicitações efetuadas pelas empresas;

8.8.9. Os requisitos mínimos exigidos são:

8.8.9.1. Exportação dos relatórios, no mínimo, em PDF e XLS;

8.8.9.2. Relatório gerencial demonstrando o cruzamento de informações:

8.8.9.2.1. Como Prestador de Serviços: apontar diferença entre os valores declarados pelo tomador e prestador, nota fiscal declarada pelo tomador e não declarada pelo prestador, boleto gerado e não pago, competência pendente de encerramento;

8.8.9.2.2. Como Tomador de Serviços: apontar diferença entre os valores declarados pelo tomador e prestador, nota fiscal declarada pelo prestador e não declarada pelo tomador, boleto gerado e não pago, competência pendente de encerramento;

8.8.9.3. Relatório demonstrando se o contribuinte efetuou a entrega da declaração;

8.8.9.4. Relatório gerencial de guias de arrecadação geradas, pagas e não pagas, por contribuinte;

8.8.9.5. Relatório de análise que aponte a quantidade total de empresas existentes cadastradas no município, a quantidade de empresas por atividade, por enquadramento;

8.8.9.6. Relatório gerencial que demonstre os maiores contribuintes do Município por valor de receita e por atividade;

8.8.9.7. Relatório gerencial que demonstre os maiores devedores do Município por valor de receita e por atividade;

8.8.9.8. Relatório gerencial demonstrando o gráfico de apuração de valores de um contribuinte ou de todos eles num determinado intervalo;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.8.9.9. Relatório gerencial demonstrando o total de notas fiscais eletrônicas emitidas por um contribuinte ou todos eles numa dada competência ou em todas elas;

8.8.9.10. Relatório gerencial demonstrando os valores pagos e em abertos de determinado contribuinte em uma competência ou todas elas;

8.8.9.11. Relatório gerencial identificando as empresas optantes e não optantes pelo Simples Nacional;

8.8.9.12. Relatório gerencial de AIDF autorizada, cancelada ou não autorizada;

8.8.9.13. Relatório demonstrando os valores recebidos pela prefeitura de empresas optantes pelo Simples Nacional através do arquivo DAF607, contendo dados do contribuinte, data de pagamento, mês incidência, o valor do ISS recolhido;

8.8.9.14. Relatório demonstrando os valores recebidos pela prefeitura através de repasse do Governo Federal através do arquivo SIAFI, contendo dados do tomador, dados do prestador, número da nota fiscal, data de emissão, base de cálculo, alíquota, valor do ISS, etc.;

8.8.9.15. Relatório gerencial demonstrando todas as obras associadas a um contribuinte;

8.8.9.16. Permitir o cadastramento de um contribuinte com todas as informações cadastrais, tais como: CNPJ, razão social, endereço completo, endereço de correspondência, inscrição municipal, regime tributário aplicável, nome fantasia, inscrição estadual, início das atividades, encerramento das atividades, data de última atualização gerada automaticamente após cada alteração, área ocupada em M2, sócios com nome, RG e CPF e código CNAE com possibilidade de inclusão de no mínimo 03 (três) itens;

8.8.9.17. Relatório gerencial demonstrando o CNPJ e Razão Social de todos os emitentes de nota fiscal eletrônica.

8.8.9.18. Consulta gráfica da arrecadação (anual, mensal e diária);

8.8.9.19. Consulta gráfica da inadimplência (anual, mensal e diária);

8.8.9.20. Consulta gráfica da arrecadação x inadimplência (anual, mensal);

8.8.9.21. Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas emitidas com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);

8.8.9.22. Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas canceladas com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);

8.8.9.23. Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas por atividade com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);

8.8.9.24. Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas com recolhimento no município e fora do município com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária).

8.8.9.25. Consulta através de contadores numéricos (on-line), impostômetro, as quantidades de total notas fiscais emitidas no município, notas fiscais emitidas no mês, notas fiscais emitidas para fora do município com retenção, previsão de arrecadação no mês, valores arrecadados no ano. Permitir a inclusão de novos contadores de informações tributárias.

8.8.9.26. Possuir ferramenta de Business Intelligence;

8.8.9.27. 'Possuir consulta através de mapeamento digital:

8.8.9.27.1. Localização dos maiores contribuintes;

8.8.9.27.2. Localização dos maiores contribuintes por atividade;

8.8.9.27.3. Localização dos maiores serviços prestados fora do município;

8.8.9.27.4. Localização dos maiores serviços prestados no município;

8.8.9.27.5. Localização dos maiores serviços contratados de fora do município;

## **8.9. INTELIGÊNCIA DE DADOS / BUSINESS INTELLIGENCE (BI)**

8.9.1. A ferramenta deverá possuir um conjunto de ferramentas para análise e gerenciamento de informações tributárias e disponibilizar consultas que permitam que a fiscalização possa, de forma intuitiva, analisar diversos aspectos da tributação ao longo de determinados períodos, transformando os



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

dados armazenados em informações

8.9.2. Permitir o acesso via web e com versão mobile (acessível via aplicativo).

8.9.3. Possuir visualização dos dashboards e visões de relatórios através de qualquer dispositivo móvel (celulares, tablets e etc.).

8.9.4. Permitir que os dados resultados dos relatórios possam ser exportados em planilha para análise posterior;

8.9.5. Disponibilizar um Portal de Inteligência Fiscal para ser o ponto único de acesso dos usuários;

8.9.6. Permitir que o usuário possa enviar resultados dos painéis e relatórios padrões por e-mail;

8.9.7. Permitir que os relatórios painéis e relatórios padrões possam ser visualizados em dispositivo móvel;

8.9.8. Arrecadação diária automática e incremental das bases de dados do sistema BI, adicionando novas informações e atualizando informações já existentes.

8.9.9. Arrecadação acumulada até o mês corrente comparada com o mesmo mês no ano anterior;

8.9.10. Apuração mensal de débitos para um ano selecionado e anual dos últimos 5 anos, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito;

8.9.11. Arrecadação mensal de débitos para um ano selecionado e anual dos últimos 5 anos, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do pagamento;

8.9.12. Apuração x Arrecadação por mês para um ano selecionado;

8.9.13. Variação anual de apuração e arrecadação para um mês selecionado ou acumulado do ano, permitindo detalhar por um ranking das maiores variações por contribuinte;

8.9.14. Comparativo anual mês a mês de apuração dos últimos 4 anos;

8.9.15. Comparativo anual mês a mês de arrecadação dos últimos 4 anos;

8.9.16. Débitos inadimplentes por faixa de vencimento e mês de vencimento, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito.

8.9.17. Ranking de débitos apurados e arrecadados por tipo de serviço, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito;

8.9.18. Ranking de débitos apurados e arrecadados por CNAE, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito;

8.9.19. Disponibilizar um relatório com ranking dos principais Tomadores, permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores do tomador selecionado e, a partir do prestador, até o detalhe do débito;

8.9.20. Disponibilizar um relatório com ranking dos principais prestadores, permitindo detalhar por um ranking dos maiores tomadores do prestador selecionado e, a partir do tomador, até o detalhe do débito;

8.9.21. Os relatórios deverão permitir filtros por ano e mês, arrecadação, tipo de serviço, CNAE, tipo de débito, origem lançamento e optante/não optante do Simples Nacional, dependendo do escopo da informação apresentada;

8.9.22. Todos os valores de débitos em aberto deverão ser atualizados diariamente com aplicação de encargos para débitos em atraso, mantendo a possibilidade de visualizar o valor principal ou o valor com encargos.

8.9.23. Análise e relatórios fiscais (NFS-e emitidas, canceladas e de serviços tomados):

8.9.24. Histórico mensal de valor de ISS, base de cálculo ou quantidades de NFS-e do ano corrente e ano anterior;

8.9.25. Valor de ISS, base de cálculo ou quantidades de NFS-e por mês ou por ano (últimos 5

anos), permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores e, a partir do prestador, até o detalhe da NFS-e;

8.9.26. Variação anual valores de ISS, base de cálculo ou quantidades de NFS-e, para um mês selecionado ou acumulado do ano, permitindo detalhar por um ranking das maiores variações por prestador;

8.9.27. Comparativo anual mês a mês de valor de ISS, base de cálculo ou quantidade de NFS-e dos últimos 4 anos;

8.9.28. Valor de ISS ou quantidades de NFS-e emitidas por UF ou por município, permitindo selecionar incidência dentro e fora do município sede;

8.9.29. Análise comparativa por mês de emissão versus mês de competência de NFS-e emitidas;

8.9.30. Ranking de valor de ISS ou quantidades de NFS-e emitidas por tipo de serviço, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores e, a partir do prestador, até o detalhe da NFS-e;

8.9.31. Ranking de valores de ISS ou quantidades de NFS-e emitidas por CNAE, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores e, a partir do prestador, até o detalhe da NFS-e;

8.9.32. Todos os painéis gerenciais, rankings e relatórios de NFS-e deverão permitir filtros por ano e mês, tipo de serviço, CNAE, retenção (ISS próprio e ISS retido), regime de tributação, exigibilidade, optante/não optante do Simples Nacional, incidência (devido dentro e fora do Município) e incentivo fiscal;

8.9.33. Análises e relatórios do cadastro de contribuintes;

8.9.34. Total de pessoas cadastradas, indicando o percentual de contribuintes e não contribuintes por tipo de pessoa;

8.9.35. Total de contribuintes cadastrados por regime de tributação, optantes do Simples Nacional e não optantes, localidade do contribuinte (dentro ou fora do município), permitindo detalhar o total de contribuintes por cidade do contribuinte e por contribuinte;

8.9.36. Apresentar geograficamente a quantidade de contribuintes cadastrados em mapas por UF ou cidade, identificando as maiores e menores quantidades com gradação de cores;

8.9.37. Relatório que faça o cruzamento do cadastro da Receita Federal com o cadastro do Município apontando as principais diferenças cadastrais;

8.9.38. Disponibilizar uma base de dados financeiros para que os usuários finais possam construir seus próprios painéis e relatórios;

8.9.39. Dashboard dos maiores devedores de ISS, por contribuinte, identificando de forma visual através de legendas a composição da dívida sendo de competência como prestador (ISS Próprio) ou como tomador (ISS Retido), podendo ser selecionado o Ano, Mês e Tipo de dívida (ISS Próprio ou ISS Retido);

8.9.40. Dashboard dos maiores devedores de ISS, por competência, identificando de forma visual através de legendas a composição da dívida sendo de competência como prestador (ISS Próprio) ou como tomador (ISS Retido), podendo ser selecionado o ano, mês e tipo de dívida (ISS Próprio ou ISS Retido)

8.9.41. Dashboard onde sejam exibidos os indicadores de ISS com o enquadramento Isento, Imune, Fora do Município, ISS Próprio e ISS Retido e Não Incidência podendo ser filtrados os valores por Ano e Mês

8.9.42. Dashboard com indicadores no formato Gráfico de Pareto onde sejam elencados os maiores devedores do município e qual o peso dos débitos do contribuinte em relação ao total em aberto, os indicadores devem ser divididos entre ISS próprio e ISS retido

8.9.43. Dashboard com indicadores que demonstrem os valores pagos diferenciando entre ISS próprio e ISS retido podendo ser filtrado por ano e mês

8.9.44. Dashboard com indicadores que demonstrem as 10 principais atividades da lista 116, totalizando o valor de ISS lançado, podendo ser filtrada por ano e mês

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.9.45. Dashboard que demonstre os maiores tomadores de serviço elencando do maior para o menor onde seja possível fazer o filtro por ano mês, status e enquadramento

8.9.46. Dashboard que demonstre a composição do valor do ISS por enquadramento exibindo os valores em um gráfico de área onde seja possível filtrar por exercício e enquadramento específicos por exemplo imune, isento, fora do município, ISS próprio, ISS retido

8.9.47. Dashboard onde demonstre os valores lançados de ISS em formato de dispersão onde podemos comparar um exercício com o outro exibindo os contribuintes identificados através de uma legenda de cor, podendo ser filtrados pelo status sendo eles emitido ou cancelado e pelo enquadramento como imune, isento, fora do município, ISS próprio, ISS retido

8.9.48. Deve possuir um dashboard que demonstre a composição da receita de valores recebidos elencando os valores de recolhimento por ano e mês de valores do ISS próprio, ISS retido, ISS Avulso e Simples Nacional podendo ser identificados os principais pagadores e a composição em percentual

8.9.49. Deve possuir um dashboard que demonstra a composição da receita por contribuinte sendo possível identificar dentre os valores do valor pago pelo contribuinte o que é ISS próprio, ISS retido, ISS Avulso e Simples Nacional podendo ser filtrado por exercício mês ou tipo

8.9.50. Deverá dispor de recurso de análise preditiva onde serão tratadas as informações dos últimos cinco exercícios e o sistema será capaz de prever a arrecadação do próximo mês baseando-se no histórico anterior

8.9.51. Dashboard que demonstre tudo aquilo que foi pago por um determinado contribuinte seja de imposto ou taxa utilizando como filtro a data do crédito

8.9.52. Dashboard que demonstre o total arrecadado no dia de todas as taxas e impostos assim como o valor arrecadado na última semana no último mês, devendo esse dashboard também apresentar os valores arrecadados no simples nacional pelo arquivo DAF607

8.9.53. Dashboard que demonstre o total arrecadado por ano e mês sendo possível filtrar por taxa ou imposto podendo se comparar uma competência com outra a fim de se identificar variações na composição da receita do município

8.9.54. Dashboard que demonstre através de um gráfico de área a composição da receita entre exercícios a fim de que o município possa identificar evolução na receita própria

8.9.55. Dashboard que demonstre através de um gráfico de dispersão e valores arrecadados de impostos e taxas a fim de que o município possa identificar variações na arrecadação desses tributos podendo ser filtrado por ano, mês, taxa ou imposto

## **09 - ASPECTOS TECNOLÓGICOS DA FERRAMENTA, INFRAESTRUTURA E GARANTIA.**

### **09.1 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

09.1.1 O fornecimento da licença de uso e manutenções na solução integrada deverão ser executadas nos módulos desde que atenda aos requisitos funcionais e que estejam no mesmo ambiente tecnológico, conforme descrito neste anexo e que sejam fornecidos por um único proponente. Em qualquer dos casos os módulos devem ser integrados entre si e trocarem informações conforme solicitado neste instrumento.

09.1.2 O fornecimento da licença de uso e das manutenções na solução integrada deverão atender o controle das funções da área da Administração Tributária Mobiliária solicitada neste Edital. Não serão aceitas propostas alternativas.

09.1.3 Para que possa atender às condições de escrituração do Livro Fiscal Eletrônico, geração, emissão e escrituração automática da Nota Fiscal Eletrônica, geração e impressão do Documento de Arrecadação, bem como o controle à Administração das informações declaradas pelas empresas.

09.1.4 O fornecimento da licença de uso e das manutenções na solução integrada deverão possuir funcionalidades para abertura, alteração cadastral e encerramento de empresas, bem como a reabertura com



base no cadastro técnico da Administração.

09.1.5 Uma vez que as empresas já utilizam o sistema para escrituração, emissão de documento de arrecadação, emissão de Nota Fiscal Eletrônica e consultas, as manutenções no sistema deverão possuir todas as suas funcionalidades em ambiente WEB, via “browser” (Internet Explorer e/ou Firefox e/ou Google Chrome), utilizando “SSL” (protocolo de segurança que criptografa todos os dados trafegados entre o computador do usuário e o da solução a ser utilizada) através da internet, com o objetivo de acesso às informações de forma segura, seja por parte das empresas ou pela Administração.

09.1.6 Para fornecimento da licença de uso dos sistemas será necessário que a empresa Contratada disponibilize equipamentos e dispositivos de alta performance que forneçam toda infraestrutura necessária para manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecer garantias de segurança para as transações via WEB do objeto ora proposto, durante a vigência contratual, atendendo, no mínimo, os seguintes requisitos:

09.1.7 Data Center com Alta Performance e Balanceamento de Carga - 7/24 -, que detém certificação reconhecida pelos órgãos competentes para todos os critérios de Segurança Física (fogo, falta de energia, antifurto) e Segurança Tecnológica (anti-hackers);

09.1.8 Servidores (aplicativos, Internet e Banco de Dados) trabalhando com componentes que ofereçam redundância no ambiente acessado pelas empresas e também quanto às questões relativas às Seguranças Física e Tecnológica e Back-Ups;

09.1.9 Firewall Clusterizado com Balanceamento de Carga em 3 (três) Camadas, Load Balance no Banco de Dados Distribuído e na camada WEB;

09.1.10 Links de comunicação de alto desempenho com Banda compatível com a demanda e com garantia de Alta Disponibilidade, capazes de disponibilizar acesso via WEB a todas as empresas, estabelecidas ou não no Município;

09.1.11 Conexões SSL, com Certificação Segura e Criptografada do Transporte das Informações – HTTPS;

09.1.12 Sistemas de antivírus/spywares, para proteção contra eventuais vírus, evitando paradas e perdas para os contribuintes e para a Administração;

09.1.13 Softwares para segurança da informação que garantam o sigilo e a proteção contra “roubo de informações” que possam ocorrer através de ataques realizados por pessoas de fora do ambiente e também de dentro do próprio ambiente disponibilizado;

09.1.14 Sistemas gerenciadores de banco de dados;

09.1.15 Sistemas para gerenciamento de cópias de segurança (backups);

09.1.16 Softwares de gerenciamento para acompanhamento, medição e monitoramento da performance dos equipamentos de infraestrutura, operando de forma pró-ativa para situações eventuais de instabilidade, proporcionando qualidade e segurança para a infraestrutura fornecida;

09.1.17 Ambiente de homologação: disponibilizar um ambiente nas mesmas condições do ambiente de produção, atendendo os mesmos requisitos, com os sistemas integrados para customizações, implementações e testes, que se façam necessários para atender às peculiaridades da legislação.

09.1.18 No ato da disponibilização do serviço, a CONTRATADA deverá preparar, em local indicado pela CONTRATANTE, ambiente de Banco de Dados similar ao do ambiente de produção, bem como fornecer:

09.1.19 Dicionário de dados, no qual deverá constar os nomes de todas as tabelas que compõem o sistema, e para cada uma delas todos os nomes dos campos com suas respectivas descrições detalhadas;

09.1.20 Diagrama do Modelo Entidade Relacionamento (conceitual, lógico e físico), contendo todos os relacionamentos (chave primária x chave estrangeira) entre as entidades que compõe a estrutura da base de dados, bem como sua relação de cardinalidade;

09.1.21 Ao final do contrato, não havendo interesse em renovação por parte desta Administração, a empresa fornecedora do sistema deverá garantir o direito de acesso à consulta e impressão dos Livros Fiscais Eletrônicos escriturados e dos documentos de arrecadação gerados, disponibilizar todos os diálogos

efetuados entre os atendentes e as empresas que utilizaram os canais de comunicação buscando esclarecimentos quanto a operacionalização do sistema durante a vigência do contrato e disponibilização da base de dados.

09.1.22 A CONTRATADA deverá fornecer backup, quando solicitado, da base de produção, em local designado pela CONTRATANTE, de forma que o SGBD neste local reflita, num prazo de 15 minutos até 24 horas, a ser definido pela CONTRATANTE em conformidade com as demandas diárias e os dados da base de produção. Esta rotina de backup deverá ser automatizada.

09.1.23 Durante o período contratual, a solução fornecida não poderá ter tipo de bloqueio (inserção, consulta, geração de relatórios, limitação de banda ou acessos simultâneos).

## **10 - CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS E OPERACIONAIS**

10.1 - O fornecimento da licença de uso e das manutenções não deverão alterar os procedimentos atuais que registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação continuarão disponíveis imediatamente em toda a rede, em um servidor central. Isto significa que cada dado deverá ser recolhido uma única vez, diretamente no órgão onde é gerado. Os dados transcritos pelos usuários deverão ser imediatamente validados e o efeito da transação deverá ser imediato.

10.2 - As opções do sistema deverão ser acessíveis somente a usuários autorizados especificamente a cada uma delas. A solução integrada deve contar com um catálogo de perfis de usuários que definam padrões de acesso específicos por grupos de usuários. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso.

10.3 - As autorizações ou desautorizações, por usuário, grupo ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito imediato.

10.4 - Com a finalidade de garantir que as empresas e os funcionários da Administração acessem de forma segura o conteúdo das informações, o sistema pretendido deverá possuir identificação, senha.

## **11 - MANUTENÇÕES**

11.1 - Tendo em vista que o objetivo fundamental é coletar informações de cada empresa através da escrituração do Livro Fiscal Eletrônico e Nota Fiscal Eletrônica, bem como possibilitar o controle à Administração de todas as escriturações efetuadas, a licitante vencedora do certame deverá disponibilizar equipe técnica especializada para auxiliar a Administração na definição das variáveis que serão utilizadas na parametrização do sistema durante as manutenções, de acordo com a legislação federal e municipal pertinente, realizando as seguintes atividades:

11.1.1 - O início das manutenções do sistema pela empresa contratada não poderá ser superior a 09 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço Inicial e será executada conforme cronograma proposto pela contratada;

11.1.2 - A Contratante designará servidores municipais das áreas de informática, cadastros técnico e fiscal, contabilidade e fiscalização para apoio e suporte aos técnicos da empresa contratada para realização das manutenções do sistema;

11.1.3 - O Departamento de Finanças da Prefeitura fará uma análise dos pedidos de manutenções e opinará, com o prazo de 02 (dois) dias para validando o processo, e liberará as execuções das

manutenções necessárias;

11.1.4 - A empresa contratada também deverá estabelecer rotinas diárias de importação, exportação e atualização dos dados, obedecendo ao mesmo layout garantindo a integridade dos dados;

11.1.5 - Deverão ser realizadas todas as simulações pela empresa contratada em conjunto com a Prefeitura, em que deverá ser demonstrado o perfeito funcionamento do sistema, atendendo a Legislação Municipal vigente, antes de sua divulgação;

11.1.6 - Como parte integrante do processo de manutenções dos sistemas à empresa contratada deverá ministrar treinamentos aos usuários do sistema, respeitando as obrigatoriedades dispostas no item 11;

## **12 - ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA AO ISSQN**

12.1 - A Legislação pertinente ao ISSQN deverá ser analisada para permitir que as funções do sistema seu correto funcionamento;

12.2 - A Contratante fornecerá à empresa contratada toda a Legislação vigente relacionada ao ISSQN, incluindo Código Tributário Municipal, Leis Complementares, Decretos e Atos normativos;

12.3 - A empresa contratada deverá questionar a Contratante, por escrito, qualquer dúvida sobre os procedimentos e controles relacionados ao ISSQN constantes na Legislação Municipal vigente;

12.4 - A Contratante, através de seu representante, designado responsável pelo ISSQN, responderá com brevidade todos os questionamentos sobre os procedimentos e controles relacionados ao ISSQN encaminhados pela empresa Contratada;

12.5 - Após análise da Legislação vigente relacionada ao ISSQN fornecida pela Contratante, deverá ser realizada reunião entre seus técnicos e os servidores municipais para esclarecimento sobre possíveis dúvidas e/ou interpretações sobre a Legislação vigente e instituir Decreto de obrigatoriedade da declaração mensal do ISSQN para todas as empresas sujeitas ou não ao ISSQN ser realizada somente através do sistema.

## **13 - INFORMAÇÃO SOBRE O SISTEMA**

13.1 - Para que as funções do sistema sejam plenamente utilizadas pelas empresas constantes dos cadastros técnico e fiscal do Município, será necessário que as informações sobre o sistema sejam, devidamente, divulgadas, devendo, obrigatoriamente, contemplar as seguintes atividades:

13.1.1 - A empresa contratada deverá fornecer à Contratante um modelo de manual de orientação aos usuários (todas as empresas constantes dos cadastros técnico e fiscal sujeitas ou não ao ISSQN) do sistema, no qual deverá constar identificação e senha individual para cada empresa;

13.1.2 - Caso a Contratante solicite alterações no modelo do manual de orientação aos usuários, a empresa contratada será notificada, por escrito, para realizar as alterações solicitadas, devendo ocorrer em tempo hábil a fim de não prejudicar o cronograma de execução das manutenções;

13.1.3 - Os custos relativos à impressão do manual de orientação aos usuários serão arcados



pela Contratada;

13.2 - Os manuais de orientação aos usuários serão disponibilizados pela contratada, na página de acesso ao sistema e estarão disponíveis aos contribuintes para download ou acesso on-line, ficando a contratada responsável pela divulgação das atualizações e novas versões.

## **14 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO**

14.1 - Mediante a modernização proposta, será necessário o atendimento ao usuário com o objetivo de fornecer esclarecimentos às empresas usuárias do sistema:

14.1.1 - A Contratante disponibilizará de servidores municipais devidamente treinados pela empresa contratada para utilização do sistema, com equipamentos adequados e necessários, para atendimento às empresas usuárias do sistema;

14.1.2 - A empresa contratada deverá fornecer à Contratante material informativo que deverá ser colocado a disposição na central de atendimento, para informação e esclarecimento dos usuários do sistema;

14.1.3 - A Contratada disponibilizará o atendimento eletrônico às empresas usuárias do sistema, por meio Web, com o objetivo de complementar o atendimento disponibilizado pela Contratante.

## **15 - TREINAMENTO**

### **15.1 - DIRIGIDO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

15.1.1 - O treinamento dos servidores públicos municipais envolvidos no processo para utilização do sistema e atendimento ao público deverá, obrigatoriamente, contemplar as seguintes atividades:

15.1.2 - A Contratante designará os servidores municipais que serão treinados para atendimento, esclarecimento e suporte aos usuários do sistema que comparecerem à Prefeitura;

15.1.3 - A empresa contratada deverá oferecer treinamento e capacitação durante a vigência do contrato para os servidores que forem indicados pela Contratante, de forma a garantir adequada e plena utilização do sistema oferecido, em grupos de no mínimo 01 (um) e no máximo de 30 (trinta) servidores;

15.1.4 - Serão treinados para uso do sistema: o máximo de 30 (trinta) servidores indicados pela Prefeitura, englobando o corpo fiscal, os profissionais de atendimento e a equipe administrativa, de forma a garantir adequada e plena utilização do sistema oferecido.

### **15.2 - ABORDAGEM E CARGA HORÁRIA**

15.2.1 - O treinamento ministrado pela empresa contratada será direcionado ao corpo fiscal, aos profissionais de atendimento e à equipe administrativa, devendo abordar os conteúdos necessários à operacionalização do sistema, proporcionando conhecimento e capacitação, contemplando, obrigatoriamente os itens de 1 a 06 do termo de referência.

15.2.1 - Devendo, obrigatoriamente, cumprir carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas/aula e, no máximo, 40 (quarenta) horas/aula.

15.2.1 - Após o processo de Treinamento a empresa contratada deverá aplicar avaliações aos servidores participantes e, posteriormente, a Contratante emitirá Atestado de Capacitação.

### 15.3 - DIRIGIDO A COMUNIDADE DE CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO

15.3.1 - A empresa contratada deverá realizar em local e horário determinado pela Contratante, palestras esclarecedoras sobre a obrigatoriedade e as novas funcionalidades oriundas das manutenções do sistema de Declaração Eletrônica e Nota Fiscal Eletrônica da Prefeitura, para todos os contadores, empresários e entidades de classe convidados pela Contratante, sendo no mínimo 01 (uma) e no máximo 6 (seis) palestras. Devendo, obrigatoriamente, cumprir carga horária de, no mínimo, 4 (oito) horas cada palestra.

## 16 - SUPORTE

### 16.1 - SUPORTE A ADMINISTRAÇÃO

16.1.1 - Com o objetivo de modernizar a Administração e atender aos interesses da preservação do meio ambiente, é necessário que o sistema possua dispositivo de Ordem de Serviço (OS) eletrônica, com parâmetros necessários à agilização e controle de qualquer solicitação da Administração.

16.1.2 - A empresa deverá possuir equipe técnica especializada para realizar as manutenções no sistema e oferecer, durante todo o período contratual, a critério da Administração, melhorias em soluções tributárias, econômicas e fiscais, com base nos conteúdos declarados pelas empresas.

### 16.2 - SUPORTE AOS USUÁRIOS

16.2.1 - Com o objetivo de oferecer esclarecimentos quanto à operacionalização do sistema de escrituração do Livro Fiscal Eletrônico e emissão da Nota Fiscal Eletrônica e, ao mesmo tempo, permitir que a Administração possa realizar consultas, garantindo a segurança no tráfego das informações para as partes envolvidas, as manutenções pretendidas deverão ser registradas nos canais de comunicação “online”, via internet.

### 16.3 - SUPORTE A PRESENCIAL

16.3.1 - Sempre que solicitado pela administração, ou de forma periódica, a equipe de suporte presencial, deverá ser composta por pelo menos 01 (um) técnico de suporte, o qual atenderá nas dependências da Diretoria Municipal de Fazenda que seguirá o horário de expediente do órgão. O serviço será efetuado por meio de ferramenta informatizada a ser disponibilizada pela contratada, com geração de número de controle (número sequencial único) que identificará toda a evolução do chamado até o seu encerramento.

## 17 - PROVA DE CONCEITO

17.1 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, pela licitante vencedora do presente certame o senhor Pregoeiro, convocará o autor da proposta vencedora para que no prazo de 03 (três) dias úteis, efetue a demonstração da operacionalidade do Sistema Proposto, com auxílio da Equipe de Apoio composta por técnicos em informática e tributários, podendo, se necessário, suspender a sessão de demonstração.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

17.2 - Considerada satisfatória a apresentação do sistema (no mínimo 80% os itens demonstrados) do autor da proposta de menor preço, de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I), a licitante será declarada vencedora do certame.

17.3 - Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

17.4 - O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

17.5 - Caso o pregão não termine dentro do horário de expediente do dia marcado para abertura, poderá a Administração terminá-lo no dia seguinte ao de início, ficando desde o presente momento ciente.

#### 17.6 - APÊNDICE PLANILHA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA DA PROVA DE CONCEITO

Item	Descrição	Atende	Não Atende
<b>NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e)</b>			
1.2.1.	Atender o Modelo Conceitual Padrão ABRASF, com no mínimo, a versão 2.3. Para a avaliação da conformidade dos documentos em atendimento ao Modelo Conceitual e Manual de Integração da ABRASF será realizada através de demonstração da validação dos documentos XML contra o esquema XSD publicado e disponível no sítio <a href="http://www.abrasf.org.br">http://www.abrasf.org.br</a> . O programa de validação homologado por esta Comissão será o “Notepad++” disponível gratuitamente para utilização, no sítio <a href="http://notepad-plus-plus.org">http://notepad-plus-plus.org</a> .		
	A licitante vencedora deverá proceder a validação do XML conforme os passos adiante descritos:		
1.2.2.	- Baixar e instalar o aplicativo Notepad++ do site: <a href="http://www.notepad-plus-plus.org/">http://www.notepad-plus-plus.org/</a> ;		
1.2.3.	- Configurar o Notepad++ para ser capaz de analisar esquemas XML de acordo com o manual anexo;		
1.2.4.	- Baixar o schema XML da NFS-e ABRASF V 2.3 ou superior do site: <a href="http://www.abrasf.org.br">http://www.abrasf.org.br</a> ;		
1.2.4.1.	- Gerar o XML de um RPS com informações fornecidas pela comissão de licitação. A comissão deverá ditar, no mínimo, um texto personalizado que deverá ser exposto no campo da NFS-e denominado DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.2.4.2.	- Validar o respectivo XML contra o schema ABRASF através do Notepad++;		
1.2.4.3.	- Submeter o XML DO RPS para processamento e geração da NFS-e;		
1.2.4.4.	- Executar a consulta webservice que retorna o XML da NFS-e gerada a partir do RPS gerado no passo 1.1.4;		
1.2.4.5.	- Validar o XML da NFS-e contra o schema ABRASF através do Notepad++.		
1.2.5.	- A retenção do ISSQN na NFS-e deverá estar de acordo com a legislação vigente, obedecendo aos critérios de classificação da atividade, retenção na fonte e recolhimento do tributo;		
1.2.6.	- Possuir rotina onde o fisco possa realizar a autorização do acesso dos contribuintes ao módulo de emissão de notas eletrônicas. Essa autorização poderá ser limitada a uma data limite ou quantidade de notas fiscais;		
1.2.7.	- O módulo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) deverá obrigatoriamente atender no mínimo aos seguintes requisitos:		
1.2.7.1.	Emissão por meio de acesso “on-line”;		
1.2.7.2.	Só poderá ter acesso ao sistema o contribuinte autorizado a utilizar o serviço;		
1.2.7.3.	Permitir que as NFS-e sejam emitidas das seguintes formas: digitação, importação por arquivo (txt e xml) e via web-service;		
1.2.7.4.	Validar a assinatura digital dos arquivos enviados via web-service;		
1.2.7.5.	O sistema de NFS-e deverá possuir, na sua emissão, todas as informações previstas no Modelo Conceitual Padrão ABRASF 2.3 ou superior;		
1.2.7.6.	Permitir que o emitente da NFS-e informe em campos específicos os tributos federais: COFINS, CSLL, PIS, IRPJ, INSS e outros quando necessário;		
1.2.7.7.	Permitir que o emitente informe em campos específicos o percentual de retenções federais incidentes na NFS-e;		
1.2.7.8.	Permitir que o emitente informe em campos específicos o total de impostos federais e municipais incidentes na NFS-e;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.2.7.9.	Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como atividade, alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do tomador do serviço;		
1.2.7.10.	Envio de NFS-e por e-mail com a indicação de um link para impressão e download do arquivo XML;		
1.2.7.11.	Consulta as NFS-e emitidas e canceladas;		
1.2.7.12.	Permitir o bloqueio da emissão da NFS-e;		
1.2.7.13.	Permitir a descrição do serviço prestado utilizando no mínimo 2000 (dois mil) caracteres;		
1.2.7.14.	Emissão de NFS-e personalizada com a logomarca da empresa prestadora;		
1.2.7.15.	Preencher automaticamente os dados do tomador do serviço, de dentro ou fora do município, após a digitação de seu CPF ou CNPJ;		
1.2.7.16.	Possuir dispositivo para o cancelamento da NFS-e pelo próprio prestador, obedecendo um prazo máximo pré-estabelecido e configurável pela fiscalização, informando o motivo do cancelamento. Caso o prazo máximo pré-estabelecido for ultrapassado, deverá possuir rotina para que seja feita a solicitação do cancelamento e o mesmo possa ser aprovado ou rejeitado pela fiscalização. A NFS-e cancelada deve constar no sistema com a indicação de que o documento se encontra cancelado, além do tomador do serviço ser informado automaticamente do cancelamento via e-mail, caso o mesmo tenha sido informado na emissão;		
1.2.7.17.	Possuir dispositivo para a substituição de uma NFS-e, obedecendo um prazo máximo pré-estabelecido e configurável pela fiscalização, referente a emissão da NFS-e que será substituída;		
1.2.7.18.	Deverá estar integrada ao Livro Fiscal Eletrônico do ISSQN, onde a emissão gera automaticamente sua escrituração, agilizando o cumprimento das obrigações principal e acessória;		
1.2.7.19.	Possuir funcionalidade para envio posterior da NFS-e por e-mail ao tomador do serviço ou qualquer destinatário informado;		
1.2.7.20.	Permitir reimpressão da NFS-e individualmente ou em lote;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.2.7.21.	Exportação em XML das Notas Fiscais Eletrônicas emitidas;		
1.2.7.22.	Importação e processamento de arquivo RPS;		
1.2.7.23.	No caso de importação, o sistema deverá possuir um dispositivo de verificação do arquivo a ser importado apontando os erros do arquivo de RPS, onde não poderá permitir, no mínimo: importação em duplicidade do mesmo arquivo, duplicidade do número do RPS, CPF/CNPJ inválidos, data de emissão inferior a última NFS-e emitida;		
1.2.7.24.	Validar a assinatura digital, padrão ICP-Brasil, dos arquivos XML importados;		
1.2.7.25.	Deverá constar no corpo da NFS-e emitida a indicação do local de recolhimento do ISSQN, conforme legislação vigente;		
1.2.7.26.	Permitir a visualização prévia da NFS-e antes de sua geração, permitindo ao contribuinte validar as informações nela contida;		
1.2.7.27.	Possuir mecanismo para verificar a autenticidade da NFS-e emitida sem a necessidade de estar logado ao sistema;		
1.2.7.28.	Permitir a escrituração automática da NFS-e emitida no livro fiscal do tomador do serviço quando o mesmo for do município;		
1.2.7.29.	Possuir dispositivo QR CODE na impressão da NFS-e que permita verificar sua autenticidade de forma automática, contendo informações do prestador, tomador, data, número da NFS-e.		
1.2.8.	Deverá ser demonstrada a emissão da NFS-e através de empresas com regime de tributação variável, fixo (autônomo), MEI, ME-EPP optante do simples nacional e ME-EPP não optante do simples nacional, além da emissão da NFS-e através de empresa de construção civil;		
1.2.8.1.	No caso da emissão da NFS-e através de empresa de construção civil, deverá constar na nota fiscal a identificação da obra;		
1.2.8.2.	O cadastro de obra deverá estar disponível ao contribuinte no módulo de emissão da NFS-e e no módulo de escrituração fiscal de serviço prestado;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.2.8.3.	Permitir que os prestadores de serviços efetuem o cadastramento de suas obras e registrem, todos os documentos fiscais de materiais adquiridos para serem empregados em suas obras, bem como a transferência de materiais entre obras;		
1.2.8.3.1.	Permitir o cadastramento de obras executadas pela empresa;		
1.2.8.3.2.	Permitir o registro de entrada de materiais incorporados às obras;		
1.2.8.3.3.	Permitir o registro de entrada de materiais em estoque;		
1.2.8.3.4.	Permitir o registro de transferência de materiais entre estoque/obras e obras/obras;		
1.2.8.3.5.	Permitir o acompanhamento do saldo de materiais incorporados à obra X deduções utilizadas na NFS-e;		
1.2.8.3.6.	Permitir a importação por arquivo dos materiais incorporados à obra;		
1.2.8.3.7.	Restringir que ao emitir uma NFS-e de alguma atividade relacionada a construção civil, o contribuinte só possa indicar a dedução referente a materiais utilizado no serviço caso informe o código da obra, A.R.T. ou C.E.I., previamente cadastrado no sistema, ao qual a obra se refere;		
1.2.8.4.	As informações mínimas necessárias para o cadastro de obra são:		
1.2.8.4.1.	Endereço do local da obra contendo, no mínimo: logradouro, número, bairro, cidade, estado e CEP;		
1.2.8.4.2.	Nome ou razão social do proprietário da obra;		
1.2.8.4.3.	CPF ou CNPJ do proprietário da obra;		
1.2.8.4.4.	Data de início da obra;		
1.2.8.4.5.	A.R.T. / C.E.I.;		
1.2.8.5.	Deverá ser permitido ao prestador cadastrar mais de uma obra para o mesmo tomador.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.2.9.	Possuir funcionalidade que permita aos contribuintes optantes pelo simples nacional, informar o seu faturamento mensalmente por competência, onde os valores dos serviços prestados sejam preenchidos automaticamente de acordo com as NFS-e emitidas. Após o preenchimento das informações o sistema deverá calcular automaticamente a alíquota por atividade na competência, respeitando os cálculos de alíquota do anexo informado, de acordo com a legislação vigente. No momento da emissão da NFS-e o sistema deverá buscar automaticamente a alíquota calculada para a competência. A funcionalidade deverá enquadrar automaticamente os contribuintes cujo faturamento no período que, de acordo com a legislação vigente, deverão recolher o ISSQN de acordo com a legislação municipal. O sistema deverá automaticamente buscar a alíquota associada a atividade informada e também permitir a emissão do documento de arrecadação das referidas NFS-e;		
1.2.9.1.	O cálculo do ISSQN deverá respeitar as características tributárias da empresa emissora da NFS-e e o local de recolhimento do imposto, conforme legislação vigente;		
1.2.1.2.	Possuir funcionalidade que permita ao contribuinte agendar a geração automática de uma NFS-e em uma determinada data e hora, baseado nas informações de emissão previamente cadastradas pelo contribuinte, programação de emissão com data futura;		
1.2.1.3.	Permitir ao contribuinte, no momento da emissão, selecionar os dados de uma nota já emitida anteriormente e estes dados serem preenchidos automaticamente na nota atual, permitindo a edição dos mesmos quando pertinente;		
1.2.1.4.	Oferecer sistema de emissão de RPS off-line, para que o contribuinte autorizado a emitir NFS-e possa gerar o RPS sem ter o acesso à internet.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.2.9.5.	Contemplar as funcionalidades por webservice de: geração de NFS-e, recepção e processamento de lotes de RPS, consulta de NFS-e por RPS, consulta de Lote de RPS, consulta de NFS-e – serviços prestados, consulta de NFS-e serviços tomados ou intermediados, cancelamento de NFS-e, substituição de NFS-e, consulta por faixa de NFS-e em conformidade com o Modelo Conceitual ABRASF 2.3 ou superior;		
1.2.9.6.	Possibilitar a geração da guia de recolhimento on-line, com apuração automática do valor a ser recolhido com base nas informações dos documentos declarados;		
1.2.9.7.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
1.2.9.8.	Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;		
1.2.9.9.	Permitir que o contribuinte possa visualizar seu cadastro perante a Prefeitura, permitindo que o mesmo possa realizar apenas alteração de telefone, e-mail, logotipo, senha e demais configurações exclusivas à emissão da NFS-e como envio do documento por e-mail, alíquotas de tributos federais, etc.		
1.2.9.10.	Para as NFS-e emitidas para a prefeitura municipal o sistema deverá permitir selecionar o departamento solicitante;		
1.2.9.11.	Para as NFS-e emitidas para a prefeitura municipal o sistema deverá permitir emissão sem atribuir departamento solicitante.		
<b>NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA AVULSA (NFS-e Avulsa)</b>			
1.3.1.	Permitir que o prestador de serviço avulso solicite remotamente o cadastro de contribuinte avulso para a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa;		
1.3.2.	Garantir que o usuário somente poderá acessar o sistema para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa após a aprovação do cadastro pela autoridade fiscal;		
1.3.3.	O sistema deverá possuir todos os campos e funcionalidades existentes na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.3.4.	Permitir que seja gerado um rascunho com as informações registradas e que o mesmo possa ser editado com e com a possibilidade de impressão, antes da emissão efetiva da Nota Fiscal De Serviços Eletrônica Avulsa;		
1.3.5.	Permitir a geração e impressão de documento de arrecadação vinculado à nota fiscal de serviços avulsa no padrão FEBRABAN para que o usuário possa realizar o pagamento do imposto em qualquer rede bancária;		
1.3.6.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
1.3.7.	Garantir que a nota fiscal de serviços avulsa somente seja liberada para o usuário após o recebimento da baixa bancária contendo o pagamento do imposto consignado no documento de arrecadação a ela vinculado;		
1.3.8.	Disponibilizar a nota fiscal de serviços eletrônica avulsa para o contribuinte automaticamente após a leitura do arquivo de baixa bancária referente à quitação do documento de arrecadação vinculado à nota fiscal de serviços avulsa;		
1.3.9.	Permitir que os usuários do sistema possam consultar e imprimir a nota fiscal de serviços eletrônica avulsa;		
1.3.10.	Possibilitar ao tomador do serviço comprovar a autenticidade da nota fiscal de serviços eletrônica avulsa;		
1.3.11.	Permitir a exportação das informações em arquivos xml;		
1.3.12.	Possibilitar que a emissão de nota fiscal de serviços eletrônica também possa ser emitida por servidores públicos do município, cuja emissão deverá ocorrer em suas respectivas unidades administrativa.		
1.3.13.	Permitir parametrizações de quantidade de NSF-e-avulsa e valor máximo acumulado por exercício.		
<b>ISSQN ELETRÔNICO</b>			
1.4.2.	Fornecimento de manutenção e suporte de sistema de Escrituração do Livro Fiscal do ISSQN, de forma eletrônica, cujas informações condicionarão a forma de escrituração de cada contribuinte, através da integração do Livro Fiscal com os dados dos cadastros;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.2.1.	O sistema de escrituração de notas fiscais deverá estar totalmente integrado com o sistema de Nota Fiscal Eletrônica;		
1.4.3.	Essa integração entre os cadastros técnico e fiscal da administração se dará através de mecanismos eletrônicos e automáticos “em tempo real”;		
1.4.4.	O objetivo da integração em tempo real é para que qualquer alteração nos cadastros técnico e fiscal e de pagamentos do ISSQN possa, após sua sincronização ao banco de dados formado através do sistema ofertado, imediatamente ser acessado pelas empresas que produziram tais informações, assim como a geração de documento de arrecadação do ISSQN, produzida pelas empresas deverá ser transmitida de forma eletrônica e automática para o cadastro técnico e fiscal da Administração;		
1.4.5.	O Livro Eletrônico pretendido pela Administração deverá ser disponibilizado para todas as empresas prestadoras e compradoras de serviços do Município.		
<b>A – ESCRITURAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E/OU TOMADOS</b>			
1.4.6.	As escriturações deverão suportar a identificação da empresa usuária, suas características tributárias e permitir que os dados existentes em uma nota fiscal de serviços sejam escriturados, possibilitando que as empresas prestadoras e tomadoras cumpram suas obrigações tributárias e acessórias e a Administração possua informações para geração de relatórios. Além disso, efetuar a escrituração dos Livros de Serviços Tomados e Prestados e emitir guia de arrecadação de imposto devido;		
1.4.6.1.	Deverá possuir os campos mínimos necessários para escrituração de notas fiscais de serviços, sendo: número e série da nota fiscal, data de emissão, valor do serviço, atividade, CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço, informação da retenção ou não do serviço prestado, local do recolhimento e, se for o caso, alíquota do Simples Nacional;		
1.4.7.	Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:		
1.4.7.1.	Registrar os lançamentos de notas fiscais de serviços pelo regime de competência;		
1.4.7.2.	Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como: atividade, alíquotas e valor		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

	tributável e CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço;		
1.4.7.3.	Permitir que, ao se informar o CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço, seja exibido suas informações desde que o mesmo esteja no cadastro do sistema, possibilitando a digitação de informações complementares não cadastradas;		
1.4.7.4.	Verificar automaticamente, quando possível o responsável pelo pagamento do tributo com base nas informações lançadas anteriormente;		
1.4.7.5.	Permitir o lançamento das notas fiscais de serviço de acordo com a alíquota da empresa prestadora, quando se tratar de serviço prestado por empresa enquadrada no regime “Simples Nacional”;		
1.4.7.6.	Possuir rotina de importação da escrituração dos documentos a partir de arquivo texto gerados pelos sistemas contábeis e comerciais dos contribuintes obedecendo layout pré-definido em formato XML e TXT;		
1.4.7.7.	Efetuar o encerramento da competência e, após o encerramento, emitir o livro fiscal de serviços prestados e/ou tomados, o Recibo de Entrega de Declaração e o Termo de Confissão de Dívida;		
1.4.7.8.	Emitir guia de arrecadação referente aos lançamentos efetuados na competência, respeitando o regime tributário da empresa e a legislação vigente;		
1.4.7.9.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
1.4.7.10.	Possuir mecanismos de alteração dos lançamentos após o encerramento da competência, permitindo que o contribuinte possa incluir uma nova nota fiscal, alterar ou excluir uma já lançada. Após o(s) novo(s) lançamento(s), caso o imposto devido na competência seja maior que a guia já gerada, o sistema deverá gerar uma guia complementar com o valor da diferença a ser recolhido, caso o valor do imposto devido seja a menor da guia já gerada, a emissão da guia com o valor a menor deverá ser autorizada pela Prefeitura;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.7.11.	Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;		
1.4.7.12.	Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;		
1.4.7.13.	Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros de acordo com a legislação vigente.		
1.4.7.14.	Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;		
1.4.7.15.	Possuir rotina de Declaração de Não Movimentação Econômica On-Line, de serviços prestados e contratados, por mês e ano de competência;		
1.4.7.16.	Não permitir a declaração de não movimentação caso haja algum documento declarado na mesma competência;		
1.4.7.17.	Os departamentos da Prefeitura Municipal podem vincular NFS-e ao seu departamento;		
1.4.7.18.	Os departamentos da Prefeitura Municipal podem desvincular NFS-e emitidas ao seu departamento;		
1.4.7.19.	Os departamentos podem consultar NFS-e emitidas para a prefeitura municipal sem nenhuma vinculação com um departamento ou as NFS-e vinculadas ao seu departamento.		
<b>B – ESCRITURAÇÃO DE SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL</b>			
1.4.8.	Este módulo é de acesso exclusivo para empresas que possuam atividades enquadradas para atuação na área da construção civil, estabelecendo a escrituração das notas fiscais de serviços individualizadas para cada obra cadastrada;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.8.1.	Deverá possuir os campos mínimos necessários para escrituração de notas fiscais de serviços, sendo: número da nota fiscal de serviços, data de emissão, série, identificação da obra cadastrada, código do serviço, valor da nota fiscal, valor da base de cálculo, CNPJ/CPF do comprador dos serviços, local do recolhimento e, se for o caso, alíquota do Simples Nacional;		
1.4.9.	Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:		
1.4.9.1.	Registrar os lançamentos de notas fiscais de serviços pelo regime de competência;		
1.4.1.2.	Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como: atividade, alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço;		
1.4.1.3.	Permitir que, ao se informar o CNPJ ou CPF do tomador do serviço, seja exibido suas informações desde que o mesmo esteja no cadastro do sistema, possibilitando a digitação de informações complementares não cadastradas;		
1.4.1.4.	Verificar automaticamente, quando possível o responsável pelo pagamento do tributo com base nas informações lançadas anteriormente;		
1.4.9.5.	Permitir o lançamento das notas fiscais de serviço de acordo com a alíquota da empresa prestadora, quando se tratar de serviço prestado por empresa enquadrada no regime “Simples Nacional”;		
1.4.9.6.	Permitir que os prestadores de serviços efetuem o cadastramento de suas obras e registrem, todos os documentos fiscais de materiais adquiridos para serem empregados em suas obras, bem como a transferência de materiais entre obras;		
1.4.9.6.1.	Permitir o cadastramento de obras executadas pela empresa;		
1.4.9.6.2.	Permitir o registro de entrada de materiais incorporados às obras;		
1.4.9.6.3.	Permitir o registro de entrada de materiais em estoque;		
1.4.9.6.4.	Permitir o registro de transferência de materiais entre estoque/obras e obras/obras;		
1.4.9.6.5.	Permitir o acompanhamento do saldo de materiais incorporados à obra X deduções utilizadas na NFS-e;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.9.6.6.	Deverá ser permitido ao prestador cadastrar mais de uma obra para o mesmo tomador;		
1.4.9.6.7.	Permitir a importação por arquivo dos materiais incorporados à obra;		
1.4.9.6.8.	Restringir que ao emitir uma NFS-e de alguma atividade relacionada a construção civil, o contribuinte só possa indicar a dedução referente a materiais utilizado no serviço caso informe o código da obra, A.R.T. ou C.E.I., previamente cadastrado no sistema, ao qual a obra se refere;		
1.4.9.7.	Efetuar o encerramento da competência e, após o encerramento, emitir o livro fiscal de serviços prestados e/ou tomados, o Recibo de Entrega de Declaração e o Termo de Confissão de Dívida;		
1.4.9.8.	Emitir guia de arrecadação referente aos lançamentos efetuados na competência, respeitando o regime tributário da empresa e a legislação vigente;		
1.4.9.9.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
1.4.9.10.	Possuir mecanismos de alteração dos lançamentos após o encerramento da competência, permitindo que o contribuinte possa incluir uma nova nota fiscal, alterar ou excluir uma já lançada. Após o(s) novo(s) lançamento(s), caso o imposto devido na competência seja maior que a guia já gerada, o sistema deverá gerar uma guia complementar com o valor da diferença a ser recolhido, caso o imposto devido seja a menor da guia já gerada, a emissão da guia com o valor a menor deverá ser autorizada pela Prefeitura;		
1.4.9.11.	Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;		
1.4.9.12.	Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.9.13.	Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros de acordo com a legislação vigente;		
1.4.9.14.	Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;		
1.4.9.15.	Possuir rotina de Declaração de Não Movimentação Econômica On-Line, de serviços prestados e contratados, por mês e ano de competência;		
1.4.9.16.	Não permitir a declaração de não movimentação caso haja algum documento declarado na mesma competência.		
<b>C – ESCRITURAÇÃO DE INTUIÇÕES FINANCEIRAS (BANCOS)</b>			
1.4.10.	Este módulo deverá permitir que as Instituições Financeiras cumpram suas obrigações tributárias. As declarações deverão ser feitas através da importação de arquivos, cujo layout deverá estar em conformidade com o modelo DES-IF elaborado pela ABRASF ( <a href="http://www.abrasf.org.br">www.abrasf.org.br</a> ) com no mínimo a versão 3.1;		
1.4.11.	Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:		
1.4.11.1.	Permitir que os auditores fiscais cadastrem as Instituições Financeiras;		
1.4.11.2.	Permitir que o contribuinte realize a solicitação de acesso ao sistema;		
1.4.11.3.	Possuir as seguintes rotinas de importação:		
1.4.11.3.1.	Módulo Informações Comuns: composto dos seguintes registros: identificação da declaração, plano geral de contas comentado – PGCC, tabela de tarifas de serviços da instituição, tabela de identificação de serviços de remuneração variável;		
1.4.11.3.2.	Módulo Demonstrativo Contábil: composto dos seguintes registros: identificação da declaração, identificação da dependência, balancete analítico mensal, demonstrativo de rateio de resultados internos;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.11.3.3.	Módulo Apuração Mensal: composto dos seguintes registros: identificação da declaração, identificação da dependência, demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, demonstrativo do ISSQN mensal a recolher;		
1.4.11.3.4.	Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: composto dos seguintes registros: demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis;		
1.4.11.4.	O Sistema deverá validar o arquivo de acordo com o Modelo Conceitual ABRASF, informando, quando houver, o código e descrição do erro, motivo do erro, solução para correção e localização do erro;		
1.4.11.5.	Emitir protocolo de envio do arquivo;		
1.4.11.6.	Possibilitar o download do arquivo importado pela Instituição Financeira;		
1.4.11.7.	Apresentar as informações definidas pelo Município tais como: Tipo de Consolidação, Códigos de Tributação da DES-IF com as respectivas alíquotas do Município, Código do IBGE;		
1.4.11.8.	Emitir o Livro Fiscal Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;		
1.4.11.9.	Emitir documento de arrecadação municipal, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com as atividades e alíquotas;		
1.4.11.10.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
1.4.11.11.	Permitir a geração de segunda via de um documento de arrecadação já vencido, mediante a informação de uma nova data de vencimento, onde o sistema deverá calcular automaticamente os acréscimos legais;		
1.4.11.12.	Permitir a consulta pelos auditores fiscais dos módulos declarados contendo, no mínimo, as seguintes informações:		
1.4.11.12.1.	O Plano de Contas da Instituição contendo o código PGCC, nome e descrição da conta PGCC, código da conta COSIF, código DES-IF/Tributação e código da conta superior;		
1.4.11.12.2.	A Tabela de Tarifas por Instituição Financeira contendo código de identificação da tarifa, descrição e código PGCC;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.11.12.3.	O demonstrativo da apuração da receita tributada e do ISSQN mensal devido por subtítulos, segregados por dependência contendo no mínimo o período de competência dos dados declarados, o código PGCC, código de tributação DES-IF, conta COSIF, receita tributável, dedução, incentivos, base de cálculo, alíquota, ISSQN devido, ISSQN a recolher, crédito e débito;		
1.4.11.12.4.	O Balancete Analítico mensal segregado por dependência contendo o período de competência dos dados declarados, código PGCC, saldo inicial, valor dos créditos, valor dos débitos e saldo final;		
1.4.11.13.	Disponibilizar recurso para análise do PGCC das Instituições Financeiras possibilitando o enquadramento ou reenquadramento no código DES-IF, mantendo registro do usuário e data em que os reenquadramentos foram realizados;		
1.4.11.14.	O sistema deverá manter registro do usuário responsável pela auditoria, a data em que a auditoria foi iniciada, o nome da Instituição Financeira que está em auditoria e o período que está sendo fiscalizado;		
1.4.11.15.	O sistema deverá apresentar funcionalidade para glosar valores a débito;		
1.4.11.16.	O sistema deverá apresentar funcionalidade para “ignorar” as divergências eletrônicas;		
1.4.11.17.	Para cada divergência o sistema deverá apresentar o total de contas divergentes e o valor da base de cálculo não declarada, além do detalhamento de todos os subtítulos enquadrados na divergência;		
1.4.11.18.	O sistema deverá permitir o bloqueio de envio de declarações retificadoras para a Instituição Financeira que está em auditoria;		
1.4.11.19.	O sistema deverá disponibilizar a opção de envio de Notificação para Retificação de arquivos DES-IF durante o processo de análise das divergências;		
1.4.11.20.	O sistema deverá permitir realizar o reprocessamento das divergências;		
1.4.11.21.	O sistema deverá apresentar relatório das informações declaradas no módulo demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis possibilitando a consulta por subtítulo e período dos lançamentos, conforme necessidade do fisco;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.11.22.	O sistema deverá possibilitar exportar para o módulo de ação fiscal as divergências eletrônicas por Dependência, contendo os dados dos Subtítulos divergentes, Conta COSIF, código de Tributação, base de cálculo não declarada e ISS não declarado, cujas informações devem compor o processo administrativo fiscal;		
1.4.11.23.	Permitir que após o encerramento da declaração sua correção ocorra apenas com declaração retificadora.		
1.4.11.24.	O sistema deverá dar a possibilidade de emissão de boletos de pagamento avulso, para antecipação do pagamento antes do fechamento da declaração.		
1.4.11.25.	O sistema deverá dar a possibilidade de emissão de boletos automáticos ao encerramento de escrituração normal e/ou substitutiva, completamente vinculado a esta escrituração e abatendo valores gerados anteriormente via boletos avulsos de que trata o item anterior.		
1.4.11.26.	Permitir o cadastro da Tabela de Identificação de Outros Produtos e Serviços;		
1.4.11.27.	Possibilitar a emissão do relatório de lançamento de estorno nas declarações;		
1.4.11.28.	Permitir que o livro possa ser encerrado e após o encerramento impeça a inclusão de novos registros. Após o encerramento, na impressão do livro, será demonstrado o termo de encerramento para guarda do livro fiscal conforme estabelecido pela legislação municipal;		
1.4.11.29.	Possibilitar visualizar o conta corrente fiscal da instituição financeira com todas as guias geradas e sua situação de pagamento;		
1.4.11.30.	Permitir o envio das contas de resultado credoras e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos dos últimos anos, possibilitando encaminhar arquivo para cada período estabelecido na legislação;		
1.4.11.31.	Deve disponibilizar função para envio das contas de resultado credoras e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos subtítulos dos últimos 5 anos, possibilitando encaminhar arquivo para cada período estabelecido na legislação;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.11.32.	Possuir funcionalidade que permita aos auditores fiscais definir as contas consideráveis tributáveis por instituição financeira e período. Deverá ser possível a importação destas contas através das informações declaradas pelos contribuintes ou por importação de um período já cadastrado anteriormente pela fiscalização. No momento da importação deverá ser informado o período da declaração já existente e o novo período a ser considerado para estas informações;		
1.4.11.33.	Permitir realizar o cruzamento das contas informadas como tributáveis pela fiscalização com as informações declaradas pela Instituição Financeira, tais como: contas consideradas tributáveis de ISSQN pela fiscalização e não declaradas pela Instituição Financeira, constas não consideradas tributáveis de ISSQN pela fiscalização e declaradas pela Instituição Financeira;		
1.4.11.34.	Permitir a geração de notificações em lotes, baseadas nas divergências e cruzamentos apurados pelo sistema mitigando o trabalho e principalmente o retrabalho do corpo de auditores com atividades repetitivas de impressão para o envio para entrega presencial ou e preferencialmente publicação no Domicílio Tributário Eletrônico;		
1.4.11.35.	Permitir a geração automática do levantamento fiscal apontando as contas que apresentarem divergências, sendo possível ao fiscal auditar os valores apresentados de cada conta por competência.		
1.4.11.36.	Possuir opção para informar as contas que já estão auditadas (conferidas) no levantamento fiscal de modo a possibilitar ao fiscal filtrar as contas que ainda necessitam serem auditadas;		
1.4.11.37.	Possuir filtro no levantamento fiscal das contas auditadas, contas com valores positivos declarados, contas com valores zerados;		
1.4.11.38.	Apresentar os seguintes relatórios para auxiliar o trabalho do Fisco:		
1.4.11.38.1.	Disponibilizar relatório que identifique as Instituições que declararam ou não sua movimentação para os 4 módulos da DESIF.		
1.4.11.38.2.	Permitir a comparação de declarações realizadas por diferentes Instituições Financeiras de acordo com a Tributação DESIF.		
1.4.11.38.3.	Possuir relatório do levantamento fiscal detalhado por conta;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.11.38.4.	Possuir relatório do levantamento fiscal totalizado por competência;		
1.4.11.38.5.	Os Devedores do município;		
1.4.11.38.6.	Os Maiores Arrecadadores;		
1.4.11.38.7.	Todos os boletos gerados das declarações DES-IF;		
1.4.11.38.8.	Os lançamentos de ISS;		
1.4.11.38.9.	Os débitos de ISSQN;		
1.4.11.38.10.	Livro Fiscal de serviços prestados;		
1.4.11.38.11.	Livro Fiscal de serviços tomados;		
1.4.11.38.12.	A relação dos módulos pendentes de entrega por Instituição Financeira, contendo no mínimo o nome e CNPJ base da Instituição Financeira, Tipo do Módulo e competência pendente de entrega;		
1.4.11.38.13.	De serviços de Remuneração Variável contendo no mínimo Subtítulo PGCC, Desdobramento de Conta Mista e Código da Tarifa;		
1.4.11.38.14.	De Apuração Mensal Retroativa por Instituição Financeira contendo no mínimo o número do protocolo, competência e valor do ISS;		
1.4.11.38.15.	De Detalhamento da Apuração Mensal por Instituição Financeira contendo no mínimo o número do protocolo, competência, base de cálculo e valor do ISS;		
1.4.11.38.16.	Subtítulos não declarados no módulo de apuração mensal que tiveram saldo no demonstrativo contábil apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, os valores de crédito e débito declarados no módulo demonstrativo contábil;		
1.4.11.38.17.	Subtítulos tributáveis e não declarados no módulo de apuração mensal que tiveram saldo no demonstrativo contábil apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, a alíquota conforme entendimento do fiscal, alíquota declarada no módulo de apuração mensal e os valores de crédito e débito declarados no módulo de apuração mensal;		
1.4.11.38.18.	Subtítulos com divergência de alíquota, devido aos reenquadramentos no código DES-IF realizados pelo fisco municipal apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, a alíquota conforme entendimento do fiscal, alíquota declarada no módulo de apuração mensal e os valores de crédito e débito declarados no módulo de apuração mensal;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.11.38.19.	Subtítulos com valores a débito (estornos) apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, os valores de crédito e débito declarados nos módulos de apuração mensal e demonstrativo contábil;		
1.4.11.38.20.	Subtítulos com divergência no saldo declarado (crédito - débito), apresentando no mínimo a competência, o subtítulo PGCC divergente, desdobramento de conta mista, a conta COSIF, os valores de crédito e débito declarados nos módulos de apuração mensal e demonstrativo contábil;		
1.4.11.38.21.	Dos dados das tarifas de serviços da instituição financeira/Banco;		
1.4.11.38.22.	Listagem para controle e validação as contas reenquadradas bem como as justificativas do reenquadramento;		
1.4.11.38.23.	Dos dados dos códigos de tributação DESIF de acordo com o manual da ABRASF;		
1.4.11.38.24.	Que demonstre o valor a recolher pela fiscalização, indicando as divergências encontradas pela marcação de contas como tributáveis pelo fisco;		
1.4.11.38.25.	Que demonstre o valor a recuperar referente a divergência de alíquota em declarações efetuadas pelos bancos em exercícios anteriores, divergentes com a legislação municipal;		
1.4.11.38.26.	A solução deverá apontar as divergências de enquadramento dos COSIFs entre instituições financeiras/bancos do município;		
1.4.11.38.27.	A solução deverá ter opção que cruze o PGCC dos bancos do municípios com outros municípios e demonstre as divergências de enquadramento com o Código de Tributação DES-IF;		
1.4.11.38.28.	A solução deverá ter opção que cruze o PGCC dos bancos do município com outros municípios e demonstre as divergências de enquadramento com o COSIF;		
1.4.11.38.29.	O sistema deverá possuir inteligência fiscal, permitindo que o fisco efetue a marcação das contas do PGCC dos bancos do seu município baseado em informações prestadas pelos bancos em outros municípios;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.11.38.30.	O sistema deverá possuir inteligência fiscal, permitindo que o fisco efetue a marcação das contas marcadas pelo fisco em outros municípios e efetuar a marcação de forma automática no PGCC das instituições do seu município ficando destacado como contas marcadas pelo fisco;		
1.4.11.38.31.	Possuir indicação do item da lista de serviços que a conta bancária está vinculado no momento que o servidor/fiscal estiver procedendo com a auditoria;		

**D – ESCRITURAÇÃO DE CONTRIBUINTES DISPENSADOS DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS**

1.4.12.	Este módulo deverá identificar a empresa usuária, suas características tributárias, e permitir que os dados e os valores cobrados por seus serviços sejam declarados, conforme constam nos balancetes contábeis, selecionando, automaticamente, cada uma das contas contábeis, no momento da declaração, tendo campos de informação específicos para informar: valor total dos serviços prestados no mês de competência, em cada uma das contas contábeis, possibilitando que os contribuintes cumpram suas obrigações tributárias;		
1.4.13.	O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total faturado no mês, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido;		
1.4.14.	Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:		
1.4.14.1.	Possuir rotina para cadastramento das contas contábeis que deverão estar individualmente associadas a um determinado código da lista de serviços;		
1.4.14.2.	Efetuar o lançamento de valores de serviços prestados através de uma conta contábil;		
1.4.14.3.	Possuir rotina de importação dos valores apurados no plano de contas a partir de arquivo texto gerados pelos sistemas contábeis obedecendo layout pré-definido em formato XML e TXT;		
1.4.14.4.	Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.14.5.	Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com as atividades e alíquotas.		
1.4.14.6.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
1.4.14.7.	Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;		
1.4.14.8.	Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros conforme legislação vigente;		
1.4.14.9.	Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes.		

#### **E – ESCRITURAÇÃO DE CARTÓRIOS**

1.4.15.	Este módulo deverá identificar a empresa usuária, suas características tributárias e permitir que os dados existentes em um tipo de serviços sejam escriturados: tipo de estabelecimento de serviços notariais e de registro, identificação da atividade cartorial prestada, quantidade de documentos, valor da receita própria referente aos emolumentos, possibilitando que os contribuintes cumpram suas obrigações tributárias;		
1.4.16.	O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido;		
1.4.17.	Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:		
1.4.17.1.	Permitir que os auditores fiscais cadastrem os tipos de estabelecimentos de serviços notariais e de registro;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.17.2.	Permitir que os auditores fiscais realizem o cadastro das atividades cartoriais e as vinculem aos tipos de cartório;		
1.4.17.3.	Permitir que o contribuinte efetue os lançamentos dos serviços prestados informando, no mínimo, os dados especificados no item 3.14;		
1.4.17.4.	O Sistema deverá trazer automaticamente as atividades condizentes com o tipo de estabelecimento informado;		
1.4.17.5.	Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;		
1.4.17.6.	Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com os serviços prestados;		
1.4.17.7.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
1.4.17.8.	Permitir a geração de segunda via de um documento de arrecadação já vencido, mediante a informação de uma nova data de vencimento, onde o sistema deverá calcular automaticamente os acréscimos legais;		
1.4.17.9.	Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;		
1.4.17.10.	Permitir a retificação das declarações efetuadas, gerando automaticamente o documento de arrecadação com a diferença dos valores a recolher, quando houver.		

**F – ESCRITURAÇÃO DE EMPRESAS COM VALOR DE ISSQN ESTIMADO**

1.4.18.	Este módulo deverá permitir que a fiscalização informe os contribuintes estimados e os valores mínimos a serem cobrados mensalmente por cada um em um determinado exercício;		
1.4.19.	Na geração da guia de recolhimento de prestação de serviço deverá ser verificado automaticamente se o valor de ISSQN das notas fiscais emitidas na competência pelo contribuinte é superior ou não ao valor mínimo estimado. Caso o valor seja superior, deverá ser gerado a guia com o valor apurado nas notas fiscais, caso contrário, deverá ser gerado a guia com o valor mínimo estimado para a competência;		
1.4.20.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		

**G – MÓDULO DE CONTADORES**

1.4.21.	O sistema deverá conter módulo de escrituração para contadores, permitindo que estes realizem auto cadastramento;		
---------	---	--	--

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.21.1.	Na tela de cadastro deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: CNPJ ou CPF, razão social, endereço completo, telefone e e-mail;		
1.4.21.2.	O sistema não deve permitir cadastros já existentes;		
1.4.21.3.	As solicitações de acesso deverão ser liberadas pela Prefeitura, onde após a liberação deverá ser enviada automaticamente ao e-mail cadastrado pelo contador, sua senha de acesso;		
1.4.22.	Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:		
1.4.22.1.	Permitir que o contador vincule todos os clientes de sua responsabilidade, a fim de facilitar o cumprimento das obrigações tributárias e os controles da Administração do Município;		
1.4.22.2.	O sistema não poderá permitir que um contador vincule a ele um cliente já vinculado a outro contador. A desvinculação do contador somente poderá ser realizada através de módulo específico utilizado pela Administração ou através do acesso ao módulo específico do contribuinte utilizando-se do login e senha do próprio contribuinte;		
1.4.22.3.	Permitir ao contador utilizar as funcionalidades do sistema on-line apenas nos cadastros dos contribuintes para os quais estiver devidamente autorizado;		
1.4.22.4.	Apresentar ao usuário logo após sua autenticação a relação de empresas em que está autorizado para que ele possa selecionar a que vai utilizar;		
1.4.22.5.	Possibilitar ao usuário mudar de competência e de empresa sem ter que sair do sistema;		
1.4.22.6.	Possibilitar ao contador realizar todas as tarefas pertinentes ao cumprimento das obrigações acessórias de seus clientes como importação de arquivos oriundos dos sistemas contábeis (arquivo txt e xml), escriturações, impressão de livros fiscais, geração de guias de recolhimento e exportação de notas fiscais escrituradas (arquivo txt e xml).		
1.4.22.7.	Permitir ao usuário alterar sua senha pessoal sempre que desejar, sem intervenção do fisco municipal.		
<b>H – AUTORIZAÇÃO DE EMISSÃO DE NFS-E</b>			



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.23.	O sistema deverá apresentar funcionalidade para que o contribuinte solicite de forma eletrônica, a Autorização para emissão de notas fiscais de serviços eletrônica;		
1.4.24.	O sistema deverá, obrigatoriamente, permitir:		
1.4.24.1.	Efetuar o controle das nfs-e autorizadas, informando o contribuinte a quantidade de nfs-e disponíveis no momento da emissão;		
1.4.24.2.	As autorizações poderão ser por quantidades de notas fiscais ou por prazo limite autorizado;		
1.4.24.3.	Permitir a consulta do histórico de solicitações já realizadas;		
1.4.24.4.	Possuir funcionalidade de bloqueio de utilização de nfs-e.		
<b>I – CADASTRO DE CONTRIBUINTE EVENTUAL</b>			
1.4.25.	O sistema deverá disponibilizar o acesso para o cadastramento de contribuinte eventual, ou seja, contribuintes com sede em outro município, de forma “online”, onde o próprio contribuinte possa efetuar o seu cadastro e obter acesso ao módulo destinado à escrituração de nota fiscal e geração da guia de recolhimento de ISS;		
1.4.25.1.	Na tela de cadastro deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: CNPJ, razão social, endereço completo, telefone e e-mail;		
1.4.25.2.	O sistema não deve permitir cadastros já existentes;		
1.4.25.3.	As solicitações de acesso deverão ser liberadas pela Prefeitura, onde após a liberação deverá ser enviada automaticamente ao e-mail cadastrado pelo contribuinte, sua senha de acesso;		
<b>J - MÓDULO PARA ADMINISTRAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE SAÚDE</b>			
1.4.26.	Este módulo deverá permitir que os Contribuintes cadastrados como Cooperativas de Saúde, cadastrem os seus profissionais cooperados e as demais pessoas jurídicas conveniadas, para que, baseado nas notas fiscais emitidas pelos serviços prestados por estes cadastrados, seja efetuada a dedução da base de cálculo automática para a definição do valor do ISSQN a ser recolhido no período de competência;		
1.4.26.1.	Permitir o cadastro de cooperados à Cooperativa de Saúde;		
1.4.26.2.	Permitir o cadastro de empresas conveniadas à Cooperativa de Saúde;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.26.3.	Possibilitar à Cooperativa de Saúde selecionar as notas fiscais emitidas pelos seus cooperados e/ou conveniados, tendo ela como tomadora do serviço, que deverão ser abatidas da base de cálculo do ISSQN;		
1.4.26.4.	Uma nota fiscal só poderá ser utilizada no cálculo de dedução uma única vez;		
1.4.26.5.	O sistema deverá calcular automaticamente o valor de dedução da base de cálculo do ISSQN baseado nas notas fiscais selecionadas e aptas a dedução;		
1.4.26.6.	Permitir que as operadoras sediadas em outros municípios efetuem a declaração e geração da guia de recolhimento do imposto devido no município proveniente dos serviços prestados para tomadores de serviços estabelecidos no município de acordo com a lei complementar 157/16;		
1.4.26.7.	Permitir aos estabelecimentos de saúde do município declarar os atendimentos prestados a pacientes, através de planos de saúde administrados por cooperativas estabelecidas fora do município;		
1.4.26.8.	Possuir ferramenta que permita auditar as informações prestadas pelas operadoras estabelecidas em outros municípios com as informações prestadas pelos estabelecimentos de saúde sediados no município.		

**K - DEC – DOMICÍLIO ELETRÔNICO DO CONTRIBUINTE – MUNICIPAL**

1.4.27.	Este módulo deverá possibilitar a comunicação entre contribuintes, contadores e a prefeitura, de forma a automatizar o envio de mensagens, documentos e notificações eletrônicas;		
1.4.27.1.	Permitir o credenciamento dos contribuintes ao DET (Domicílio Eletrônico Tributário);		
1.4.27.2.	Permitir ao contribuinte vincular usuários que poderão ter acesso a mensagens/notificações recebidas;		
1.4.27.3.	Deverá permitir que a Prefeitura envie mensagens/notificações com a escolha do destinatário que poderá ser individual, em lote ou oriundo de uma lista pré-formatada pelo fiscal;		
1.4.27.4.	O sistema deverá permitir que a Prefeitura envie mensagens notificando pendências pré-formatadas (ausência de declaração, dívidas em aberto, etc.) aos contribuintes/contadores;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.27.5.	Possibilitar o cadastro de modelos de mensagens. Para cada modelo de mensagem, será possível especificar o prazo de ciência tácita, a possibilidade de o destinatário responder à mensagem e o prazo em que a mensagem poderá ser respondida;		
1.4.27.6.	O sistema deverá alertar automaticamente sobre o recebimento de novas mensagens, sempre que o destinatário efetuar o acesso;		
1.4.27.7.	Permitir o envio de e-mail automaticamente ao destinatário alertando sobre a existência de uma nova mensagem;		
1.4.27.8.	Permitir enviar cópia das mensagens aos contadores dos contribuintes;		
1.4.27.9.	Permitir anexar documentos digitais às mensagens;		
1.4.27.10.	Permitir ao contribuinte protocolar requisições utilizando o DET;		
1.4.27.11.	Apresentar a informação da data e hora de abertura/leitura da mensagem por parte do contribuinte, que deverá ser gravada automaticamente no momento de seu acesso ao conteúdo da respectiva mensagem;		
1.4.27.12.	Permitir a impressão do protocolo de recebimento da mensagem, devendo informar no mínimo: número do protocolo, destinatário (CPF/CNPJ, Razão Social), assunto, teor da mensagem, data e horário de envio, data e hora em que a mensagem foi lida pelo destinatário (ou data e hora da ciência tácita), CPF/CNPJ e nome do usuário que leu a mensagem;		
1.4.27.13.	Possuir serviços de integração por webservice de modo a permitir que outros sistemas utilizados pela prefeitura possam utilizar o DET para criar novas mensagens/notificações e consultar a leitura dessas mensagens/notificações. Os serviços deverão prever autenticação de modo a garantir a segurança na comunicação.		
<b>L - MÓDULO DE ADMINISTRAÇÃO DA AÇÃO FISCAL</b>			
1.4.28.	O sistema deverá apresentar funções para a total administração da Ação Fiscal:		
1.4.28.1.	O sistema deverá permitir a inclusão dos órgãos de fiscalização existentes no município, permitindo vincular usuários, documentos, etc. a cada um destes órgãos criados;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.28.2.	Permitir a criação dos documentos de fiscalização pelo próprio usuário de forma que seja possível alterar cabeçalhos, imagens, formatar texto e quaisquer ajustes que se fazem necessário;		
1.4.28.3.	Permitir cadastrar leis, prazos e demais configurações necessárias para a funcionalidade do módulo;		
1.4.28.4.	Permitir parametrizar a numeração dos documentos de fiscalização;		
1.4.28.5.	Permitir cadastrar os assuntos das ordens de serviço;		
1.4.28.6.	Permitir a criação de workflows dos documentos de fiscalização devendo ser possível definir os documentos que o compõe, a sua ordem de execução e obrigatoriedade.		
1.4.28.7.	Permitir vincular workflow e assunto da ordem de serviço, de modo a permitir que apenas os documentos constantes naquele workflow sejam exibidos na ordem de serviço (definido por assunto);		
1.4.28.8.	O sistema deverá apresentar funções para que o responsável pelo setor possa efetuar o encaminhamento e acompanhamento de ordens de serviços para os fiscais, com determinação de prazo para execução e seu respectivo monitoramento;		
1.4.28.9.	Permitir o envio de notificação para o fiscal que recebeu a ordem de serviço;		
1.4.28.10.	Permitir o aceite da ordem de serviço;		
1.4.28.11.	Permitir adicionar ocorrências as ordens de serviço devendo as mesmas ser apresentadas de forma histórica;		
1.4.28.12.	Controle e geração dos documentos de fiscalização via sistema, com no mínimo os seguintes termos:		
•	TIAF – Termo de Início de Ação Fiscal;		
•	Termo de Intimação/Notificação;		
•	Termo de Notificação de Prorrogação de Prazo;		
•	Termo de Apreensão;		
•	Termo de Devolução;		
•	Auto de Infração Obrigação Principal;		
•	Auto de Infração Obrigação Acessória;		
•	Termo de Encerramento de Fiscalização.		
1.4.28.13.	Permitir anexar documentos digitais a fiscalização;		
1.4.28.14.	Permitir informar a data, nome e documento de identificação da pessoa que recebeu a ciência da notificação. Os prazos só deverão correr após a		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

	confirmação da ciência pelo responsável pelo recebimento;		
1.4.28.15.	Permitir enviar os documentos de fiscalização via domicílio eletrônico tributário, sendo a ciência do recebimento realizado automaticamente no momento da leitura do mesmo pelo contribuinte ou de forma tácita após o prazo máximo estipulado por aquele documento;		
1.4.28.16.	Permitir dentro de uma ação fiscal gerar intimações a terceiros, ou seja, contribuinte que não esteja sendo alvo de uma ação fiscal, mas que eventualmente possa ter prestado ou tomado serviços ao contribuinte alvo de modo a que este possa prestar esclarecimentos;		
1.4.28.17.	O sistema deverá apresentar dispositivos para controle de recepção e devolução de documentos;		
1.4.28.18.	Permitir cadastrar as sanções (penalidades) que irão compor os autos de infração (obrigação principal e acessória) possibilitando informar os valores e prazos.		
1.4.28.19.	O sistema deverá apresentar dispositivos para elaboração de levantamento fiscal (prestador e tomador, simples nacional e instituições financeiras) devendo no mínimo informar o contribuinte, o período de apuração, os valores apurados por competência, detalhando em cada competência os valores informados pelos contribuintes, os valores apurados pelo fiscal e o valor a ser recolhido;		
1.4.28.20.	Permitir a impressão do levantamento fiscal;		
1.4.28.21.	Permitir vincular o levantamento fiscal ao auto de infração obrigação principal, bem como o tipo de sanção (penalidade a ser aplicada). Na geração do auto de infração, o sistema deve calcular automaticamente o valor do levantamento fiscal e das penalidades aplicadas.		
1.4.28.22.	Permitir que ao gerar um auto de infração de obrigação acessória, o fiscal defina a sanção (penalidade) a ser aplicada e o sistema calcule automaticamente os valores a serem cobrados.		
1.4.28.23.	Permitir a impressão do levantamento fiscal no auto de infração;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.28.24.	Permitir o gerenciamento das fases dos autos de infração, devendo ser possível cadastrar as fases recursais, prazos e descontos concedidos, bem como gerar a guia de recolhimento obedecendo as parametrizações de cada fase;		
1.4.28.25.	Permitir o cadastramento das atividades, adicionais às ações fiscais, exercidas pelos fiscais, tais como plantão de atendimento, diligências, etc.		
1.4.28.26.	O sistema deverá apresentar dispositivos para a administração histórica das ações fiscais efetuadas e gerenciamento para evitar a decadência de prazo;		
1.4.28.27.	Possuir ferramenta que permita acompanhar o desempenho dos fiscais detalhando de forma automática, as ações fiscais abertas e/ou encerradas no período, atividades desempenhadas por fiscal, valores apurados, etc.		

#### **M - MÓDULO DE PEDÁGIO**

1.4.29.	Este módulo deverá permitir que as Concessionárias de Rodovias que operem no município efetuem a sua declaração de movimento informando a “praça” oriunda da declaração, a movimentação de veículos por praça de toda a rodovia, detalhando tipo e quantidade de veículos e a tarifa do pedágio também por tipo ou categoria do veículo;		
1.4.29.1.	Este módulo efetuará o cálculo automático do faturamento total e, após aplicar o fator referente a “testada”, quilômetros da rodovia no município a qual se referente a participação territorial na rodovia informada pela Concessionária, calculará automaticamente o valor do ISSQN devido;		
1.4.21.2.	Após os lançamentos emitir a guia para pagamentos dos valores devidos.		
1.4.21.3.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		

#### **N - MÓDULO DE GERENCIAMENTO DO SIMPLES NACIONAL**

1.4.30.	O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa gerenciar os lançamentos e pagamentos realizados pelas empresas Optantes do Simples Nacional, atendendo as seguintes exigências:		
1.4.30.1.	Permitir a importação dos arquivos DAF607;		
1.4.30.1.1.	Após a importação, permitir a geração de relatório com os itens importados;		
1.4.30.2.	Permitir a importação do arquivo de MEI fornecido pela Receita Federal do Brasil;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.2.1.	Após a importação dos arquivos de MEI, o sistema deverá gerar os relatórios:		
1.4.30.2.1.1	Identificar os contribuintes que realizaram a inscrição de primeiro estabelecimento;		
1.4.30.2.1.2	Identificar os contribuintes que realizaram a inscrição dos demais estabelecimentos;		
1.4.30.2.1.3	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de endereço entre municípios dentro do mesmo estado;		
1.4.30.2.1.4	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de endereço entre estados;		
1.4.30.2.1.5	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de endereço dentro do mesmo município;		
1.4.30.2.1.6	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração do nome empresarial (firma ou denominação);		
1.4.30.2.1.7	Identificar os contribuintes que realizaram o Enquadramento / Reenquadramento / Desenquadramento de ME/EPP;		
1.4.30.2.1.8	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração do contabilista responsável pela organização contábil perante o CRC;		
1.4.30.2.1.9	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração da natureza jurídica;		
1.4.30.2.1.10	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração do contabilista ou da empresa de contabilidade;		
1.4.30.2.1.11	Identificar os contribuintes que realizaram a exclusão do contabilista ou da empresa de contabilidade;		
1.4.30.2.1.12	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de atividades econômicas (principal e secundárias);		
1.4.30.2.1.13	Identificar os contribuintes que realizaram a alteração de período do Simples e MEI;		
1.4.30.2.1.14	Identificar os contribuintes que realizaram o Pedido de baixa;		
1.4.30.2.1.15	Quando identificado um contribuinte cadastrado com o evento de Pedido de Baixa, o sistema deverá bloquear o acesso deste contribuinte ao sistema para que não emita mais documentos fiscais;		
1.4.30.3.	Permitir a importação do arquivo de Dívida Ativa, fornecido pela Receita Federal do Brasil		
1.4.30.3.1.	O sistema deverá ter funcionalidade de importação do arquivo INSCOBRA, extraindo apenas as informações correspondentes ao município sobre o débito inscrito pelo ente;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.3.2.	Após a importação do arquivo de Dívida Ativa, o sistema deverá possibilitar ao usuário:		
1.4.30.3.2.1	Buscar o(s) CNPJ(s) que possuem dívidas;		
1.4.30.3.2.2	Após a busca do CNPJ, o usuário deverá ter a opção de selecionar os débitos para:		
1.4.30.3.2.3	Gerar uma Guia de cobrança amigável;		
1.4.30.3.2.4	Extrair relatório das dívidas;		
1.4.30.3.2.5	O sistema deve permitir listar os contribuintes, o tributo, a situação do débito, a identificação do tributo e o valor inscrito, após a importação do arquivo DIVIDAATIVAPGFN.		
1.4.30.4.	Permitir a importação do arquivo da Declaração Anual de Faturamento do Simples Nacional para Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI), fornecido pela Receita Federal do Brasil		
1.4.30.4.1.	Após a importação do arquivo DASN-SIMEI, o sistema deverá gerar o relatório:		
1.4.30.4.1.1	Cruzamento da base de cálculo do ISSQN (Serviços Prestados no município) x valor de declaração do ISSQN no DASN-SIMEI		
1.4.30.4.2.	O relatório deverá ter os filtros para:		
1.4.30.4.2.1	Base de Cálculo maior que a declaração DASN-SIMEI		
1.4.30.4.2.2	Base de Cálculo menor que a declaração DASN-SIMEI		
1.4.30.4.2.3	Base de Cálculo igual a declaração DASN-SIMEI;		
1.4.30.4.3.	O sistema deve permitir listar informações da entrega da declaração após a importação do arquivo DASN-SIMEI.		
1.4.30.4.4.	O sistema deve permitir listar informações da apuração declarada indicando o período e o valor do período após a importação do arquivo DASN-SIMEI.		
1.4.30.4.5.	O sistema deve permitir listar informações por CNAE indicando se paga ICMS, ISS ou ambos após a importação do arquivo DASN-SIMEI.		
1.4.30.4.6.	O sistema deve permitir listar informações da receita bruta, após a importação do arquivo DASN-SIMEI.		
1.4.30.5.	Deverá dispor de mecanismo para importação do Arquivo das empresas estabelecidas no Município disponibilizado pela Receita Federal. Ao importar o arquivo deverá avaliar se as empresas relacionadas no arquivo possuem pendências financeiras ou cadastrais, e no mesmo momento gerar automaticamente um arquivo no layout da RFB com a relação das empresas com pendências.		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.6.	Permitir a importação dos arquivos do Simples Nacional fornecidos pela Receita Federal do Brasil (de PGDAS-D, PGDAS-D2018, DEFIS, PGDAS, DASN, DASNSIMEI, PAG, COMPSN, TO CNPJ / Pendente, TO Indeferido, TO SOLICITAÇÃO, TO INDEFERIDO, DAS COBRANCA, DAS SENDA, DASPGMEI, EVENTOS, PERIODOS, DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA UNIAO, AINF, Ciência DTE-SN);		
1.4.30.7.	Permitir a importação dos arquivos de Parcelamento (PARCSN/ PARCSNESP) de débitos do Simples Nacional fornecido pela Receita Federal do Brasil;		
1.4.30.8.	Permitir a exibição em tela e impressão do conteúdo dos arquivos importados;		
1.4.30.9.	Após a importação do arquivo INCONSISTENCIA o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.10.	Finalizada a importação do arquivo DASNSIMEI o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.11.	Finalizada a importação do arquivo DASPGMEI o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.12.	Finalizada a importação do arquivo DASSENDA o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.13.	Finalizada a importação do arquivo DASCORANCA o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.14.	Finalizada a importação do arquivo DEFIS o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.15.	Finalizada a importação do arquivo DIVIDAATIVAPGFN o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.16.	Finalizada a importação do arquivo de EVENTOS, o sistema deve demonstrar a lista dos arquivos processados com arquivo de LOG do processamento.		
1.4.30.17.	Finalizada a importação dos arquivos DASPAG o sistema deverá efetuar a correlação entre a dívida gerada e o pagamento efetuado pelos contribuintes.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.18.	Finalizada a importação dos arquivos PUB-DASSEDA o sistema deverá efetuar a correlação entre a dívida gerada e o pagamento efetuado pelos contribuintes		
1.4.30.19.	Finalizada a importação dos arquivos PUB-COMPENSAÇÃO o sistema deverá apresentar na consulta PGDAS as empresas que possuem compensação.		
1.4.30.20.	Além da importação dos referidos arquivos, o sistema deverá efetuar de forma automática a pesquisa de empresas que possuem parcelamento no PERT, junto à RFB, considerando a relação de empresas constantes nos PGDAS importados.		
1.4.30.21.	Fornecer pesquisas das informações constantes nos PGDASD 2018/PGDASD importados, com base nos seguintes critérios: CNPJ, Razão Social, Número da Declaração, Período inicial e final, somente com valores em aberto, somente com valores divergentes, com valores em aberto e divergente, somente com ISSQN no município, utilizando apenas a declaração mais recente dos PGDAS, utilizando todas as declarações dos PGDAS.		
1.4.30.22.	O sistema deverá efetuar a impressão de relatórios dos PGDAS2018 /PGDASD, parametrizáveis com as seguintes opções: Número da Declaração, Período, Ano, CNPJ, Razão Social, Número do DAS, Valor de DAS, Valor pago do DAS, ISSQN total gerado no DAS, ISSQN total gerado de DAS para o município, Identificação do município."		
1.4.30.23.	Permitir listar informações de banco, data do pagamento, valor pago e número do PGDAS após a importação do arquivo INCONSISTENTE.		
1.4.30.24.	O sistema deve permitir listar informações das DAS geradas, após a importação do arquivo DASPGMEI, indicando o contribuinte, competência, número da guia paga, valor pago, detalhando principal, juros e multa.		
1.4.30.25.	O sistema deve permitir listar informações por CNAE indicando se paga ICMS, ISS ou ambos após a importação do arquivo DASPGMEI.		
1.4.30.26.	O sistema deve permitir listar informações das empresas x sócios demonstrando o valor da participação por sócio, após a importação do arquivo DEFIS.		
1.4.30.27.	O sistema deve possibilitar a visualização e impressão das informações do Auto de Infração (AINF) que foram importados para o sistema;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.28.	Possibilitar ao usuário a identificação de informações do arquivo DASCOBRANÇA como: - Data de geração do arquivo – Nome do arquivo – Data de processamento do arquivo – Quantidade de guias geradas – Inconsistências quando ocorrer;		
1.4.30.29.	Finalizada a importação dos arquivos de parcelamentos realizados na Receita Federal o sistema deverá identificar e suspender a geração das divergências identificadas nos cruzamentos em relação aos períodos de apuração que estão inseridos em parcelamentos;		
1.4.30.29.1.	Caso o parcelamento seja cancelado o sistema deverá automaticamente retornar a divergência como “pendente” permitindo que a mesma seja inserida na Intimação;		
1.4.30.30.	Possuir geração de relatório de Parcelamentos efetuados na Receita Federal, contendo no mínimo, os seguintes filtros: Situação do parcelamento, Nome/razão social e CNPJ, a partir da aplicação do filtro deverá ser listado em tela os seguintes dados dos parcelamentos consultados: razão social, CNPJ, número do parcelamento, data do pedido e situação, com opção de verificação dos detalhes do parcelamento.		
1.4.30.30.1.	Ao selecionar os detalhes do item 30, deverão ser apresentados os dados do referido parcelamento: consolidação do parcelamento contendo: valor total consolidado, quantidade de parcelas, valor da parcela básica, data da consolidação, com opção de exportação em planilha do relatório gerado.		
1.4.30.30.2.	Deverá ser apresentado o demonstrativo de pagamentos do parcelamento selecionado contendo no mínimo as seguintes informações: Mês/parcela, data de vencimento, data da arrecadação, valor pago, valor pago por impostos (CONFINS, CSLL, ICMS, INSS, IPI, IRPJ, ISSQN, PIS, com opção de exportação em planilha do relatório gerado.		
1.4.30.30.3.	Deverá ser apresentado o demonstrativo de pagamentos do parcelamento selecionado contendo no mínimo as seguintes informações: Mês/parcela, data de vencimento, data da arrecadação, valor pago, valor pago por impostos (CONFINS, CSLL, ICMS, INSS, IPI, IRPJ, ISSQN, PIS, com opção de exportação em planilha do relatório gerado.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.31.	Através da importação dos arquivos de eventos disponibilizados pela receita federal o sistema deverá permitir a consulta do histórico dos eventos do contribuinte no Simples Nacional;		
1.4.30.32.	Após a importação do arquivo de EVENTOS, o sistema deve possuir listagem que permita ao fisco identificar divergência de informações do cadastro da prefeitura com o arquivo importado disponibilizado pela RFB, com no mínimo os seguintes filtros:		
1.4.30.32.1.	Cadastros Econômico em conformidade na Prefeitura e RFB		
1.4.30.32.2.	Cadastros Econômico (CNPJ) Não optante (Prefeitura.) e CNPJ registrado como MEI (RFB)		
1.4.30.32.3.	Cadastros Econômico MEI (Prefeitura) x CNPJ Não optante (RFB)		
1.4.30.32.4.	Cadastros Econômico Não optante Simples Nacional (Prefeitura) x CNPJ optante Simples (RFB)		
1.4.30.32.5.	Cadastros Econômico Simples (Prefeitura) x CNPJ não optante (RFB)		
1.4.30.32.6.	Cadastros Econômico Simples (Prefeitura) x CNPJ MEI (RFB)		
1.4.30.32.7.	CNPJ MEI (RFB) x Cadastros Econômico Simples (RFB)		
1.4.30.33.	A listagem dos CNPJs Básicos (RFB) que NÃO possuem inscrição municipal na Prefeitura deve permitir selecionar o tipo da saída no mínimo, em PDF, XML, JSON, TXT e CSV indicando o tipo de separador.		
1.4.30.34.	A listagem dos cruzamentos de dados dos CNPJs Básicos (RFB) cruzando com os dados existentes na prefeitura deve permitir selecionar o tipo da saída no mínimo, em PDF, XML, JSON, TXT e CSV indicando o tipo de separador.		
1.4.30.35.	Possuir uma opção que filtre os eventos indicando um CNPJ básico do contribuinte.		
1.4.30.36.	Permitir listar os CNPJs Básicos (RFB) com evento de exclusão.		
1.4.30.37.	Possuir mecanismo que permita informar a inclusão ou exclusão de um contribuinte ao Simples Nacional, sendo essas informações validadas no momento da escrituração da nota fiscal de serviço, respeitando inclusive o histórico de inclusão ou exclusão da empresa;		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.38.	Gerenciar as operações de enquadramentos e desenquadramento de microempresas e empresas do Simples Nacional a partir da importação de arquivos de eventos PER/PERMEI da RFB;		
1.4.30.39.	Possuir mecanismo que permita confrontar o faturamento das empresas, através das notas fiscais de serviço emitidas, com o teto permitido pelo Simples Nacional, sendo possível filtrar as empresas por um percentual de proximidade ao teto ou as que já atingiram o teto máximo;		
1.4.30.40.	Possuir mecanismo que permita confrontar os valores declarados, através das notas fiscais de serviço emitidas, com o valor declarado no PGDAS;		
1.4.30.41.	Possuir mecanismo que permita confrontar as alíquotas declaradas, através das notas fiscais de serviço emitidas, com as alíquotas declaradas no PGDAS;		
1.4.30.42.	Possuir mecanismo que permita confrontar os valores declarados, através das notas fiscais de serviços emitidas com o valor recolhido através da DAF607;		
1.4.30.43.	Possuir mecanismo que permita verificar alíquotas diferentes entre a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e PGDAS;		
1.4.30.44.	Possuir mecanismo que permita identificar os contribuintes do município que não possuem cadastro municipal e estão declarando o PGDAS;		
1.4.30.45.	Possuir mecanismo que permita identificar contribuintes não enquadrados no Simples Nacional no município e que estão declarando o PGDAS;		
1.4.30.46.	Possuir mecanismo que permita identificar os contribuintes enquadrados no Simples Nacional no município e que não estão declarando o PGDAS.;		
1.4.30.47.	Permitir pesquisas e consultas por CNPJ às declarações transmitidas por empresas optantes do Simples Nacional individualizado por competência ou consolidado por Matriz		
1.4.30.48.	Relatório que aponte as empresas com declaração sem movimento ou zerada:		
1.4.30.48.1.	Com segregação de receita sem retenção do ISS.		
1.4.30.48.2.	Com segregação de receita com retenção do ISS.		
1.4.30.48.3.	Com segregação de receita para outros municípios.		
1.4.30.48.4.	Com segregação de receita de outros municípios.		
1.4.30.48.5.	Com segregação de receita de contabilidade.		
1.4.30.48.6.	Com segregação de receita de locação.		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.48.7.	Com segregação de receita de serviços para o exterior.		
1.4.30.48.8.	Com segregação de receita no mercado interno.		
1.4.30.48.9.	Com segregação de receita para o mercado externo.		
1.4.30.48.10.	Em regime de competência ou caixa.		
1.4.30.49.	Relatório que aponte os status do imposto gerado pelo Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional.		
1.4.30.50.	Relatório que aponte a diferença do ISSQN realizando o cruzamento de informações das Nota Fiscal de Serviços e Declaração do Simples Nacional para o devido lançamento complementar, principalmente nos casos de retenção do imposto com alíquota inferior.		
1.4.30.51.	O resultado de cada relatório deverá apresentar em única tela do navegador, no mínimo, os períodos de apuração que a Administração Tributária do Município tem como direito para constituição do crédito tributário.		
1.4.30.52.	O resultado de cada relatório deverá possibilitar a classificação ou ordenamento (do maior para o menor, do menor para o maior) no mínimo nas colunas de valor monetário.		
1.4.30.53.	Deverá conter uma base de conhecimento prévia para consultas de soluções e respostas antes da abertura de chamado para que o usuário tenha possibilidade de tirar as principais dúvidas quanto ao Simples Nacional.		
1.4.30.54.	Deverá permitir a geração de informações dos maiores prestadores de serviços do Município, selecionando por grupo econômico e histórico comparativo dos valores declarados com incidência do ISS e ICMS de exercícios fiscais atuais e anteriores, das empresas sem movimento econômico e com segregação incorreta. (ICMS)		
1.4.30.55.	Relatório que aponte os registros de cadastro de optantes pelo Simples Nacional ou não optantes, disponibilizada pela Receita Federal do Brasil (RFB).		
1.4.30.56.	O sistema deve possuir mecanismo para listar a receita bruta total por período e alíquota, com indicação da empresa, período, alíquota o valor da receita, após a importação do arquivo PGDASD2018.		
1.4.30.57.	O sistema deve possuir mecanismo que permita se existir no município empresas que recolhem pelo ISSQN fixo anual com indicação da empresa, após a importação do arquivo PGDASD2018.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.58.	O sistema deve possuir mecanismo para listar contribuintes que declaram atividade de Escritório de Contabilidade na DAS-D, mas que não possuem esta atividade no cadastro;		
1.4.30.59.	O sistema deve possuir mecanismo para listar contribuintes que declaram valor Fixo na DAS-D, mas que não estão cadastrados como estimado;		
1.4.30.60.	O sistema deverá apresentar informações sobre o potencial do imposto referente as divergências geradas;		
1.4.30.61.	Permitir a visualização da evolução da arrecadação do ISSQN do ano corrente, em forma de gráfico evolutivo.		
1.4.30.62.	O sistema deverá identificar com base nas declarações dos PGDAS-D's o momento em que o contribuinte ultrapassar o sublimite do Estado, identificando os que ultrapassaram superior a 20 % do sublimite e os até 20%, considerando que até 20 % deverá ser gerada automaticamente a Guia Municipal (DARM) para o ano subsequente (guia obrigatória pelo município) e acima de 20% será gerada automaticamente a Guia Municipal (DARM) para o mês subsequente.		
1.4.30.63.	O sistema deverá realizar uma rotina de suspensão dos créditos tributários nas emissões das Notas Fiscais Eletrônicas para os contribuintes que apresentarem processo administrativo junto à Receita Federal referente à impugnação de Exclusão do Simples Nacional, ou seja, poderão emitir as Notas Fiscais Eletrônicas, contudo o status da dívida será alterado de “em aberto” para “em exigibilidade suspensa”, com a prévia análise do setor responsável.		
1.4.30.64.	Possuir geração de relatório de declarações por contribuinte, contendo no mínimo os seguintes filtros: Razão Social, CNPJ e ano da Declaração.		
1.4.30.65.	Possuir geração de relatório de declarações por contribuinte, com a soma do valor total declarado mês a mês do ano selecionado."		
1.4.30.66.	Possuir geração de relatórios com as informações das declarações por contribuinte, contendo filtros para consulta por faixas de valores."		
1.4.30.67.	Possuir geração de relatórios de declarações de contribuintes, com indicações dos meses em que foi declarado e não foi quitado, dos meses em que foi declarado e quitado, dos meses que foi declarado e foi parcelado, com a ordenação de valores (do maior para o menor ou do menor para o maior).		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.68.	Permitir a escolha de um contribuinte dentro do relatório de declarações, para detalhamento das suas informações, contendo no mínimo os seguintes dados: PA (Período de apuração), Operação (Apuração, retificação, geração DAS, DAS Cobrança ou Das Avulso), Número da DAS, Situação (Aberto, Liquidado ou Parcelado), Valor do ISS e Valor Total da Declaração por competência.		
1.4.30.69.	Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de IRPJ do ano selecionado.		
1.4.30.70.	Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de CSLL do ano selecionado.		
1.4.30.71.	Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de COFINS do ano selecionado.		
1.4.30.72.	Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de PIS/PASEP do ano selecionado.		
1.4.30.73.	Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de INSS/CPP do ano selecionado."		
1.4.30.74.	Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de ICMS do ano selecionado."		
1.4.30.75.	Permitir a geração de gráfico evolutivo dos valores declarados X valores arrecadados de IPI do ano selecionado."		
1.4.30.76.	Permitir a geração de gráfico comparativo entre os valores de todos os impostos declarados no ano selecionado."		
1.4.30.77.	Permitir a geração de gráfico de impostos por período, permitindo a seleção de um dos impostos para visualização da evolução anual do mesmo."		
1.4.30.78.	Permitir a geração de gráfico com o valor total do ISS declarado no Município, contendo no mínimo, as seguintes informações: Razão Social do Contribuinte, CNPJ e Período de Apuração.		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.79.	Possibilita a exportação de todas as declarações com tributação "fora do município" com as seguintes informações mínimas: município, estado, razão social, CNPJ, cruzamento com sistema do município para saber se a empresa possui a permissão de tributação fora do município, período de apuração, valor total declarado na PGDAS-d e valor do ISSQN.		
1.4.30.80.	Possuir geração de relatório geral personalizado pelo usuário de acordo com a seleção de atributos (colunas) do banco de dados.		
1.4.30.81.	O sistema deverá, ainda, possuir controle de malha fiscal de todas as empresas que efetuaram a retificação de PGDAS, diminuindo o valor de ISSQN declarado ao município.		
1.4.30.82.	O sistema deve possibilitar emitir por Ano-Calendário o Relatório de Dossiê Fiscal do contribuinte, contendo CNPJ, Razão Social, indicador de Simples Nacional e MEI, Cadastro Nacional de CNPJ, Inscrições Municipais, Ficha Financeira de ISS e RPA, Declarações PGDAS-D, Declaração Municipal, Parcelamentos, Declarações DEFIS, Declarações DASNSIMEI, Dívida Ativa Municipal, Dívida Ativa União, Débitos com Município e Compensações;		
1.4.30.83.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que estão impedidos de recolher o ISS no DAS;		
1.4.30.84.	O sistema deve possibilitar a visualização das informações do Contribuinte que foram importadas para o sistema através dos arquivos disponibilizados pelo Simples Nacional, RFB e Município, ficha financeira por ISS e RPA, juntamente com as ações realizadas pelo município, como: Indeferimento, Exclusão, Aviso e Notificação;		
1.4.30.85.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Divergência de Receita ISS com Tributação Especial;		
1.4.30.86.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Divergência de Alíquota de ISS Retido;		
1.4.30.87.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que pediram parcelamento;		
1.4.30.88.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que declararam PGDAS-D com ISSQN;		
1.4.30.89.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que declararam PGDAS-D, com filtros por período de apuração, atividade, regime de apuração e optante pelo SN;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.90.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de contribuintes que declararam DEFIS com despesa 20% acima da receita;		
1.4.30.91.	O sistema deve ser capaz de gerar arquivo para importação no site do Simples Nacional o arquivo com CNPJ que devem ser desenquadrados do SIMEI. Deve ter opção de desenquadramento através dos eventos 601, 602, 603, 604 e 613;		
1.4.30.92.	O sistema deve possibilitar que o usuário faça o download de arquivo csv com as informações de receita bruta do contribuinte declarada no PGDAS-D, contendo a receita do período, receita dos últimos 12 meses original, receita dos últimos 12 meses proporcionalizada, valor do fator r, valor folha salarial dos últimos 12 meses, receita bruta e alíquota do ISS segregada por atividade;		
1.4.30.93.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Contribuintes que não pagaram;		
1.4.30.94.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de excesso de receita do MEI;		
1.4.30.95.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de excesso de receita do sublimite estadual;		
1.4.30.96.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de contribuintes com retificação de PGDAS-D com redução de receita;		
1.4.30.97.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Dados Cadastrais do contribuinte, contendo CNPJ, Razão Social, indicador de Simples Nacional e MEI, Períodos, Eventos, Sócios, Cadastro Nacional de CNPJ e Inscrições Municipais;		
1.4.30.98.	O sistema deve possibilitar emitir o Relatório de Ausência de Declaração DEFIS, DASNSIMEI e PGDAS-D;		
1.4.30.99.	O sistema deverá possibilitar que seja desenvolvidos trabalhos nos arquivos originados de downloads da Receita Federal – Termo de Opção pelo simples Nacional - No mês de Janeiro a partir do arquivo baixado da receita, o sistema deverá identificar dentre os CNPJ's fornecidos, aqueles que terão pendências cadastrais ou de débitos com o município, gerando o arquivo dos CNPJ's pendentes no formato TXT ou formato exigido pelo Comitê Gestor do Simples Nacional à época e a planilha de Excel identificando as pendências de cada CNPJ.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.100.	Permitir a geração de Notificação Preliminar no caso de inconsistência nas informações prestadas pelo contribuinte com o envio para o mesmo do módulo de mensagens, ou e-mail ou impresso fiscal;		
1.4.30.101.	Permitir a geração de Termo de Exclusão do Simples Nacional com o envio para o mesmo através do módulo de mensagem, ou e-mail ou impresso fiscal.		
1.4.30.102.	Permitir a emissão de notificações em lote para contribuintes com divergências do Simples Nacional.		
1.4.30.103.	O sistema deve ser capaz de gerar arquivo de DTE-SN referente ao processo de Notificação Prévia em lote para importação no site do Simples Nacional. Podendo ser enviado, divergência em Declarações, Alíquotas e Ausência de Declaração. É necessário que na mensagem de divergência seja enviado o link para que o contribuinte tenha acesso ao Monitoramento Fiscal, detalhando as divergências encontradas;		
1.4.30.104.	Permitir a exclusão em lote de contribuintes optantes, com divergências, através do Domicílio Tributário Eletrônico, respeitando as seguintes funções:		
1.4.30.104.1.	Seleção em lote de contribuintes que possuem divergências.		
1.4.30.104.2.	Emissão em lote de termo de exclusão do Simples Nacional.		
1.4.30.104.3.	Geração de arquivo de integração com a receita federal, para exclusão de contribuintes em lote, de acordo com o manual de exclusão disponibilizado em sua última versão.		
1.4.30.104.4.	Permitir a importação dos arquivos de aceite gerado pela receita federal, com o resultado do processamento de exclusões em lote.		
1.4.30.104.5.	Permitir funcionalidade de controle com contrassenha para autorização de ação de exclusão de optante do Simples Nacional, com senha de confirmação.		
1.4.30.104.6.	Cadastro manual de registro para exclusão em lote.		
1.4.30.105.	O software deverá efetuar a gravação das notificações ou termos de exclusão gerada, possibilitando sua reimpressão a qualquer momento pelo usuário."		
1.4.30.106.	O software deverá possibilitar a "baixa/marcação" das notificações emitidas e atendidas pelos notificados.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.107.	O software deverá ainda, propiciar a exportação das notificações emitidas e termos de exclusão, em formato TXT, para importação no domicílio eletrônico da Receita Federal do Brasil, no layout predefinido por aquele órgão.		
1.4.30.108.	Possibilitar o gerenciamento e a emissão em lote de notificações, envio de e-mail (para contribuintes e respectivos contadores) ou aviso eletrônico de para contribuintes possuidores de divergências.		
1.4.30.109.	Permitir o gerenciamento das notificações que foram atendidas pelos contribuintes notificados através do DTE.		
1.4.30.110.	Permitir o gerenciamento e a emissão em lote de mensagens para o Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE) com comunicação via e-mail, para contribuintes possuidores de divergências e respectivos contadores, conforme manual do DTE em sua última versão.		
1.4.30.111.	Permitir a importação do arquivo de ciência, gerado pela receita federal, para o arquivo em lote já processado com registros de contribuintes possuidores de divergências, conforme manual do DTE em sua última versão.		
1.4.30.112.	Permitir a configuração dos tipos de mensagens processadas pelo DTE, para cada uma das divergências citadas, sendo estas mensagens as seguintes:		
1.4.30.112.1.	Modelo Aviso de Cobrança		
1.4.30.112.2.	Modelo de Termo de Intimação/Notificação Fiscal		
1.4.30.112.3.	Modelo Termo de Exclusão do Simples Nacional (para outros motivos)		
1.4.30.112.4.	Modelo Termo de Exclusão do Simples Nacional por irregularidade cadastral		
1.4.30.112.5.	Modelo Termo de Exclusão do Simples Nacional por Débitos		
1.4.30.112.6.	Modelo Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional		
1.4.30.112.7.	Modelo Prazo de Entrega de Declarações		
1.4.30.112.8.	Modelo Notificação prévia visando à auto regularização.		
1.4.30.113.	A solução deverá possuir procedimentos que permitam ao Município executar prioritariamente um processo de reeducação fiscal aos contribuintes permitindo aos mesmos a autorregularização de sua situação de acordo com os termos do § 3º do art.34 da Lei Complementar nº. 123/2006. O sistema deverá ser capaz de:		





..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.113.1.	Possibilitar ao Contribuinte Optante do Simples Nacional que imediatamente ao acessar o sistema de gestão do ISSQN com login e senha, visualizar as informações da quantidade de divergências constantes nas especificações do módulo do Simples Nacional descrito neste Termo de Referência, possibilitando aos mesmos o acesso aos detalhes das referidas divergências;		
1.4.30.113.2.	O ambiente de acesso às divergências do Simples Nacional deverá conter as divergências enquadradas apresentando as seguintes informações:		
1.4.30.113.2.1	Os critérios utilizados para a geração das divergências;		
1.4.30.113.2.2	Os valores utilizados na análise;		
1.4.30.113.2.3	A descrição de como regularizar a divergência.		
1.4.30.113.3.	O ambiente de acesso às divergências do Simples Nacional deverá conter também as informações abaixo sem a necessidade de o usuário ter que navegar em diversas telas para identificar as demais informações sobre as divergências geradas:		
1.4.30.113.3.1	Os principais dados do DAS-D declarado pelo contribuinte contendo no mínimo as informações de CNPJ, regime de apuração, receita e atividade declarada;		
1.4.30.113.3.2	Os principais dados dos Parcelamentos do contribuinte contendo as informações sobre os parcelamentos realizados e a situação dos mesmos, data e valor da consolidação, quantidade e valor das parcelas e os períodos de apuração com os respectivos valores constantes nos parcelamentos;		
1.4.30.113.3.3	Os principais dados das compensações realizadas pelo contribuinte contendo no mínimo informações do período e data de apuração, o número do DAS e o valor do ISS utilizado;		
1.4.30.113.3.4	Acesso ao PDF com todas as informações das Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços envolvidas na divergência gerada;		
1.4.30.114.	O sistema deve permitir o cadastro de painéis, contendo o título, descrição, URL de acesso e data de validade;		
1.4.30.115.	O sistema deve possibilitar o cadastro da tabela de Eventos a serem utilizadas no cadastro do MEI;		
1.4.30.116.	O sistema deve permitir o cadastro dos tipos de arquivos a serem importados ou exportados, contendo descrição, periodicidade, pacote e seu processador;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.30.117.	O sistema deve permitir a visualização dos painéis cadastrados no sistema;		
1.4.30.118.	O sistema deve ser capaz de gerar arquivo para importação no site do Simples Nacional o arquivo DTESN e CNPJ que devem ser excluídos do simples nacional. Deve ter opção de exclusão através dos eventos 353, 354, 355, 356, 379, 388 e 398;		
1.4.30.119.	O sistema deve possibilitar o cadastro da tabela de Unidades Administrativas (UA);		
1.4.30.120.	O sistema deve possibilitar o cadastro da tabela de Eventos;		
1.4.30.121.	O sistema deve possibilitar o cadastro do CNAE-Fiscal;		
1.4.30.122.	O sistema deve possibilitar o cadastro das Receitas;		
1.4.30.123.	O sistema deve possibilitar o cadastro dos Tributos;		
1.4.30.124.	O sistema deve possibilitar o cadastro dos Sistemas de Origem;		
1.4.30.125.	O sistema deve possibilitar o cadastro da Tabela de Órgãos e Municípios (TOM);		
1.4.30.126.	O sistema deve possibilitar o cadastro das Atividades;		
1.4.30.127.	Possuir listagem das tabelas básicas do arquivo de eventos, tais como: Evento, Natureza do Evento, tabela TOM e UA.		
<b>O - MÓDULO DE RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS</b>			
1.4.31.	O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa gerenciar os repasses do ISSQN referente as retenções realizadas pelos Órgãos Públicos, obtidas através do Banco do Brasil (arquivo SIAFI), atendendo as seguintes exigências:		
1.4.31.1.	Permitir a importação dos dados recebidos do Tesouro Nacional através de arquivos de retorno enviados pelo Banco do Brasil, relativos às retenções de ISS realizadas pelos Órgãos Públicos Federais;		
1.4.31.2.	Realizar a escrituração automática dos documentos referentes às retenções pelos órgãos públicos federais, fazendo a consolidação dos dados;		
1.4.31.3.	Realizar o cruzamento de dados das NFS-e e declarações geradas pelos contribuintes com os dados disponibilizados pelo Banco do Brasil.		
<b>P - MÓDULO DE TRANSPORTE PÚBLICO</b>			

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.32.	Este módulo deverá permitir que as Empresas de Transporte Público que operem no município efetuem a sua declaração de movimento informando, no mínimo, o número do ônibus, o número inicial e final da catraca, a quantidade de passes, valor da tarifa e atividade;		
1.4.32.1.	O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido;		
1.4.32.2.	Permitir a parametrização do período de apuração dos lançamentos (mensal ou quinzenal);		
1.4.32.3.	Após os lançamentos emitir a guia para pagamentos dos valores devidos obedecendo a parametrização do período de apuração configurado.		
1.4.32.4.	Permitir a geração de QRCode para pagamento via PIX;		
<b>Q – ATRIBUIÇÃO DE CRÉDITO PARA O TOMADOR DE SERVIÇOS</b>			
1.4.33.	O sistema deverá possuir dispositivo que permita gerenciar os créditos de ISSQN atribuídos para os tomadores de serviço referentes às emissões das Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS-e, atendendo, no mínimo, as seguintes exigências:		
1.4.33.1.	Contabilizar os créditos de ISSQN aos tomadores de serviço em função do valor de ISSQN apurado e pago das respectivas notas eletrônicas recebidas;		
1.4.33.2.	Permitir a consulta de créditos recebidos pelos tomadores através de extrato individualizado em que constem os valores de crédito gerados, recebidos e cancelados por Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e;		
1.4.33.3.	Permitir configurar regras de geração de crédito diferenciadas pelo tipo jurídico do tomador. Por exemplo, permitir especificar um percentual para pessoas físicas e, outro, para pessoas jurídicas;		
1.4.33.4.	Permitir ao tomador definir a forma de resgate dos créditos gerados (abate do IPTU através da indicação de um imóvel cadastrado no município, indicação de uma conta bancária em uma instituição financeira para depósito, doação do crédito para uma entidade assistencial previamente aprovada pelo município);		
<b>R – MÓDULO DE REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO</b>			

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.34.	Este módulo deverá permitir que a Prefeitura, registre por Contribuinte, os índices da redução da base de cálculo do ISSQN contendo o percentual de dedução por documento, valor do teto a ser abatido no período, data inicial e final desta redução, texto a ser impresso na emissão da NFS-e;		
1.4.34.1.	Na impressão da NFS-e deverá constar o texto definido no item 3.32, quando da utilização do benefício;		
1.4.34.2.	Caso o limite de abatimento seja atingido, o sistema deverá automaticamente não permitir que o contribuinte continue utilizando o benefício;		
1.4.34.3.	Deverá ser possível consultar, por contribuinte ou geral, o valor abatido da base de cálculo no período do benefício.		

#### **S – MÓDULO INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

1.4.35.	Este módulo deverá permitir as Instituições de Ensino, gerenciem seus cursos e alunos, possibilitando que as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica – NFS-e sejam emitidas automaticamente baseado nos alunos matriculados e valores da mensalidade:		
1.4.35.1.	Permitir o cadastro de cursos ministrados com, no mínimo, as seguintes informações: código do curso, descrição do curso, tipo do curso (mensal/espórádico), código da atividade atrelada ao curso (lista de serviço) e valor do curso;		
1.4.35.2.	Possibilitar a importação dos cursos ministrados através de arquivo;		
1.4.35.3.	Permitir o cadastro de alunos com, no mínimo, as seguintes informações: nome do aluno, CPF, RG, data de nascimento, endereço, telefone e e-mail;		
1.4.35.4.	Possibilitar a importação dos alunos através de arquivo;		
1.4.35.5.	Permitir o vínculo entre o curso e os alunos, devendo ser possível vincular um mesmo aluno em mais de um curso;		
1.4.35.6.	Permitir a geração automática das NFS-e baseado no cadastro de alunos matriculados por curso;		

#### **T – MÓDULO CUB (CUSTO UNITÁRIO BÁSICO) – CONSTRUÇÃO CIVIL**



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.36.	Este módulo deverá permitir gerenciar todo o processo de recolhimento do ISSQN devido na execução de uma obra de construção civil. Controlando desde o cadastro da obra com a definição do total de CUBs devido e os abatimentos automáticos através das retenções efetuadas nas aquisições de serviços. Possibilitando a emissão do atestado de quitação após o pagamento dos valores apurados:		
1.4.36.1.	Permitir o cadastro de obras com, no mínimo, as seguintes informações:		
1.4.36.1.1.	Endereço do local da obra contendo, no mínimo: logradouro, número, bairro, cidade, estado e CEP;		
1.4.36.1.2.	Nome ou razão social do proprietário da obra;		
1.4.36.1.3.	CPF/CNPJ do proprietário da obra;		
1.4.36.1.4.	Data de início da obra;		
1.4.36.1.5.	A.R.T. / C.E.I.;		
1.4.36.1.6.	Área total construída;		
1.4.36.1.7.	Total de CUBs vinculados a obra;		
1.4.36.2.	Permitir anexar documentos a obra;		
1.4.36.3.	Cadastro dos valores do CUB por competência;		
1.4.36.4.	Permitir vincular prestadores do município a obra;		
1.4.36.5.	Permitir vincular / cadastrar prestadores de fora do município a obra;		
1.4.36.6.	Vinculação automática com a obra das NFS-e emitidas com retenção pelos prestadores de serviços do município. Só poderão ser vinculados as NFS-e cujo prestador de serviço já estejam cadastrados como prestador de serviço da obra;		
1.4.36.7.	Permitir vincular, no momento do lançamento de prestação ou aquisição de serviço, as notas fiscais com as obras. Só poderão ser vinculados os prestadores previamente cadastrados como prestador de serviço da obra;		
1.4.36.8.	Abatimento automático do saldo de CUBs a cada retenção efetuada para a obra, por serviços tomados de prestadores de dentro e de fora do município;		
1.4.36.9.	Acompanhamento online do saldo de CUBs por obra;		
1.4.36.10.	Acompanhamento dos percentuais de execução da obra conforme abatimento de CUBs;		
1.4.36.11.	Extrato online de todas as notas fiscais vinculadas as obras e a quantidade de CUBs abatido por nota;		
1.4.36.12.	Emissão de guia para quitação dos valores dos CUBs, conforme saldo após retenções;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.36.13.	Emissão de atestado de quitação após recolhimento;		
1.4.36.14.	Relatórios gerenciais das obras, valores arrecadados, previsões;		
1.4.36.15.	Percentuais de utilização de CUBs em cada obra;		
1.4.36.16.	Relatórios gerenciais, gráficos das obras concluídas;		
1.4.36.17.	Mapa digital de obras concluídas;		
1.4.36.18.	Mapa digital de obras não concluídas;		

**U – MÓDULO CUPOM FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICO (CFS-E)**

1.4.37.	Permitir ao contribuinte solicitar a autorização para emissão de cupom fiscal de serviços eletrônico - CFS-e;		
1.4.37.1.	Possuir rotina onde o Fisco possa realizar a autorização do acesso dos contribuintes ao módulo de emissão de CFS-e, podendo ser limitada a uma data limite ou quantidade de cupons;		
1.4.37.2.	Permitir o bloqueio da emissão do CFS-e;		
1.4.37.3.	Contemplar as funcionalidades por webservice de geração, cancelamento e consulta de CFS-e;		
1.4.37.4.	Permitir a impressão e consulta do CFS-e;		
1.4.37.5.	Permitir o credenciamento de desenvolvedores de software habilitados a integrar seus sistemas próprios com o webservice disponibilizado pelo município;		
1.4.37.6.	Possuir rotina para homologação técnica dos sistemas emissores de CFS-e;		
1.4.37.7.	Possuir mecanismo para verificar a autenticidade do CFS-e emitido sem a necessidade de estar logado ao sistema.		
1.4.37.8.	Possuir meio para emissão online (conectado à internet) e offline para os momentos que o contribuinte não tiver acesso à internet;		

**V - EMISSÃO DE NFS-E POR DISPOSITIVOS MÓVEIS (MOBILE)**

1.4.38.	O sistema deve oferecer aos usuários a possibilidade da emissão de notas fiscais de serviços eletrônicas - NFS-e e cupons fiscais através de dispositivos móveis, com as seguintes características:		
1.4.38.1.	Acesso realizado através de login e senha;		
1.4.38.2.	Disponível para acesso por qualquer modelo de smartphones ou tablets que possua conexão com a internet;		
1.4.38.3.	Download do aplicativo para Android (no Google PlayStore) e iOS (na Apple Store);		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.4.38.4.	Deverá possibilitar ao usuário realizar as seguintes funções: Emitir; Pesquisar; Cancelar; Encaminhar via e-mail as NFS-e geradas e canceladas, bem como gerar o documento de arrecadação.		
<b>W – DECLARAÇÃO DAS OPERADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO (DECRED)</b>			
1.4.39.	Permitir a importação das Declarações de Operações com Cartões de Crédito por meio de convênio com a Secretaria de Fazenda do Estado;		
1.4.39.1.	Possuir histórico das declarações importadas;		
1.4.31.2.	Permitir a consulta e exportação das declarações importadas por contribuinte;		
1.4.31.3.	Permitir a consulta das declarações por operadora;		
1.4.31.4.	Permitir rotina de cruzamento de informações do DECRED, com livro fiscal do contribuinte, assim como, do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D);		
<b>X – REDESIM</b>			
1.4.40.	Possui funcionalidade de acesso e integração com o sistema REDESIM;		
1.4.40.1.	Possuir inclusão automática dos contribuintes consultados no sistema REDESIM;		
<b>Z – RECADASTRAMENTO</b>			
1.4.41.	Recadastramento		
1.4.42.	Possuir rotina de recadastramento on-line de contribuintes do município, com a parametrização dos campos que serão obrigatórios.		
1.4.43.	Permitir a parametrização da mensagem de orientação sobre o recadastramento, sendo que essa mensagem deve ser apresentada na tela de recadastramento e também impressa no protocolo.		
1.4.44.	Permitir a visualização dos dados e documentos enviados pelos contribuintes, para validação da fiscalização.		
1.4.45.	Permitir o download dos documentos anexados pelo contribuinte no preenchimento do recadastramento.		
1.4.46.	Permitir a impressão do protocolo de recadastramento.		
1.5.	CONSULTA PÚBLICA		
1.5.1.	O acesso a este módulo será livre, portanto, qualquer pessoa interessada poderá utilizá-lo;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.5.2.	Todo documento emitido para terceiros deverá possuir código de verificação, os quais serão utilizados para constatar a autenticidade do documento;		
1.5.2.1.	Este módulo deverá, no mínimo, permitir:		
1.5.2.2.	Emissão de cartão da inscrição municipal “online”;		
1.5.2.3.	Verificar a autenticidade da AIDF autorizada eletronicamente;		
1.5.2.4.	Verificar a autenticidade da NFS-e emitida;		
1.5.2.5.	Verificar a autenticidade dos relatórios emitidos pelo sistema.		

**INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e Nacional)**

1.6.1.	Possuir integração via API com o Sistema Nacional NFS-e atualmente disponibilizada no endereço <a href="https://adn.nfse.gov.br">https://adn.nfse.gov.br</a> , objetivando o sincronismo automático entre as informações do modelo nacional e do município, com no mínimo, as seguintes características:		
1.6.2.	Permitir a importação via API e de forma automática das NFS-e emitidas no Sistema Nacional;		
1.6.3.	As NFS-e importadas deverão conter todos os campos existentes no layout do Sistema Nacional;		
1.6.4.	Deverá ser possível a consulta em tela e a impressão das NFS-e seguindo o layout do modelo nacional;		
1.6.5.	Deverá ser possível consultar todos os eventos vinculados a NFS-e emitida;		
1.6.6.	Permitir a emissão de uma NFS-e no módulo do município e sua imediata integração ao Sistema Nacional NFS-e através de API;		
1.6.7.	A NFS-e emitida no município deverá prever todos os campos e regras de negócio existente no Sistema Nacional NFS-e;		
1.6.8.	Permitir a geração de relatórios com, no mínimo, as seguintes características:		
1.6.9.	NFS-e emitidas por contribuinte;		
1.6.10.	NFS-e emitidas por período;		
1.6.11.	NFS-e emitidas permitindo filtrar tomadores de serviço do município, de fora do município ou exterior;		
1.6.12.	Contribuintes emitentes de NFS-e que não possuem cadastro no município;		
1.6.13.	NFS-e emitidas por atividade.		

**DISPOSITIVO DE SOLICITAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO ELETRÔNICA**





..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.7.1.	O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa solicitar serviços à empresa contratada, efetuar o acompanhamento e a conclusão dos mesmos, de forma eletrônica e automática, atendendo as seguintes exigências:		
1.7.1.1.	Possuir funcionalidade para cadastramento de ordem de serviço eletrônica;		
1.7.1.2.	Manter os históricos das solicitações;		
1.7.1.3.	Possibilitar a inclusão de anexos, com o intuito de facilitar a compreensão ou justificar a solicitação;		
1.7.1.4.	Possibilitar o acompanhamento da solicitação;		
1.7.1.5.	Possuir atendimento via chat para contribuintes e servidores municipais.		
<b>ADMINISTRAÇÃO, AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO</b>			
1.8.1.	Através de módulo específico, o sistema deverá permitir que a Administração tenha acesso a todas as informações dos contribuintes de dentro e fora do município;		
1.8.2.	Possuir funcionalidades de controle de acesso;		
1.8.3.	Possuir rotina de baixa bancária;		
1.8.4.	Possuir rotina de baixa manual de guias pagas para situações em que a guia foi quitada na tesouraria, por depósito bancário, depósitos judiciais entre outros, sendo possível informar a data de pagamento e a justificativa para a baixa manual;		
1.8.5.	Possuir rotina para cancelamento de guias. A funcionalidade deverá possuir parâmetros configurados pela fiscalização com, no mínimo, os seguintes recursos:		
1.8.5.1.	Possuir parâmetro de prazo e/ou valor da guia para permissão do cancelamento automático pelo contribuinte;		
1.8.5.2.	Possuir parâmetro de prazo e/ou valor da guia para permissão do cancelamento pelo contribuinte, porém o cancelamento deverá ser validado (aprovado/rejeitado) pela fiscalização;		
1.8.5.3.	Permitir cancelamento de guias diretamente pela fiscalização;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.8.6.	Permitir à fiscalização criar listas de contribuintes que poderão ser adicionadas manualmente ou importadas via arquivo, visando facilitar notificações e apurações por perfil de contribuinte. As listas criadas deverão estar disponíveis para seleção no envio de mensagens e relatórios, quando cabível;		
1.8.7.	Possuir funcionalidade para fechamento automático das declarações dos contribuintes por competência, gerando automaticamente as guias para pagamento, quando cabível;		
1.8.8.	O sistema deverá conter relatórios com autenticidade e dispositivos que permitam a análise das escriturações, inserções de informações, consultas e solicitações efetuadas pelas empresas;		
1.8.9.	Os requisitos mínimos exigidos são:		
1.8.9.1.	Exportação dos relatórios, no mínimo, em PDF e XLS;		
1.8.9.2.	Relatório gerencial demonstrando o cruzamento de informações:		
1.8.9.2.1.	Como Prestador de Serviços: apontar diferença entre os valores declarados pelo tomador e prestador, nota fiscal declarada pelo tomador e não declarada pelo prestador, boleto gerado e não pago, competência pendente de encerramento;		
1.8.9.2.2.	Como Tomador de Serviços: apontar diferença entre os valores declarados pelo tomador e prestador, nota fiscal declarada pelo prestador e não declarada pelo tomador, boleto gerado e não pago, competência pendente de encerramento;		
1.8.1.3.	Relatório demonstrando se o contribuinte efetuou a entrega da declaração;		
1.8.1.4.	Relatório gerencial de guias de arrecadação geradas, pagas e não pagas, por contribuinte;		
1.8.9.5.	Relatório de análise que aponte a quantidade total de empresas existentes cadastradas no município, a quantidade de empresas por atividade, por enquadramento;		
1.8.9.6.	Relatório gerencial que demonstre os maiores contribuintes do Município por valor de receita e por atividade;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.8.9.7.	Relatório gerencial que demonstre os maiores devedores do Município por valor de receita e por atividade;		
1.8.9.8.	Relatório gerencial demonstrando o gráfico de apuração de valores de um contribuinte ou de todos eles num determinado intervalo;		
1.8.9.9.	Relatório gerencial demonstrando o total de notas fiscais eletrônicas emitidas por um contribuinte ou todos eles numa dada competência ou em todas elas;		
1.8.9.10.	Relatório gerencial demonstrando os valores pagos e em abertos de determinado contribuinte em uma competência ou todas elas;		
1.8.9.11.	Relatório gerencial identificando as empresas optantes e não optantes pelo Simples Nacional;		
1.8.9.12.	Relatório gerencial de AIDF autorizada, cancelada ou não autorizada;		
1.8.9.13.	Relatório demonstrando os valores recebidos pela prefeitura de empresas optantes pelo Simples Nacional através do arquivo DAF607, contendo dados do contribuinte, data de pagamento, mês incidência, o valor do ISS recolhido;		
1.8.9.14.	Relatório demonstrando os valores recebidos pela prefeitura através de repasse do Governo Federal através do arquivo SIAFI, contendo dados do tomador, dados do prestador, número da nota fiscal, data de emissão, base de cálculo, alíquota, valor do ISS, etc.;		
1.8.9.15.	Relatório gerencial demonstrando todas as obras associadas a um contribuinte;		
1.8.9.16.	Permitir o cadastramento de um contribuinte com todas as informações cadastrais, tais como: CNPJ, razão social, endereço completo, endereço de correspondência, inscrição municipal, regime tributário aplicável, nome fantasia, inscrição estadual, início das atividades, encerramento das atividades, data de última atualização gerada automaticamente após cada alteração, área ocupada em M2, sócios com nome, RG e CPF e código CNAE com possibilidade de inclusão de no mínimo 03 (três) itens;		
1.8.9.17.	Relatório gerencial demonstrando o CNPJ e Razão Social de todos os emitentes de nota fiscal eletrônica.		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.8.9.18.	Consulta gráfica da arrecadação (anual, mensal e diária);		
1.8.9.19.	Consulta gráfica da inadimplência (anual, mensal e diária);		
1.8.9.20.	Consulta gráfica da arrecadação x inadimplência (anual, mensal);		
1.8.9.21.	Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas emitidas com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);		
1.8.9.22.	Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas canceladas com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);		
1.8.9.23.	Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas por atividade com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);		
1.8.9.24.	Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas com recolhimento no município e fora do município com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária).		
1.8.9.25.	Consulta através de contadores numéricos (on-line), impostômetro, as quantidades de total notas fiscais emitidas no município, notas fiscais emitidas no mês, notas fiscais emitidas para fora do município com retenção, previsão de arrecadação no mês, valores arrecadados no ano. Permitir a inclusão de novos contadores de informações tributárias.		
1.8.9.26.	Possuir ferramenta de Business Intelligence;		
1.8.9.27.	‘Possuir consulta através de mapeamento digital:		
1.8.9.27.1.	Localização dos maiores contribuintes;		
1.8.9.27.2.	Localização dos maiores contribuintes por atividade;		
1.8.9.27.3.	Localização dos maiores serviços prestados fora do município;		
1.8.9.27.4.	Localização dos maiores serviços prestados no município;		
1.8.9.27.5.	Localização dos maiores serviços contratados de fora do município;		
<b>INTELIGÊNCIA DE DADOS / BUSINESS INTELLIGENCE (BI)</b>			



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.9.1.	A ferramenta deverá possuir um conjunto de ferramentas para análise e gerenciamento de informações tributárias e disponibilizar consultas que permitam que a fiscalização possa, de forma intuitiva, analisar diversos aspectos da tributação ao longo de determinados períodos, transformando os dados armazenados em informações		
1.9.2.	Permitir o acesso via web e com versão mobile (acessível via aplicativo).		
1.9.3.	Possuir visualização dos dashboards e visões de relatórios através de qualquer dispositivo móvel (celulares, tablets e etc.).		
1.9.4.	Permitir que os dados resultados dos relatórios possam ser exportados em planilha para análise posterior;		
1.9.5.	Disponibilizar um Portal de Inteligência Fiscal para ser o ponto único de acesso dos usuários;		
1.9.6.	Permitir que o usuário possa enviar resultados dos painéis e relatórios padrões por e-mail;		
1.9.7.	Permitir que os relatórios painéis e relatórios padrões possam ser visualizados em dispositivo móvel;		
1.9.8.	arga diária automática e incremental das bases de dados do sistema BI, adicionando novas informações e atualizando informações já existentes.		
1.9.9.	Arrecadação acumulada até o mês corrente comparada com o mesmo mês no ano anterior;		
1.9.10.	Apuração mensal de débitos para um ano selecionado e anual dos últimos 5 anos, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito;		
1.9.11.	Arrecadação mensal de débitos para um ano selecionado e anual dos últimos 5 anos, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do pagamento;		
1.9.12.	Apuração x Arrecadação por mês para um ano selecionado;		
1.9.13.	Variação anual de apuração e arrecadação para um mês selecionado ou acumulado do ano, permitindo detalhar por um ranking das maiores variações por contribuinte;		
1.9.14.	Comparativo anual mês a mês de apuração dos últimos 4 anos;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.9.15.	Comparativo anual mês a mês de arrecadação dos últimos 4 anos;		
1.9.16.	Débitos inadimplentes por faixa de vencimento e mês de vencimento, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito.		
1.9.17.	Ranking de débitos apurados e arrecadados por tipo de serviço, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito;		
1.9.18.	Ranking de débitos apurados e arrecadados por CNAE, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores contribuintes e, a partir do contribuinte, até o detalhe do débito;		
1.9.19.	Disponibilizar um relatório com ranking dos principais Tomadores, permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores do tomador selecionado e, a partir do prestador, até o detalhe do débito;		
1.9.20.	Disponibilizar um relatório com ranking dos principais prestadores, permitindo detalhar por um ranking dos maiores tomadores do prestador selecionado e, a partir do tomador, até o detalhe do débito;		
1.9.21.	Os relatórios deverão permitir filtros por ano e mês, arrecadação, tipo de serviço, CNAE, tipo de débito, origem lançamento e optante/não optante do Simples Nacional, dependendo do escopo da informação apresentada;		
1.9.22.	Todos os valores de débitos em aberto deverão ser atualizados diariamente com aplicação de encargos para débitos em atraso, mantendo a possibilidade de visualizar o valor principal ou o valor com encargos.		
1.9.23.	Análise e relatórios fiscais (NFS-e emitidas, canceladas e de serviços tomados):		
1.9.24.	Histórico mensal de valor de ISS, base de cálculo ou quantidades de NFS-e do ano corrente e ano anterior;		
1.9.25.	Valor de ISS, base de cálculo ou quantidades de NFS-e por mês ou por ano (últimos 5 anos), permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores e, a partir do prestador, até o detalhe da NFS-e;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.9.26.	Variação anual valores de ISS, base de cálculo ou quantidades de NFS-e, para um mês selecionado ou acumulado do ano, permitindo detalhar por um ranking das maiores variações por prestador;		
1.9.27.	Comparativo anual mês a mês de valor de ISS, base de cálculo ou quantidade de NFS-e dos últimos 4 anos;		
1.9.28.	Valor de ISS ou quantidades de NFS-e emitidas por UF ou por município, permitindo selecionar incidência dentro e fora do município sede;		
1.9.29.	Análise comparativa por mês de emissão versus mês de competência de NFS-e emitidas;		
1.9.30.	Ranking de valor de ISS ou quantidades de NFS-e emitidas por tipo de serviço, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores e, a partir do prestador, até o detalhe da NFS-e;		
1.9.31.	Ranking de valores de ISS ou quantidades de NFS-e emitidas por CNAE, para um mês selecionado ou acumulado no ano, permitindo detalhar por um ranking dos maiores prestadores e, a partir do prestador, até o detalhe da NFS-e;		
1.9.32.	Todos os painéis gerenciais, rankings e relatórios de NFS-e deverão permitir filtros por ano e mês, tipo de serviço, CNAE, retenção (ISS próprio e ISS retido), regime de tributação, exigibilidade, optante/não optante do Simples Nacional, incidência (devido dentro e fora do Município) e incentivo fiscal;		
1.9.33.	Análises e relatórios do cadastro de contribuintes:		
1.9.34.	Total de pessoas cadastradas, indicando o percentual de contribuintes e não contribuintes por tipo de pessoa;		
1.9.35.	Total de contribuintes cadastrados por regime de tributação, optantes do Simples Nacional e não optantes, localidade do contribuinte (dentro ou fora do município), permitindo detalhar o total de contribuintes por cidade do contribuinte e por contribuinte;		
1.9.36.	Apresentar geograficamente a quantidade de contribuintes cadastrados em mapas por UF ou cidade, identificando as maiores e menores quantidades com gradação de cores;		

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.9.37.	Relatório que faça o cruzamento do cadastro da Receita Federal com o cadastro do Município apontando as principais diferenças cadastrais;		
1.9.38.	Disponibilizar uma base de dados financeiros para que os usuários finais possam construir seus próprios painéis e relatórios;		
1.9.39.	Dashboard dos maiores devedores de ISS, por contribuinte, identificando de forma visual através de legendas a composição da dívida sendo de competência como prestador (ISS Próprio) ou como tomador (ISS Retido), podendo ser selecionado o Ano, Mês e Tipo de dívida (ISS Próprio ou ISS Retido);		
1.9.40.	Dashboard dos maiores devedores de ISS, por competência, identificando de forma visual através de legendas a composição da dívida sendo de competência como prestador (ISS Próprio) ou como tomador (ISS Retido), podendo ser selecionado o ano, mês e tipo de dívida (ISS Próprio ou ISS Retido)		
1.9.41.	Dashboard onde sejam exibidos os indicadores de ISS com o enquadramento Isento, Imune, Fora do Município, ISS Próprio e ISS Retido e Não Incidência podendo ser filtrados os valores por Ano e Mês		
1.9.42.	Dashboard com indicadores no formato Gráfico de Pareto onde sejam elencados os maiores devedores do município e qual o peso dos débitos do contribuinte em relação ao total em aberto, os indicadores devem ser divididos entre ISS próprio e ISS retido		
1.9.43.	Dashboard com indicadores que demonstrem os valores pagos diferenciando entre ISS próprio e ISS retido podendo ser filtrado por ano e mês		
1.9.44.	Dashboard com indicadores que demonstrem as 10 principais atividades da lista 116, totalizando o valor de ISS lançado, podendo ser filtrada por ano e mês		
1.9.45.	Dashboard que demonstre os maiores tomadores de serviço elencando do maior para o menor onde seja possível fazer o filtro por ano mês, status e enquadramento		



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

1.9.46.	Dashboard que demonstre a composição do valor do ISS por enquadramento exibindo os valores em um gráfico de área onde seja possível filtrar por exercício e enquadramento específicos por exemplo imune, isento, fora do município, ISS próprio, ISS retido		
1.9.47.	Dashboard onde demonstre os valores lançados de ISS em formato de dispersão onde podemos comparar um exercício com o outro exibindo os contribuintes identificados através de uma legenda de cor, podendo ser filtrados pelo status sendo eles emitido ou cancelado e pelo enquadramento como imune, isento, fora do município, ISS próprio, ISS retido		
1.9.48.	Deve possuir um dashboard que demonstre a composição da receita de valores recebidos elencando os valores de recolhimento por ano e mês de valores do ISS próprio, ISS retido, ISS Avulso e Simples Nacional podendo ser identificados os principais pagadores e a composição em percentual		
1.9.49.	Deve possuir um dashboard que demonstra a composição da receita por contribuinte sendo possível identificar dentre os valores do valor pago pelo contribuinte o que é ISS próprio, ISS retido, ISS Avulso e Simples Nacional podendo ser filtrado por exercício mês ou tipo		
1.9.50.	Deverá dispor de recurso de análise preditiva onde serão tratadas as informações dos últimos cinco exercícios e o sistema será capaz de prever a arrecadação do próximo mês baseando-se no histórico anterior		
1.9.51.	Dashboard que demonstre tudo aquilo que foi pago por um determinado contribuinte seja de imposto ou taxa utilizando como filtro a data do crédito		
1.9.52.	Dashboard que demonstre o total arrecadado no dia de todas as taxas e impostos assim como o valor arrecadado na última semana no último mês, devendo esse dashboard também apresentar os valores arrecadados no simples nacional pelo arquivo DAF607		
1.9.53.	Dashboard que demonstre o total arrecadado por ano e mês sendo possível filtrar por taxa ou imposto podendo se comparar uma competência com outra a fim de se identificar variações na composição da receita do município		

1.9.54.	Dashboard que demonstre através de um gráfico de área a composição da receita entre exercícios a fim de que o município possa identificar evolução na receita própria		
1.9.55.	Dashboard que demonstre através de um gráfico de dispersão e valores arrecadados de impostos e taxas a fim de que o município possa identificar variações na arrecadação desses tributos podendo ser filtrado por ano, mês, taxa ou imposto		

## 18 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 - O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, respeitado o limite decimal, com a necessidade motivada da Administração Pública Municipal, com fundamento nos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21.

## 19 DO PAGAMENTO

19.1 - O pagamento referente à etapa de Implantação será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução de do módulo/sistema implantado a contar da data de recebimento, mediante apresentação do relatório dos serviços executados devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças bem como a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente emitido pela CONTRATADA.

19.2 - Os pagamentos referentes à Locação e Manutenção serão efetuados mensalmente, e será pago em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao vencido, a contar da data de recebimento da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças responsável pelo recebimento dos serviços.

19.3 - A Nota fiscal deverá ser preenchida de acordo com as descrições dos serviços contidos no instrumento contratual, estando sujeita à devolução para devida correção.

19.4 - Em ocorrendo devolução da documentação para correção, o prazo para pagamento começará a partir da data de reapresentação.

19.5 - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.

19.6 - Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à Fornecedora.

19.7 - Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à Fornecedora, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.

19.8 - Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

19.9 - A Administração reserva-se no direito de adquirir apenas parte da quantidade licitada, sem que caiba a licitante vencedora qualquer indenização.

19.10 - A empresa deverá emitir NOTA FISCAL, sob pena de não recebimento.

19.11 - A Administração efetuará o pagamento em nome da fornecedora através de crédito na conta corrente da Fornecedora, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

## **20 - DOS LOCAIS, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

20.1 - Findo o processo licitatório, a licitante vencedora celebrará contrato com o Município de Tupã.

20.2 - Os serviços deverão ser prestados de acordo com o Termo de Referência / Contrato, sob pena das sanções cabíveis.

20.3 - Prazo para início dos serviços: até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação da Secretaria responsável / Empenho.

20.4 - O prazo para a implantação do sistema é de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado no máximo por igual período a critério da Contratante.

20.5 - A empresa adjudicatária obrigará-se a fornecer o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.

20.6 - A prestação dos serviços e descolamento e seus funcionários até os Departamentos da Prefeitura Municipal quando se fizer necessário, serão por conta da empresa vencedora, correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: seguro, transporte, hospedagem, alimentação, frete, instalação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e as entregas deverão ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura Municipal.

20.7 - A empresa contratada deve ter a capacidade de fornecer os seguintes serviços, associados ao fornecimento do produto:

20.7.1 - O suporte técnico será através de telefone, e-mail, acesso remoto e demais acessos necessários (8 horas por dia, 5 dias por semana, de segunda a sexta-feira, exceto feriados) durante 12 (doze) meses.

20.7.2 - Manutenção e disponibilização de novas versões com atualizações legais, funcionais e tecnológicas do sistema, além de desenvolvimentos e/ou adaptações específicas. As atualizações das versões do sistema deverão ocorrer no momento exato em que estiverem disponibilizadas.

20.7.3 - Quando solicitado pela contratante, o suporte técnico deverá iniciar prontamente e deverá ser realizado por analistas capacitados que tenham autonomia para parametrizar o sistema, se necessário.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

20.7.4 - Quando se fizer necessário, a empresa contratada deverá realizar adequações no sistema em virtude de mudanças de rotinas, ou alteração nas regulamentações correlatas, sem custo adicional à contratante.

20.8 - A licitante deverá providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo MUNICÍPIO DE TUPÃ. Assim como, arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

20.9 - Caso a licitante vencedora deixe de assinar o contrato, reserva-se a Administração o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora.

20.10 - Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada caso venha a tomar conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

20.11 - Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, decorrentes da prestação dos serviços, ficarão exclusivamente a cargo da empresa vencedora, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), danos ou prejuízos porventura causados a administração municipal ou a terceiros.

20.12 - A Administração se reserva o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações descritas no Edital, podendo cancelar o empenho, conforme previsto no artº 137, inciso I, da Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

20.13 - A prestação dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições do Edital, dos Anexo I - Termo de Referência e da Proposta apresentada pela licitante vencedora.

20.14 - A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Prefeitura da Estância Turística de Tupã/SP, desde que não afete a boa execução do contrato.

20.15 - A cada início de ano, a CONTRATADA deverá realizar, sob demanda, todos os procedimentos de migração e/ou conversão, necessários para o funcionamento dos sistemas no novo ano corrente.

## **21 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

21.1 – Para o presente contrato a fiscalização e gestão do contrato ficará sob a responsabilidade dos seguintes servidores públicos:

**Fiscal do Contrato: Gerson Pereira Richard**

**Gestor do Contrato: Wilson Quiles Junior**

21.2 – Para fins de gestão e fiscalização do contrato seguirá as disposições constantes do **Decreto Municipal nº 10.132, de 22.09.2023:**

**21.2.1 – Considera-se Gestão de Contrato** - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da



documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

21.2.2 – **Considera-se Fiscalização Técnica de Contrato** - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou a execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa.

21.3 – Será de responsabilidade do **Gestor do Contrato** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

21.3.1 - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

21.3.2 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

21.3.3- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

21.3.4 - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

21.3.5 - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 18;

21.3.6- Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 30 do art. 174 da Lei no 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

21.3.7 - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

21.3.8 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, oom menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

21.3.9 - Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

21.3.10 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilidade para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

21.4 - Será de responsabilidade do **Fiscal do Contrato (Fiscal técnico/ Fiscal Administrativo/Fiscal Setorial)** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

21.4.1 – Quando no exercício da função de **fiscal técnico**, caberá:

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

21.4.1.1 - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

21.4.1.2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

21.4.1.3 - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

21.4.1.4 – Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e se for o caso;

21.4.1.5- Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

21.4.1.6 - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

21.4.1.7 - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

21.4.1.8 - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

21.4.1.9 - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do comprovatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

21.4.1.10 - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

21.4.2 – Quando no exercício da função de **fiscal administrativo**, caberá:

21.4.2.1 - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

21.4.2.2 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

21.4.2.3 - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

21.4.2.4 - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

21.4.2.5 - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;

21.4.2.6 - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprovatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

21.4.2.7 - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

## **22 - DO RECEBIMENTO**

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

22.1 - O recebimento dos produtos pela fiscalização se dará em duas etapas: provisoriamente e definitivamente.

22.2 - Do recebimento provisório:

22.2.1 - O recebimento provisório ocorrerá imediatamente após o recebimento dos serviços objeto deste Termo de Referência, representada pela checagem das condições e quando for o caso do atendimento ao descritivo dos serviços.

22.3 - Do recebimento definitivo:

22.3.1 - O recebimento definitivo estará configurado após a análise que comprove a conformidade dos produtos com os padrões estabelecidos no presente Termo de Referência, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento provisório.

22.4 - A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscal, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessárias.

22.5 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal irá apurar a execução do objeto, com a conferência de todos os serviços apontados pela CONTRATADA como executados no mês, realizando, inclusive, o levantamento de todos os serviços resultantes da execução, dos quais se destacam, pareceres técnicos e minutas de editais e seus anexos e minutas de contratos, e, se for o caso, apontará eventuais falhas ou dúvidas, que somente depois de dirimidas pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 dias, registrará em relatório circunstanciado o ocorrido e encaminhará ao gestor do contrato.

22.6 - Caso recebido o relatório de serviços prestados pela CONTRATADA, no prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, sem quaisquer falhas, ou quando ocorridas e ainda que sanadas se cabível qualquer multa de acordo com a graduação estabelecida, fará o devido redimensionamento do valor contratual e registrará o aceite dos serviços, encaminhando ao gestor do contrato.

22.7 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou aceite dos serviços, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

22.8 - No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

22.8.1 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

22.8.2 - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

22.8.3 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado

pela fiscalização.

22.9 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

22.10 - O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor correspondente à etapa concluída, ou instrumento substituto.

22.11 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

22.12 - Eventuais atrasos ou descumprimento na execução dos serviços deverão ser devidamente apontados mensalmente no Relatório e Termo circunstanciado tendo por base Instrumento de Medição de Resultados, Apenso I do Contrato, sem prejuízo de apuração e apontamento de infrações que não estejam ali relacionadas, para fins de medição de resultados na execução dos serviços prestados.

22.13 - O redimensionamento dos valores contratuais com base nos parâmetros fixados no Instrumento de Medição de Resultados é cumulativo com aplicações de sanções de multas moratórias ou compensatórias.

### **23 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Executar os serviços com qualidade, atendendo fielmente às condições de execução estabelecidas neste Termo de Referência;
- h) Manter, durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas, apresentando, juntamente com as medições, as provas de regularidade de situação perante o INSS e FGTS;
- i) Entregar os serviços nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas;
- j) Designar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a vigência do Contrato;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

- k) Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados em função de ação ou omissão de empregado seu, durante a execução de serviços, não cabendo à Secretaria Municipal de Economia e Finanças do município de TUPÃ - SP, quaisquer ônus ou ação judicial;
- l) A Contratada deverá apresentar a(s) nota(s) fiscal (ais), para a liquidação e pagamento da despesa, por parte da Contratante;
- m) A empresa Contratada não poderá subcontratar outra empresa para a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência;
- n) A empresa Contratada deverá substituir, sem qualquer custo, serviços executados, entregues em desacordo com o Termo de Referência e anexos, bem como a proposta apresentada, mesmo depois de recebidos, no mesmo prazo de execução, contado a partir da notificação forma do problema em questão;
- o) Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou prepostos, a **Contratada** ou a terceiros;
- p) O presente Termo de Referência deverá ser rigorosamente obedecido sob pena aplicação das penalidades prevista na lei;
- q) Responder civil e criminalmente, pelos danos, perdas e prejuízos que, por dolo, culpa ou responsabilidade na execução deste contrato, venha direta ou indiretamente causar, por si ou por seus empregados, à CONTRATANTE ou à terceiros;
- r) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, tributários, administrativo e civil, decorrentes da execução do objeto deste contrato, no que se refere aos seus próprios funcionários, não acarretando responsabilidade de espécie alguma para a CONTRATANTE;
- s) A responsabilidade da contratada é integral para com a execução do objeto do presente contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro sendo que a presença da fiscalização da Prefeitura, não diminui ou exclui essa responsabilidade;
- t) Correrão por conta da contratada:
- t1) Exclusivamente todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação da empreitada, objeto desta licitação;
  - t2) As contribuições devidas à Seguridade Social;
  - t3) Exclusivamente todos os encargos trabalhistas, taxas, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, emolumentos e demais despesas necessárias;
- u) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- v) Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas direta e indireta da execução dos serviços objeto do presente instrumento contratual;
- w) A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento, objeto do presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Contrato;
- x) A CONTRATADA garantirá de entrega dos serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor.
- y) As condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- z) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- aa) Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- bb) Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

## **24 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f) Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **25 - DO REAJUSTE/DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

25.1 – Os valores ora acertados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano. (*§1º do art. 2º da Lei Complementar nº 10.192/2001*)

25.2 – Todavia, ocorrendo a necessidade de reajustamento de preço, o índice a ser utilizado será IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

25.3 – Os preços somente serão revisados para fins de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado (devidamente comprovado através de documentos idôneos), nos termos do artigo 124, II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

25.4 – Prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias. (*art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021*)

25.5 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **26 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

26.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório dos serviços semelhantes às licitadas.

26.1.1 - O atestado deverá conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, devidamente assinado pela autoridade ou representante que a expediu.

26.1.2 - Não serão aceito(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica cuja empresa eminente seja

componente do mesmo grupo financeiro da LICITANTE ou seja sua subcontratada.

## **27 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

27.1 - A extinção desta contratação se dará nos termos do art. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;

27.2 - No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.



(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO

OUTORGANTE: \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita, no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr. (a)(sócio/diretor) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua, \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_. OUTORGADO: Sr.(a) \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_.

PODERES: ao qual confere amplos poderes para representar a empresa no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade **Pregão Presencial nº 002/2024 – Processo Licitatório nº 065/2024**, da Prefeitura Municipal de Tupã/SP, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(nome do licitante e representante legal)



(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

(ANEXO III)

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2024**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei que atende às exigências do edital quanto à habilitação para os fins previstos no PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2024, bem como:

I- Está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social - INSS e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, bem como, atende às exigências do Contrato quanto à habilitação jurídica para os fins do PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2024.

II - Que não está impedida de participar de licitações ou contratar com esta Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer.

III – Estou ciente de que, se a empresa torna-se vencedora do presente certame, em casos de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas neste PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2024, ensejará na rescisão dos termos acordados, com a possibilidade da Administração, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as sanções administrativas cabíveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

\_\_\_\_\_  
(nome do licitante e representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

(ANEXO IV)

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2024**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_ declaramos:

a) **DECLARO que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório estando, portanto, apta para licitar e contratar com a Administração Pública,** inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, sendo que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (*Art. 63, I da NLL*);

b) **DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,** previstas em lei e em outras normas específicas (*Art. 63, IV da NLL*);

c) **DECLARO não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

d) **DECLARO que cumpro os requisitos para a habilitação conforme** as exigências do edital de licitação (Art. 17 do DM 10.127/2023);

e) **DECLARO estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,** bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; (Art. 63, §1º da NLL)

f) **DECLARO não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor** de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

g) **DECLARO não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado,** observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) **DECLARO que cumpro com as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

.....  
Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome legível/Cargo)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

(ANEXO V)

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2024**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ n°. \_\_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49 da Lei Federal Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Federal Complementar n° 147 de 07 de agosto de 2014, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em concordância com o Art. 4º, § 2º, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

. \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

\_\_\_\_\_  
(nome do licitante e representante legal)



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

**(ANEXO VI)**

**DADOS DO LICITANTE**

**DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ADEQUADA**

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade/Município:	UF:
DDD:	Telefone:	Fax:	CEP:
Endereço Eletrônico:			
Responsável pela Assinatura do Contrato (se sócio nos termos do contrato social) ou seu Representante Legal através de Procuração Pública ou Particular:			
Nome:			
RG nº:	Órgão Expedidor:	CPF nº	
Data de Nascimento:	Profissão:		
End. Residencial Completo:			
Bairro:			
Cidade:	UF:	CEP:	
Qualificação: ( ) Sócio: cargo/função ( ) Representante Legal:			
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA (PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE)			
Banco:			
Agência:			
Número da conta:			

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal**

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

**(ANEXO VII)**

**MODELO DE PROPOSTA**

Nome da Empresa:  
Endereço:  
C.N.P.J.  
Inscrição Estadual:  
Inscrição Municipal:

**PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 065/2024**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

PERÍODO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12 MESES	• LOCAÇÃO DE SOFTWARE (A EXECUÇÃO DEVERÁ SER DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 UNID.	• MIGRAÇÃO DE DADOS, CONVERSÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO, E TREINAMENTO DE USUÁRIOS (A EXECUÇÃO DEVERÁ SER DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR GLOBAL			R\$ 0,00

**DECLARAÇÕES:**

- **DECLARO** estar ciente e concordar com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório conforme Edital/TR;

- **DECLARO** que os serviços ofertados atendem as especificações do objeto conforme Edital/TR, bem como leis, resoluções, instruções, entre outras normas específicas, para a legal e efetiva execução do objeto, sob pena de ser-lhe aplicada as penalidades previstas na Lei 14.133/21.

- **DECLARO** que o preço proposto contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

- **DECLARO** que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do edital de licitação.

XXXXXX, de de 2024

\_\_\_\_\_  
(nome do licitante e representante legal)  
CPF.

**OBSERVAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

a) **A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada,** em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

b) **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação. Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será válida por 60 (sessenta) dias, independentemente, de qualquer outra manifestação;

c) **Descrição detalhada do objeto,** de acordo com as especificações do objeto e demais condições constantes do Termo de Referência/Edital;

d) **Constar o preço unitário e total de cada item;**

d.1) O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional;

d.2) Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o segundo;

d.3) Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e valores expressos por extenso, prevalecerão os últimos;

d.4) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

e) **A proposta deverá conter o timbre da empresa, razão social da empresa, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, etc.)**

**MINUTA DE CONTRATO**

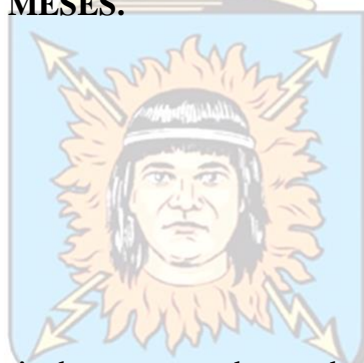
**Contrato nº**

**Contratante: MUNICIPIO DE TUPÃ**

**Contratada:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Que firmam as partes:



Aos xx (xxxx) dias do mês de xxxxxxxx do ano de dois mil e vinte e quatro, o **MUNICÍPIO DE TUPÃ**, inscrito no CNPJ nº 44.573.087/0001-61, com sede na Praça da Bandeira nº 800, Centro, Tupã/SP, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Caio Kanji Pardo Aoki, brasileiro, maior, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, de ora em diante designado CONTRATANTE, e o (a) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro, cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG. nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, de acordo com **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2.387/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2024 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

**1.1 - O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUINTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLEMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital e Proposta, partes integrantes deste contrato.**

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS E DO VALOR DO TOTAL DO CONTRATO**

**2.1 - A Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento do objeto contratado, os seguintes valores:**

PERÍODO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12 MESES	• LOCAÇÃO DE SOFTWARE (A EXECUÇÃO DEVERÁ SER DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 UNID.	• MIGRAÇÃO DE DADOS, CONVERSÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO, E TREINAMENTO DE USUÁRIOS (A EXECUÇÃO DEVERÁ SER DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR GLOBAL			R\$ 0,00

**O presente contrato tem o valor total estimativo de R\$ 0,00 (\_\_\_\_\_).**

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

**3.1 - O pagamento referente à etapa de Implantação será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução de do módulo/sistema implantado a contar da data de recebimento, mediante apresentação do relatório dos serviços executados devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças bem como a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente emitido pela CONTRATADA.**

**3.2 - Os pagamentos referentes à Locação e Manutenção serão efetuados mensalmente, e será pago em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao vencido, a contar da data de recebimento da Nota Fiscal**

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

Eletrônica devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças responsável pelo recebimento dos serviços.

3.3 - A Nota fiscal deverá ser preenchida de acordo com as descrições dos serviços contidos no instrumento contratual, estando sujeita à devolução para devida correção.

3.4 - Em ocorrendo devolução da documentação para correção, o prazo para pagamento começará a partir da data de reapresentação.

3.5 - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.

3.6 - Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à Fornecedora.

3.7 - Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à Fornecedora, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.

3.8 - Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3.9 - A Administração reserva-se no direito de adquirir apenas parte da quantidade licitada, sem que caiba a licitante vencedora qualquer indenização.

3.10 - A empresa deverá emitir NOTA FISCAL, sob pena de não recebimento.

3.11 - A Administração efetuará o pagamento em nome da fornecedora através de crédito na conta corrente da Fornecedora, devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO**

4.1 – Os valores ora acertados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano. (*§1º do art. 2º da Lei Complementar nº 10.192/2001*)

4.2 – Todavia, ocorrendo a necessidade de reajustamento de preço, o índice a ser utilizado será IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

4.3 – Os preços somente serão revisados para fins de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado (devidamente comprovado através de documentos idôneos), nos termos do artigo 124, II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

4.4 – Prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até 30 (trinta) dias. (*art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021*)

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

4.5 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA QUINTA – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

5.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 - Os serviços deverão ser prestados de acordo com o Termo de Referência / Contrato, sob pena das sanções cabíveis.

6.2 - Prazo para início dos serviços: até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação da Secretaria responsável / Empenho.

6.3 - O prazo para a implantação do sistema é de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado no máximo por igual período a critério da Contratante.

6.4 - A empresa adjudicatária obrigar-se-á a fornecer o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.

6.5 - A prestação dos serviços e descolamento e seus funcionários até os Departamentos da Prefeitura Municipal quando se fizer necessário, serão por conta da empresa vencedora, correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: seguro, transporte, hospedagem, alimentação, frete, instalação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e as entregas deverão ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura Municipal.

6.6 - A empresa contratada deve ter a capacidade de fornecer os seguintes serviços, associados ao fornecimento do produto:

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

6.6.1 - O suporte técnico será através de telefone, e-mail, acesso remoto e demais acessos necessários (8 horas por dia, 5 dias por semana, de segunda a sexta-feira, exceto feriados) durante 12 (doze) meses.

6.6.2 - Manutenção e disponibilização de novas versões com atualizações legais, funcionais e tecnológicas do sistema, além de desenvolvimentos e/ou adaptações específicas. As atualizações das versões do sistema deverão ocorrer no momento exato em que estiverem disponibilizadas.

6.6.3 - Quando solicitado pela contratante, o suporte técnico deverá iniciar prontamente e deverá ser realizado por analistas capacitados que tenham autonomia para parametrizar o sistema, se necessário.

6.6.4 - Quando se fizer necessário, a empresa contratada deverá realizar adequações no sistema em virtude de mudanças de rotinas, ou alteração nas regulamentações correlatas, sem custo adicional à contratante.

6.7 - A licitante deverá providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo MUNICÍPIO DE TUPÃ. Assim como, arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

6.8 - Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, decorrentes da prestação dos serviços, ficarão exclusivamente a cargo da empresa vencedora, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), danos ou prejuízos porventura causados a administração municipal ou a terceiros.

6.8 - A Administração se reserva o direito de não aceitar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações descritas no Edital, podendo rescindir o contrato, conforme previsto no art. 137, da Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

6.9 - A prestação dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições do Edital, dos Anexo I - Termo de Referência e da Proposta apresentada pela licitante vencedora.

6.10 - A cada início de ano, a CONTRATADA deverá realizar, sob demanda, todos os procedimentos de migração e/ou conversão, necessários para o funcionamento dos sistemas no novo ano corrente.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1 – A vigência deste instrumento contratual será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

7.1.1 – Será possível a prorrogação do prazo de vigência do contrato nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

8.1.1 - Der causa à inexecução parcial do contrato;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.1.2 - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 - Der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

8.1.9 - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

8.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

8.2.1 - **Advertência** (quando o contratado der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar** (quando praticadas as condutas descritas nos itens "8.1.2", "8.1.3" e "8.1.4" do item 8.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, e (quando praticadas as condutas descritas nos itens "8.1.5", "8.1.6", "8.1.7" e "8.1.8" do item 8.1 deste Contrato, bem como nos itens "8.1.2", "8.1.3" e "8.1.4", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4 - **Multa:**

8.2.4.1 - **Moratória** de **0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.2 - **Compensatória**, para as infrações descritas nos itens "8.1.8" a "8.1.9" do item 8.1, **de 5% a 10% do valor do Contrato.**

8.2.4.3 - **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no item "8.1.3" do item 8.1, **de 20% a 30% do valor do Contrato.**

8.2.4.4 - Para infração descrita no item "8.1.2" do item 8.1, **a multa será de 10 % a 20% do valor do Contrato.**

8.2.4.5 - Para infrações descritas no item "8.1.4" do item 8.1, **a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.**

8.2.4.6 - Para a infração descrita no item "8.1.1" do item 8.1, **a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.**

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º. da Lei nº 14.133/21).

8.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156. §7º. da lei nº 14.133. de 2021).

8.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157. da Lei nº 14.133. de 2021).

8.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art.156. §8º. da Lei nº 14.133. de 2021).

8.4.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

8.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133. de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

8.6.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.6.2 - As peculiaridades do caso concreto;

8.6.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.6.4 - Os danos que dela provierem para a administração pública;

8.6.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. (art. 159).

8.8 - A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

8.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.11 - Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta de dotação orçamentária a ser definida no momento da contratação, pelo Departamento de Contabilidade.

### **Classificação Econômica**

**Unidade Requisitante: 02.18 – Secretaria Municipal de Economia e Finanças**

**Fonte: 0.01.00 – Recurso Próprio**

**Funcional Programática: 04.123.0400.2181.0000**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.40.16 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação**

**Ficha de Despesa: 455**

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

10.1 - A **CONTRATADA**, além das condições e especificações previstas no Termo de Referência e Proposta, partes integrantes deste termo, e neste contrato, obriga-se a:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Executar os serviços com qualidade, atendendo fielmente às condições de execução estabelecidas neste Termo de Referência;
- h) Manter, durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas, apresentando, juntamente com as medições, as provas de regularidade de situação perante o INSS e FGTS;
- i) Entregar os serviços nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

- j) Designar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a vigência do Contrato;
- k) Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados em função de ação ou omissão de empregado seu, durante a execução de serviços, não cabendo à Secretaria Municipal de Economia e Finanças do município de TUPÃ - SP, quaisquer ônus ou ação judicial;
- l) A Contratada deverá apresentar a(s) nota(s) fiscal (ais), para a liquidação e pagamento da despesa, por parte da Contratante;
- m) A empresa Contratada não poderá subcontratar outra empresa para a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência;
- n) A empresa Contratada deverá substituir, sem qualquer custo, serviços executados, entregues em desacordo com o Termo de Referência e anexos, bem como a proposta apresentada, mesmo depois de recebidos, no mesmo prazo de execução, contado a partir da notificação forma do problema em questão;
- o) Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei por quaisquer danos e/ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou prepostos, a **Contratada** ou a terceiros;
- p) O presente Termo de Referência deverá ser rigorosamente obedecido sob pena aplicação das penalidades prevista na lei;
- q) Responder civil e criminalmente, pelos danos, perdas e prejuízos que, por dolo, culpa ou responsabilidade na execução deste contrato, venha direta ou indiretamente causar, por si ou por seus empregados, à CONTRATANTE ou à terceiros;
- r) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, tributários, administrativo e civil, decorrentes da execução do objeto deste contrato, no que se refere aos seus próprios funcionários, não acarretando responsabilidade de espécie alguma para a CONTRATANTE;
- s) A responsabilidade da contratada é integral para com a execução do objeto do presente contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro sendo que a presença da fiscalização da Prefeitura, não diminui ou exclui essa responsabilidade;
- t) Correrão por conta da contratada:
- t1) Exclusivamente todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação da empreitada, objeto desta licitação;
  - t2) As contribuições devidas à Seguridade Social;
  - t3) Exclusivamente todos os encargos trabalhistas, taxas, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, emolumentos e demais despesas necessárias;
- u) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- v) Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas direta e indireta da execução dos serviços objeto do presente instrumento contratual;
- w) A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento, objeto do presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Contrato;
- x) A CONTRATADA garantirá de entrega dos serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor.
- y) As condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- z) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- aa) Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- bb) Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991.



## 10.2 - A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f) Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

11.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

11.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

11.1.2 - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

11.1.3 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

11.1.4 - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

11.1.5 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

11.1.6 - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

11.1.7 - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

11.1.8 - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

11.1.9 - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.2 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

11.2.1 - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/21;

11.2.2 - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

11.2.3 - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

11.2.4 - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

11.2.5- Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

11.3 - As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 observarão as seguintes disposições:

11.3.1 - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

11.3.2 - Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.13/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.5 - A extinção do contrato poderá ser:

11.5.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.5.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.5.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.6 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.7 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

11.8 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

11.8.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

11.8.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

11.8.3 - Execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

11.8.4 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

11.8.5 - A aplicação das medidas previstas nos subitens 11.8.1 e 11.8.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

11.8.6 - Na hipótese do subitem 11.8.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 – Para o presente contrato a fiscalização e gestão do contrato ficará sob a responsabilidade dos seguintes servidores públicos:

**Fiscal do Contrato: Gerson Pereira Richard**  
**Gestor do Contrato: Wilson Quiles Junior**

12.2 – Para fins de gestão e fiscalização do contrato seguirá as disposições constantes do **Decreto Municipal nº 10.132, de 22.09.2023:**

12.2.1 – **Considera-se Gestão de Contrato** - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

12.2.2 – **Considera-se Fiscalização Técnica de Contrato** - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou a execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa.

12.3 – Será de responsabilidade do **Gestor do Contrato** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

12.3.1 - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

12.3.2 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

12.3.3- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

12.3.4 - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

12.3.5 - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 18;

12.3.6- Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 30 do art. 174 da Lei no 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

12.3.7 - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

12.3.8 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

12.3.9 - Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

12.3.10 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilidade para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

12.4 - Será de responsabilidade do **Fiscal do Contrato (Fiscal técnico/ Fiscal Administrativo/Fiscal Setorial)** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

12.4.1 – Quando no exercício da função de **fiscal técnico**, caberá:

12.4.1.1 - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

12.4.1.2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.4.1.3 - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

12.4.1.4 – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e se for o caso;

12.4.1.5- Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

12.4.1.6 - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;



..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

12.4.1.7 - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

12.4.1.8 - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

12.4.1.9 - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do comprovatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

12.4.1.10 - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.4.2 – Quando no exercício da função de **fiscal administrativo**, caberá:

12.4.2.1 - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

12.4.2.2 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

12.4.2.3 - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

12.4.2.4 - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.4.2.5 - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;

12.4.2.6 - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprovatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

12.4.2.7 - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1 - O presente contrato será regido pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 9.194/2021, do Decreto Municipal nº 10.132/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 285/03 e demais legislação aplicável.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 - A CONTRATANTE não se responsabilizará por eventuais acidentes de trabalho que vierem a ocorrer, nem por eventuais danos causados a terceiros que possam resultar de execução do presente Contrato.

14.2 - A CONTRATADA se obriga a todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, legais, advindos da execução deste Contrato, no que se refere aos seus próprios funcionários, o qual não acarretará objeção de espécie alguma para a CONTRATANTE.

..... ESTADO DE SÃO PAULO .....

14.3 - Os casos omissos que porventura surgirem no cumprimento do presente instrumento entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, darão ensejo, se for o caso, à alteração dos termos do presente Contrato.

14.4 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tupã, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas que porventura venham surgir no cumprimento do Contrato em questão.

14.5 - E, estando assim, devidamente acertados e ajustados, firmam o presente instrumento em três vias de igual valor, teor e forma e na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Estância Turística de Tupã/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

**CAIO KANJI PARDO AOQUI**  
Prefeito Municipal



TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG n°

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG n°

**PREGÃO PRESENCIAL (RESUMIDO)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2.387/2024**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2024**

**TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global**

**SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS**

**PUBLICAÇÃO** – completo na Prefeitura Municipal de Tupã e no site [www.tupa.sp.gov.br](http://www.tupa.sp.gov.br), <http://sistemas.tupa.sp.gov.br:8079/comprasedital/> publicado em forma resumida em jornais impressos, PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, CESSÃO E DIREITO DE USO, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, EMISSÃO E GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, DECLARAÇÕES MENSIS DE SERVIÇOS TOMADOS, GESTÃO, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O DTE-SN (DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO SIMPLES NACIONAL) DE PENDÊNCIAS DE CONTRIBUÍNTES OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL E FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRA DORAVANTE DENOMINADOS SIMPLESMENTE POR SISTEMA DE TI, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, INTEGRAÇÃO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO, DO MUNICÍPIO DE TUPÃ/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

**DATA, HORÁRIO e LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME:**

**DATA DA REALIZAÇÃO:** dia 26/04/2024

**HORÁRIO:** 08h30min

**LOCAL:** Sala de licitação do Paço Municipal de Tupã - localizado na Praça da Bandeira, nº 800, Centro - Tupã/SP

O texto completo da presente licitação, onde constam todas as informações relativas ao **Pregão Presencial nº 002/2024 – Processo Licitatório nº 065/2024**, bem como quaisquer esclarecimentos, poderão ser obtidos pessoalmente junto ao setor de licitação desta Prefeitura Municipal, sito à Praça de Bandeira, nº 800 (centro), nesta cidade de Tupã (SP), ou através do telefone (0XX14) 3404-1000, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Estância Turística de Tupã, em 04 de abril de 2024.

**CAIO KANJI PARDO AOQUI**  
Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**

.....  
Praça da Bandeira, 800 - CEP 17.600-900 - Tupã/SP - CNPJ: 44.573.087/0001-61  
Telefone: (014) 3404-1000  
administracao@tupa.sp.gov.br  
[www.tupa.sp.gov.br](http://www.tupa.sp.gov.br)  
[facebook.com/PrefeituraTupa](https://facebook.com/PrefeituraTupa)  
[instagram.com/prefeituratupa](https://instagram.com/prefeituratupa)